

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Flávio Luís de Souza Pellegrin

**A COBERTURA DA LIBERDADE DE IMPRENSA NA VENEZUELA
PELO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO**

A ideologia no discurso jornalístico

Brasília
2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Flávio Luís de Souza Pellegrin

**A COBERTURA DA LIBERDADE DE IMPRENSA NA VENEZUELA
PELO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO**

A ideologia no discurso jornalístico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em comunicação.

Orientador: Fábio Henrique Pereira

Brasília

2011

FLÁVIO LUÍS DE SOUZA PELLEGRIN

**A COBERTURA DA LIBERDADE DE IMPRENSA NA VENEZUELA
PELO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO**

A ideologia no discurso jornalístico

Brasília, 31 de maio de 2011

Banca examinadora

Prof^o Dr. Fábio Henrique Pereira (Presidente da banca)
Universidade de Brasília

Prof^a Dra. Alejandra Leonor Pascual
Universidade de Brasília

Prof^a Dra. Célia Maria Ladeira Mota
Universidade de Brasília

Prof^a Dra. Zélia Leal Adghirni (Suplente)
Universidade de Brasília

À minha esposa e à minha filha,
pela silenciosa contribuição,
indispensável apoio e
constante dedicação.

O louvor, e a glória, e a sabedoria,
e as ações de graças, e a honra, e o poder,
e a força sejam ao nosso Deus,
pelos séculos dos séculos, Amém.
Ap 7.12

RESUMO

Esta dissertação de mestrado analisa a cobertura do tema *liberdade de expressão* e de *imprensa* no governo do presidente venezuelano Hugo Chávez, pelo jornal *O Estado S. Paulo*. A perspectiva teórico-metodológica adotada foi a *Análise do Discurso Crítica (ADC)*, sobretudo as questões trabalhadas por Norman Fairclough e Teun van Dijk. Para a análise, foi construído um *corpus* de 16 matérias, publicadas entre 01º/08/2009 a 26/01/2010. O critério para a escolha do *corpus* foi matérias de caráter informativo, que tratasse do cerceamento da *liberdade de expressão* no governo Chávez. Utilizando o “Modo de Operação da Ideologia” de Fairclough, conceitos da *ADC* e estudos de *newsmaking*, além de abordagens do conceito de *liberdade de expressão* e de *imprensa*, foi possível compreender as estratégias ideológicas utilizadas pelo jornal Estado no tratamento das matérias sobre a *liberdade de expressão* e de *imprensa* no governo Chávez. Durante a pesquisa, foi possível averiguar como era produzido o discurso ideológico, operado através do sentido das formas simbólicas e aliado a estratégias de convencimento – com uma compreensão mais profunda do papel do jornalista no processo de construção da notícia, além da importância do conceito de *liberdade de imprensa* em sua atuação e afirmação como profissional.

Palavras-chave: jornalismo, ideologia, liberdade de imprensa, Análise do Discurso Crítica.

ABSTRACT

This master`s degree dissertation analyzes the coverage of the freedom of speech and press issue in President Hugo Chávez`s government of Venezuela, by the newspaper *O Estado de S. Paulo*. The theoretical-methodological perspective used was the *Critical Discourse Analysis (CDA)*, overall the matter discussed by Norman Fairclough and Teun van Dijk. For the analysis a *corpus* of 16 news was developed, published between August, 1st, 2009 and January 26th, 2010. The criteria for choosing the *corpus*, were informative type news, that dealt with the retrenchment of *freedom of speech* in Chávez`s government. Using the “Operation of Ideology Mode” by Fairclough, *CDA* concepts and *Newsmaking* studies, as well as *Freedom of speech and press* approaches, made it possible to understand ideological strategies used by the newspaper *Estado* in treating of news of *freedom of speech and press* in Chávez`s government. Throughout the course of the research, it was possible to investigate how the ideological discourse was produced, operated by the meaning of symbolic forms and allied with strategies to convince – with a deeper understanding of the journalists` role in the process of developing the news item, as well as the importance of the *freedom of speech and press* concept in their role and affirmation as professional.

Key-words: journalism, ideology, freedom of press, Critical Discourse Analysis.

SÍNTESE

Esta disertación de maestrado analiza la cobertura del tema *libertad de expresión y de prensa* en el gobierno del presidente venezolano Hugo Chávez , por el periódico O Estado de S. Paulo. La perspectiva teórico-metodológica adoptada fue del Análisis del Discurso Crítica (ADC), especialmete las cuestiones trabajadas por Norman Fairclough y Teun van Dijk. Para la análisis, se construyó un *corpus* de 16 noticias, publicadas desde 1º/08/2009 a 26/01/2010. El critério para elegir el *corpus* fueron noticias de carácter informativo, que tratarse del reducimiento de la *libertad de expresión* en el gobierno Chávez. Utilizando el *Modo de Operación de la Ideología* de Fairclough, conceptos de la ADC y estudios de *newsmaking*, además de los enfoques del concepto de *libertad de expresión y de prensa*, fue posible comprender las estrategias ideológicas utilizadas por el periódico Estado en el tratamiento a noticias sobre la *libertad de expresión y de prensa* en el gobierno Chávez. Mientras la investigación, fue posible averiguar como era producido el discurso ideológico, operado a través del sentido de las formas simbólicas y aliado a las estrategias de convencimiento, con una comprensión más profunda del papel de periodista en el proceso de construcción de la noticia, además de la importância del concepto de *libertad de prensa* en su atuacción y aseveración como profesional.

Palabras-clave: periodismo, ideologia, libertad de prensa, Análisis del Discurso Crítica.

AGRADECIMENTOS

Nesta caminhada de um pouco mais de três anos, iniciando como aluno especial da Pós-graduação da Comunicação e, em seguida, como mestrando, foram muitos os que me apoiaram, incentivaram a seguir em frente e cumprir o desafio.

Portanto, tenho muitos a agradecer e sei que ao nominar alguns, estarei omitindo outros. Perdão. Mas mesmo não mencionando o seu nome, gostaria que você se sinta honrado(a) por aquilo de especial que você fez por mim e pelo meu trabalho. Muito obrigado a todos vocês. A todos vocês agradeço:

- ★ Alejandra Pascual, por dispor do seu tempo a um desconhecido
- ★ Ana Moura, pelo esforço de quer ajudar
- ★ Ana Lúcia Medeiros, pela constante disponibilidade
- ★ Carla Bastos, pela solidariedade que nasce do mesmo desafio
- ★ Célia Ladeira, pela sua candura, gentileza, mas, sobretudo, competência
- ★ Cláudia Cavalcante, por entender bem desta batalha e querer ajudar
- ★ Clemilton Cavalcante, pelo seu bom senso e sabedoria
- ★ Debra Mesquita, pela sua disposição em compartilhar
- ★ Denise Silveira, pelo seu esforço e competência
- ★ Dione Moura, por seu apoio e objetividade
- ★ Eduardo Nobre, de mestrando para mestrando
- ★ Eduardo Silveira, pelo apoio amigo
- ★ Elias Brito, por incentivar sempre
- ★ Emily Pellegrin, por me admirar e respeitar
- ★ Erasmo Ungaretti, com quem posso contar
- ★ Esther Pellegrin, acreditou, ainda não sabendo para onde eu estava indo
- ★ Fábio Pereira, por ser incentivo, sensatez; meu orientador
- ★ Gelsa Ungaretti, por acreditar quando eu não acreditei
- ★ Julie Pellegrin pelo convívio que não teve, pela pressão que passou e por tornar sua a minha batalha

- ★ Julieta Cunha, por saber que eu podia
- ★ Lili Costa, com quem posso contar
- ★ Lucita Souza, por sua alegria e disponibilidade
- ★ Patrícia Pereira, por desejar abençoar alguém que pouco conhece
- ★ Paula Coelho, apesar de milhares de quilômetros, sempre presente
- ★ Rosimeire Ferreira, por servir com disposição
- ★ Scheyla Alves, competência e amabilidade
- ★ Susie Ungaretti, pela sensibilidade e gentileza de amar
- ★ Thaïs de Mendonça, pelo tempo de esforço e pela vontade de acertar
- ★ Wellington Santos, um amigo fiel
- ★ Zélia Adghirni, a quem eu admiro – dentre muitas coisas – por apostar

RELAÇÃO DE TABELAS E APÊNDICES

TABELA	ASSUNTO	PÁG.
Tabela T01	Relação das matérias do corpus.	87
Tabela T02	Ocorrências numéricas relativas à macrocategoria <i>morfologia</i> .	89
Tabela T03	Ocorrências numéricas relativas à macrocategoria <i>semântica</i> .	95
Tabela T04	Ocorrências numéricas relativas à macrocategoria <i>sintaxe</i> .	104
Tabela T05	Ocorrências numéricas relativas à macrocategoria <i>estilística</i>	108
APÊNDICE	ASSUNTO	PÁG.
Apêndice A	Disposições normativas sobre <i>liberdade de expressão</i>	147
Apêndice B	Análise dos editoriais de O Estado de S. Paulo	155
Apêndice C	Processo produtivo das editorias Geral e da Internacional em O Estado de S. Paulo	161

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	I
SINOPSE	II
ABSTRACT	III
RÉSUMÉ	IV
SINTESIS	V
AGRACECIMENTOS	VI
RELAÇÕES DE TABELAS	VII
INTRODUÇÃO	12
PARTE GERAL	
1. REVISÃO DE CONCEITOS	16
1.1 Ideologia	16
1.1.1 Origem do Conceito	16
1.1.2 A Ideologia em Marx e Engels	18
1.1.3 A Ideologia de Mannheim	22
1.1.4 Ideologia “neutra” e Ideologia “crítica”	22
1.1.5 Jornalismo, Ideologia e Objetividade	25
1.2 Liberdade de Expressão e Jornalismo	29
1.2.1 Liberdade de Expressão e o Jornalismo no Brasil	29
1.2.2 Liberdade de Imprensa: uma breve revisão histórica	31
1.2.3 A Afirmação do Jornalista como Profissional e a Liberdade de Imprensa	33
1.3 Algumas Considerações	36
2. REFERENCIAL TEÓRICO	37
2.1 Análise do Discurso	37
2.1.1 Os Antecedentes: o Estruturalismo de Saussure	37
2.1.2 O Discurso na Análise do Discurso	38
2.2 Análise do Discurso Crítica	41
2.2.1 Origem da Análise do Discurso Crítica	41
2.2.2 Características da Análise do Discurso Crítica	42
2.2.3 A Categoria “Poder” na ADC	43
2.2.4 Análise do Discurso Crítica de Teun van Dijk	44
2.2.4.1 O Discurso Noticioso: seu Conhecimento e Processamento	47
2.3 <i>Newsmaking</i>	50
2.3.1 Conceito de <i>Newsmaking</i>	50

2.3.2	Jornalista: sua Posição Intermediária e sua Impessoalidade	51
2.3.3	<i>Newsmaking</i> e a Prática Profissional	52
2.3.4	Noticiabilidade	54
2.3.5	Valores-notícia	55
2.3.5.1	Conceito e Pressupostos dos Valores-notícia	55
2.3.5.2	Critérios relativos ao Conteúdo da Notícia	56
2.3.5.3	Critérios relativos ao Produto Notícia	57
2.3.5.4	Critérios relativos ao Meio de Comunicação	58
2.3.5.5	Critérios relativos ao Público	58
2.3.5.6	Critérios relativos à Concorrência	59
2.3.5.7	Critérios Variáveis de Relevância dos Valores-notícia	59
2.3.6	Rotinas Produtivas	60
2.3.6.1	Conceitos e características	60
2.3.7	Relação com as Fontes	61
2.3.7.1	A Fonte, o Jornalista e suas Representações da Realidade	62
2.3.7.2	Fonte Oficial e outras Fontes	62
2.3.7.3	Berlo: o Relacionamento do Jornalista com a Fonte	62
2.3.7.4	Sigal: as Fontes têm maior Responsabilidade no Conteúdo da Notícia	63
2.3.7.5	Molotch e Lester e os Promotores da Notícia	63
2.3.7.6	Gans: os Tipos de Fontes Informativas	63
2.3.7.7	Schlesinger: a Credibilidade e a Aceitabilidade das Fontes	64
2.3.7.8	Curran: os Tipos de Pressão nos Meios Jornalísticos	65
2.4	ADC e <i>Newsmaking</i> : Possibilidades de Aplicação	66
3.	CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE	68
3.1	Cenário de Pesquisa: O Estado de S. Paulo	68
3.1.1	Breve Histórico do Jornal	68
3.1.2	Principais Dados	70
3.1.3	Posicionamento Sócio-político	71
3.1.4	Posicionamento Mercadológico	72
3.2	Construção do <i>Corpus</i> da Pesquisa	74
3.3	Categorias Analíticas Utilizadas	75
3.3.1	Categorias Textuais: Morfologia	75
3.3.1.1	Procedimentos para a Análise Morfológica	77
3.3.2	Categorias Textuais: Semântica	77
3.3.2.1	Procedimentos para a Análise Semântica	78
3.3.3	Categorias Textuais: Sintaxe	78

3.3.3.1	Procedimentos para a Análise Sintática	80
3.3.4	Categorias Textuais: Estilística	80
3.3.4.1	O Estilo Noticioso	82
3.3.4.2	Procedimentos para a Análise Estilística	82
3.4	Categorias no <i>Corpus</i> : o Resultado da Pesquisa	84
4.	ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	85
4.1	Procedimentos de Análise	85
4.2	Morfologia	88
4.2.1	Morfologia – Introdução	88
4.2.2	Adjetivo – Introdução	89
4.2.3	Adjetivo – Análise Quantitativa	90
4.2.3.1	Os adjetivos no <i>Corpus</i>	90
4.2.4	Adjetivo – Análise Qualitativa	90
4.2.5	Verbo – Introdução	92
4.2.6	Verbo – Análise Quantitativa	92
4.2.7	Verbo – Análise Qualitativa	93
4.3	Semântica	95
4.3.1	Semântica – Introdução	95
4.3.2	Campo Semântico - Introdução	96
4.3.3	Campo Semântico – Análise Quantitativa	97
4.3.4	Campo Semântico – Análise Qualitativa	98
4.3.5	Conotação - Introdução	99
4.3.6	Conotação – Análise Quantitativa	100
4.3.7	Conotação – Análise Qualitativa	102
4.4	Sintaxe	103
4.4.1	Sintaxe – Introdução	103
4.4.2	Pleonasmo – Introdução	104
4.4.3	Pleonasmo – Análise Quantitativa	104
4.4.4	Pleonasmo – Análise Qualitativa	105
4.4.5	Elipse – Introdução	105
4.4.6	Elipse – Análise Quantitativa	106
4.4.7	Elipse – Análise Qualitativa	106
4.5	Estilística	107
4.5.1	Estilística – Introdução	107
4.5.2	Contexto Comunicativo - Introdução	109
4.5.3	Contexto Comunicativo – Análise Quantitativa	109
4.5.4	Contexto Comunicativo - Análise Qualitativa	110
4.5.5	Impessoalidade – Introdução	110
4.5.6	Impessoalidade – Análise Quantitativa	111
4.5.7	Impessoalidade – Análise Qualitativa	111
4.6	Macro-análise segundo a Análise do Discurso Crítica	113

4.6.1	Matéria 01: <i>Venezuela determina o Fechamento de 34 Rádios</i>	113
4.6.2	Matéria 02: <i>Militantes ligados a Chávez atacam TV</i>	114
4.6.3	Matéria 03: <i>Rádio fechada passa a transmitir da rua</i>	115
4.6.4	Matéria 04: <i>Venezuelanos rejeitam cerco à imprensa</i>	115
4.6.5	Matéria 05: <i>Violência marca início do debate sobre a lei de educação na Venezuela</i>	117
4.6.6	Matéria 07: <i>Chávez deve suspender TV opositora</i>	118
4.7	As Estratégias Ideológicas usadas por O Estado de S. Paulo: Aplicação de Categorias de John B. Thompson	120
4.7.1	Análise da matéria 01 – <i>Venezuela determina fechamento de 34 rádios</i>	120
4.7.2	Análise da matéria 02 – <i>Militantes ligados a Chávez atacam TV</i>	122
4.7.3	Análise da matéria 03 – <i>Rádio fechada passa a transmitir da rua</i>	124
4.7.4	Análise da matéria 04 – <i>Venezuelanos rejeitam cerco à imprensa</i>	125
4.7.5	Análise da matéria 05 – <i>Violência marca início do debate sobre lei de educação na Venezuela</i>	126
4.7.6	Análise da matéria 11 – <i>SIP vê deterioração das liberdades</i>	129
4.7.7	Análise da matéria 14 – <i>Governo busca hegemonia midiática</i>	131
4.8	Considerações sobre o <i>Newsmaking</i> no <i>Corpus</i>	133
4.8.1	Jornalista, sua posição intermediária	133
4.8.2	Jornalista, a sua prática profissional e a impessoalidade imposta	134
4.8.3	Noticiabilidade	136
4.8.4	Valores-notícia	137
4.8.5	Jornalista e sua relação com as fontes	139
4.9	Análise de Pesquisa, o Epílogo	141
	CONCLUSÕES	143
	REFERÊNCIAS	147
	APÊNDICE A: Disposições Normativas sobre Liberdade de Expressão	155
	APÊNDICE B: Análise dos Editoriais de O Estado de S. Paulo	163
	APÊNDICE C: Processo Produtivo das Ed. Geral e Internacional do OESP	169
	APÊNDICE D: <i>Corpus</i> de Pesquisa - 16 Notícias de O Estado de S. Paulo	172

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa se propõe a investigar como se manifesta a *ideologia* no *discurso* jornalístico na cobertura da questão da *liberdade de imprensa* no governo Hugo Chávez, da Venezuela, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

A linha diretriz da pesquisa pretende demonstrar como o *discurso* noticioso de *O Estado de S. Paulo* está permeado por *ideologia*, com o propósito de convencer o leitor para a sua posição sociopolítica. Também fazemos uso de instrumental teórico-metodológico para, neste universo ideológico, investigar o papel desempenhado pelo *jornalista* em sua prática e em sua necessidade de se legitimar como profissional. Tanto no tema do *corpus*, como na pessoa do *jornalista*, os conceitos de *liberdade de expressão* e *de imprensa* estão constantemente presentes.

O trabalho se estrutura em quatro capítulos e quatro anexos. No primeiro capítulo, sob o título de *Revisão de conceitos*, estudamos a *ideologia* e a *liberdade de expressão* e *de imprensa*. O objetivo era resgatar conhecimentos importantes para uma posterior análise. O capítulo dois – *Referencial teórico* – tratou da *Análise do Discurso* (AD), da sua vertente *Análise do Discurso Crítica* (ADC) e diversos aspectos dos estudos do *newsmaking*. Por muitos momentos da análise, os conceitos e questões trazidos por esse capítulo nos foram úteis. O capítulo três – *Construção de uma metodologia de análise* – foi possível, a partir das leituras de John Thompson e Teun van Dijk. O objetivo era estruturar uma metodologia que nos permitisse bem analisar o *corpus* e obter respostas satisfatórias às nossas indagações. No capítulo quarto – *Análise do corpus* – utilizando a metodologia construída, examinamos sistematicamente as matérias do *corpus* a fim de responder, com a maior segurança possível, as hipóteses formuladas.

Incluimos no final do trabalho três anexos: Anexo A – *Disposições normativas sobre a liberdade de expressão*, que traz uma boa parte das normas, leis e regulamentos sobre o assunto no Brasil e no mundo; Anexo B – *Análise dos editoriais de O Estado de S. Paulo*, uma investigação por cinco meses dos editoriais de fins de semana do jornal, mostrando a diferença de tratamento que ele dá ao

mesmo assunto na Internacional e no Editorial; e Anexo C – *Processo produtivo de O Estado de S. Paulo*, onde tivemos a oportunidade de acompanhar em linhas gerais o que ocorre durante um dia de atividade nas editorias Geral e Internacional.

Construímos um *corpus* de *dezesseis notícias*, todas da editoria Internacional, a partir de 58 matérias de diversas editorias, sempre na versão impressa do jornal Estado. O período de coleta das 58 *notícias* foi de 27.06.2009 a 01.02.2010 e o do *corpus* reduziu-se de 01.08.2009 a 26.01.2010.

A análise quanto à *ideologia* nas matérias do Estado foi baseada nas categorização de Teun van Dijk e nas estratégias de construção ideológica de John Thompson. A contribuição teórica dada pela *Análise do Discurso Crítica* (ADC) e pelos estudos de *newsmaking* – com suas facetas, como a *noticiabilidade*, *rotinas produtivas* etc. – prestaram valiosa ajuda para o nosso entendimento de como o *discurso* noticioso pode ser ideológico, do emprego que se faz de conceitos como *liberdade de expressão* e de como o conceito derivado de *liberdade de imprensa* contribui decisivamente para a formação do caráter profissional do *jornalista*.

Temos como objetivo geral a pesquisa do *discurso* do jornal *O Estado de S. Paulo*, através do qual nos propomos a investigar as estratégias de construção ideológica no seu *discurso*, que, segundo Thompson, acontece através do sentido das formas simbólicas, que geram convencimento.

Os objetivos específicos são:

- 1) Investigar como os conceitos de *liberdade de expressão* e *de imprensa* contribuem para o processo de convencimento do leitor;
- 2) Investigar a importância e a dinamicidade do conceito de *liberdade de imprensa* na construção e na legitimação como profissional do *jornalista*.

Nossas hipóteses são duas:

- 1) *O Estado de S. Paulo*, apesar de obedecer aos critérios das *rotinas produtivas*, de *noticiabilidade* e dos padrões de comportamento profissional etc., utiliza-se formas simbólicas e artifícios de convencimento para transformar seu *discurso* ideologicamente.
- 2) *O Estado de S. Paulo* faz uso do conceito de *liberdade de expressão* e *de imprensa* com o propósito de reforçar a ideia de que essas concepções só se tornam possíveis no contexto de uma democracia liberal, que regula minimamente o setor de comunicação.

A pesquisa está dividida em quatro partes: a primeira utiliza as categorias de Teun van Dijk; a segunda, a teoria/método da ADC; a terceira, as estratégias de construção simbólica de John Thompson; e, por fim, sete conceitos de *newsmaking*. Em cada uma dessas partes escolhemos algumas *notícias* do *corpus* para serem investigadas por cada uma das quatro metodologias.

A análise a partir de van Dijk está dividida em quatro categorias: *morfologia*, *semântica*, *sintaxe* e *estilística*. Analisamos oito matérias, inicialmente fazendo uma breve introdução; depois uma análise quantitativa e, a seguir, outra qualitativa. Na segunda parte, foram aplicados fundamentos da ADC em seis matérias. A investigação com as 13 estratégias de construção simbólica de Thompson utilizou sete *notícias*. E na última parte, investigamos outras cinco matérias sob a perspectiva de algum aspecto dos estudos de *newsmaking*.

O jornal *O Estado de S. Paulo* existe há 135 anos, com a quinta maior circulação nacional e sede na cidade de São Paulo (SP). Foi criado por *dezesseis* republicanos e abolicionistas, mas há muito é um jornal conservador e neoliberal. Entretanto, desde o fim da década de 1960, o Estado tem se tornado mais progressista, social e politicamente. Seu leitor médio é das classes A e B, com nível de escolaridade superior. Possui formato *standard* com 26 cadernos, que são distribuídos ao longo da semana. Dá grande ênfase à cobertura internacional, dispondo há anos de correspondentes internacionais.

Podemos citar algumas das justificativas que nos levaram a pesquisar este tema, enumeradas a seguir sem ordem de importância:

- Relevância Acadêmica: contribuir com material teórico elaborado a partir de investigação de um jornal de grande circulação, que possibilite a outros acadêmicos e a entidades científicas informações adicionais para o estudo da *ideologia* e da *liberdade de expressão* aplicadas a um grande jornal.
- Contribuição social: oportunizar aos leitores de mídia impressa a tomada de consciência do caráter ideológico da *notícia* e, se possível, ajudar para que eles exerçam maior senso crítico.
- Interesse Pessoal: adquirir conhecimentos teóricos sobre o tema e crescer enquanto pesquisador acadêmico.

- Viabilidade da Pesquisa: boa quantidade de material teórico, facilidade de coleta de *notícias* do objeto, bom suporte acadêmico, fornecido pelos professores da UnB e pelo orientador.

Capítulo I

REVISÃO DE CONCEITOS

Apresentaremos neste capítulo uma revisão de alguns conceitos que serão utilizados nesta dissertação. Em um primeiro momento, trabalharemos a definição de *ideologia*, a partir de um estudo da evolução histórica do conceito. Na sequência trataremos da noção de *liberdade de expressão* e *de imprensa* e a forma como elas são apropriadas pelo *discurso* jornalístico. O objetivo é utilizar mais tarde as definições apresentadas neste capítulo para subsidiar nossas análises sobre a cobertura da *liberdade de expressão* na Venezuela pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

1.1 IDEOLOGIA

1.1.1 Origens do conceito

Os primeiros a utilizarem o termo *ideologia* foram os pensadores da Antiguidade Clássica. Para eles, *ideologia* significava um conjunto de ideias e opiniões de uma sociedade.

Na Idade Moderna, o termo aparece pela primeira vez em 1801, no livro *Eléments d'idéologie*, do filósofo francês Destutt de Tracy (1754-1836). Imbuído da confiança e do espírito afirmativo do Iluminismo, esse nobre pretendia elaborar uma ciência da gênese das ideias, cujo objetivo seria a análise sistemática dos pensamentos e das sensações. Tracy cria que a *ideologia* deveria ser a “primeira ciência”, na medida em que todo o conhecimento científico é formado de ideias. Um minucioso exame dos pensamentos e das sensações permitiria à *ideologia* “a reestruturação da ordem social e política de acordo com as necessidades e aspirações dos seres humanos.” (Thompson, 1995:45).

O filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), ao escrever seu livro *Cours de philosophie positive*, empregou o termo *ideologia* de modo similar ao de Tracy, mas deu outro significado. Comte concorda com Tracy quanto à *ideologia* permanecer como uma atividade filosófico-científica – que partindo das sensações estuda a gênese das ideias resultantes da investigação das similaridades entre o corpo

humano e o meio ambiente. Todavia, Comte toma outro caminho ao vincular a história à *ideologia*. Esta adquire um novo significado, i.e., de ser um conjunto de ideias de uma época, seja como “opinião geral”, seja como pensamento teórico daquele período.

O positivismo de Comte visa explicar a evolução do espírito humano em três fases consecutivas: fetichista ou teológica (o homem explica a realidade através do divino); metafísica (explica-a através de princípios gerais e abstratos) e positiva ou científica (analisa os fatos, elabora leis gerais e constrói uma ciência da sociedade; é a etapa final do progresso humano). Cada uma dessas etapas do desenvolvimento humano contém um grupo de ideias que explicam o conjunto de fenômenos naturais e humanos. O termo *ideologia* foi utilizado para classificar os conjuntos de ideais associados a essas respectivas etapas evolutivas.

Aqui *ideologia* é teoria, compreendida como a organização sistemática de todos os conhecimentos científicos. Tais conhecimentos são coletados, organizados e, sobretudo, corrigidos pelos sábios, a fim de eliminar qualquer elemento metafísico. A *ideologia* passa a comandar a prática dos homens, que buscam nela critérios e mandamentos para o seu agir.

Émile Durkheim (1858-1917) emprega o termo *ideológico* em seu livro *Les règles de la méthode sociologique* (1895), no qual expunha sua intenção de criar a sociologia com bases científicas, racionais, objetivas e observacionais. O teórico afirma que, para obter a objetividade científica, é necessária a separação entre sujeito e conhecimento bem como entre objeto e conhecimento, garantindo assim a neutralidade do cientista. Para se alcançar a sociologia científica ele recomenda tratar o fato social como se fosse natural. O fato social deve ser desprovido de “interioridade, isto é, de subjetividade, de modo a permitir que o sociólogo encare uma realidade, da qual participa, como se não fizesse parte dela.” (Chauí, 1995:15).

Além disso, Durkheim vê a *ideologia* como um refugio de ideias antigas, pré-científicas. Considera-as como preconceitos e pré-noções inteiramente subjetivas. Sua justificativa para com a *ideologia* era tríplice: 1) é subjetiva e tradicional: o pensador não tem distanciamento; 2) imbuído de um conjunto de pré-noções ou pré-conceitos, o cientista caminha das ideias aos fatos, e não o inverso, como deveria ser o fazer científico; 3) por não ter conceitos precisos, o cientista substitui os verdadeiros fatos por palavras vazias. A ciência é substituída pela invenção pessoal, pela arte, por suas idiossincrasias.

A corrente de pensadores que seguiu a obra de Durkheim entende que é possível construir uma *ideologia* como um sistema estruturado de ideias, normas ou representações, independente das condições materiais. Na sua concepção, o pensamento é fruto somente das ideias, sem vínculo com o mundo e a produção material. Para eles, as ideias não decorrem do pensamento de alguns homens, mas são entidades autônomas descobertas por esses homens.

1.1.2 A ideologia em Marx e Engels

Em meados do século XIX, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) desenvolveram uma teoria de *ideologia* na qual ela é tida como uma consciência falsa, decorrente da divisão entre o trabalho manual e o intelectual. O pensamento desses teóricos alemães é considerado o mais importante sobre *ideologia*. Com eles, o conceito obteve um novo *status* e passou a ser parte fundamental de um sistema teórico então elaborado. Eles consideravam que a *ideologia* era um instrumento de dominação de uma classe social sobre outras.

No livro *Feuerbach (A ideologia alemã)* (1846 *apud* Chauí, 1995:34), Marx e Engels criticam a visão idealista dos pensadores hegelianos alemães: “Os jovens hegelianos estavam trabalhando sob a ilusão de que a batalha real que deveria ser travada era uma batalha de ideias e que, assumindo uma atitude crítica diante das ideias recebidas, a própria realidade *poderia* ser mudada.” (Thompson, 1995:50). Marx e Engels deram o nome de “*ideologia alemã*” ao pensamento dos hegelianos alemães e procuraram desacreditá-los ao vinculá-los às doutrinas muito criticadas na França algumas décadas antes. Aliás, o próprio termo *ideologia*, para Marx e Engels, é empregado como algo errado.

Assim, Marx e Engels constroem uma “concepção polêmica” da *ideologia*. Na sua visão, ela é uma doutrina teórica e uma atividade. Eles são incapazes de compreender as condições sócio-históricas da realidade, por perceber as ideias como autônomas e eficazes. Essa concepção polêmica está fundamentada em três pressupostos: 1) são as condições materiais da vida de um homem que determinam as suas formas de consciência, que não se manifestam autonomamente, mas, ao contrário, estão em essência determinados pelo cotidiano dos homens, que juntos

produzem seus meios de subsistência; 2) é a divisão do trabalho manual do trabalho intelectual que possibilita o desenvolvimento das doutrinas que veem as ideias como autônomas e eficazes; 3) o estudo científico da história pode explicar as doutrinas constituintes da *ideologia*; estas podem ser explicadas pelas circunstâncias históricas específicas.

Se, a princípio, o conceito de *ideologia* na concepção de Marx e Engels era uma crítica aos jovens hegelianos, ele evoluiu para uma definição mais geral, na qual a *ideologia* provém e se mantém vinculada às relações de classe e às condições de produção econômica. Compõe, assim, um sistema de ideias para a manifestação dos interesses da classe dominante. Contudo, fá-lo do modo ilusório. Isto porque a *ideologia* não representa com precisão a natureza e as posições relativas das classes em jogo. E, ao distorcer estas relações, colabora com os interesses da classe dominante.

Marx e Engels entendiam que a forma de sustentação das relações de dominação era manter os dominados focados em imagens e ideais do passado – que não revelam as relações de classe. Desta forma, as relações de dominação evitavam o futuro, que estimula a mudança social. Sua concepção de *ideologia* pressupõe a existência de fenômenos que não são simples epifenômenos das condições econômicas e das relações de classe; são construções simbólicas com algum nível de autonomia e eficácia. Tais fenômenos são imputados como “a concepção latente de *ideologia*[; eles] demonstram a persistência de símbolos e valores tradicionais, ‘deste séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo’, no coração mesmo da sociedade burguesa moderna.” (Thompson, 1995:58).

Pela superioridade e ou propagação de construções simbólicas, a concepção latente de *ideologia* possibilita a sustentação das relações sociais, ao mesmo tempo em que impede as mudanças, num processo de conservação do *status quo*. As formas simbólicas capitaneiam, assim, um movimento que leva as classes dominadas ao passado, dificultando a compreensão de seus interesses de classe e, a partir daí, de transformar a sociedade que as explora. Marx e Engels perceberam que a ordem social poderia manter a opressão com a utilização das palavras e imagens que avivasse uma tradição, e, assim, dificultasse uma transformação social, que possibilitasse, ainda, a abertura de um espaço teórico para uma nova concepção de *ideologia*.

O conceito de *ideologia* de Marx e Engels carrega uma característica negativa, pejorativa, mesmo de doença, ao expressar os interesses das classes dominantes e corroborar para a manutenção do *status quo*. Eles afirmam que a consequência mais latente da *ideologia* (enquanto falsa consciência) é a inversão ou a camuflagem da realidade, facilitando, assim, a materialização dos ideais e interesses da classe dominante. Ao escrever sobre o conceito geral de *ideologia*, Marx o fez, pontualmente, sobre a *ideologia* em seu país, como aponta o título do livro *A ideologia alemã*. Logo, sua análise é historicamente determinada, referindo-se às obras dos pensadores alemães pós-Hegel.

Ainda assim, Marx e Engels inicialmente fazem algumas considerações gerais sobre a *ideologia*, cuja gênese estaria marcada pela divisão social do trabalho, que separou o trabalho material ou manual do trabalho intelectual. A consciência (a realidade espiritual e intelectual em geral) está inseparavelmente conectada às condições materiais de produção da existência e ao relacionamento social. No entendimento de Marx e Engels, os homens não representam, na verdade, suas condições materiais, mas fazem o inverso: representam a maneira como essa realidade acontece para eles na experiência imediata. Devido a isso, as ideias têm tendência a ser uma representação invertida do processo real e, assim, transformam aquilo que é efeito ou consequência, em origem ou causa e vice-versa.

A natureza e as ações do homem estão sob o domínio de um *poder* à parte, insondável, longe fisicamente, assim como da compreensão do homem. É nessa alienação que se manifesta primeiramente a consciência e torna possível a concepção da *ideologia*: as ideias tidas como um *poder* espiritual autônomo condutor da ação humana no mundo material são anteriores, superiores e exteriores à práxis. Essa concepção viabiliza a separação entre o trabalho material e o espiritual, que assim completa a divisão social do trabalho.

Foi essa divisão que possibilitou à consciência conceber outra realidade da práxis existente, “representar *realmente* algo, sem representar *algo real*. A partir desse instante, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e entregar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc.” (Marx e Engels, 1982:7).

Karl Marx compartilha da concepção crítica e entende a *ideologia* como uma forma de mascarar a realidade. De modo similar, a Teoria Crítica da Escola de

Frankfurt percebe a *ideologia* como uma ideia, *discurso* ou ação que esconde um objeto, seja sua aparência, seja suas qualidades.

Segundo Chauí (1995:42), o fenômeno da *ideologia* não é um processo subjetivo consciente. O indivíduo, pertencente a uma classe, compreende-se submisso às condições sociais impostas previamente, o que lhe impede de perceber-se agente de sua própria classe. Não consegue entender que tanto a sua realidade, como a de sua classe, provém do exercício social dos que a compõem. A integração do indivíduo à sua classe é compulsória, visto que esta é uma entidade em si e por si. Fatalidade do destino, a classe se naturaliza, passando a ser tida pelos seus membros como algo a-histórico, sobre a qual não têm domínio.

Na concepção burguesa, a *ideologia* produz uma forma de alienação que faz com que o homem creia que é desigual, por natureza e talento. Entretanto, mesmo se aceitando desigual, dominado (natural ou socialmente), contraditoriamente, a *ideologia* consegue fazê-lo acreditar que ele é “igual perante a lei”. Num perfeito jogo de ilusões, esse homem crê na sua igualdade, mas não consegue perceber que essa ideia de igualdade se baseia em leis desiguais, criadas para uma classe que não é a sua.

A compreensão da origem e da função da *ideologia* pelo *marxismo* só é possível de ser entendida pela luta de classes, na medida em que a *ideologia* é um dos instrumentos de dominação de classe e uma das formas da luta de classes. Resultado da prática social, a *ideologia* surge da atividade social dos homens e se estrutura conforme a classe social de que provém. Cada uma representa para si mesma o seu modo de existência, com ideias e representações próprias, conforme as experiências que cada uma delas tem de sua existência nas relações de produção.

No entanto, as ideias dominantes em uma sociedade numa época determinada não são todas as ideias existentes nessa sociedade, mas serão apenas as ideias da classe dominante dessa sociedade nessa época. Ou seja, a maneira pela qual a classe dominante representa a si mesma (sua ideia a respeito de si mesma), representa sua relação com a Natureza, com os demais homens, com a sobrenatureza (deuses), com o Estado, etc., tornar-se-á a maneira pela qual todos os membros dessa sociedade irão pensar. (Chauí, 1995:50).

1.1.3 A ideologia de Mannheim

Nas décadas que se seguiram, muitos pensadores tratam do tema *ideologia*: uns mantendo a concepção original de Marx (Karl Korsch, Georg Lukács), outros criando seus próprios conceitos (Karl Mannheim, Louis Althusser, Paul Ricouer e Nildo Viana), e ainda Vladimir Lênin, que adota uma concepção de *ideologia* neutra. A partir do conceito marxista, Lênin passa a entender a *ideologia* como uma visão de mundo, como uma concepção de realidade social ou política adotada por uma classe social.

Tendo como base o enfoque de Marx, Karl Mannheim (1893-1947) elabora seu conceito de *ideologia* como sistemas interligados de pensamentos e vivências, regidos por circunstâncias sociais e compartilhados entre os integrantes da sociedade. Tem como alvo a análise de todos os fatores sociais que influenciam o pensamento, a fim de assegurar ao homem de hoje uma nova visão de todo o processo histórico.

O principal interesse de Mannheim é transcender o caráter partidário das primeiras teorias, a fim de tornar a análise da *ideologia* numa sociologia do conhecimento, entendido como um sistema de pensamento e ideias inserido em uma sociedade e partilhado por seus membros. Com esse direcionamento, o elo com o fenômeno de dominação foi perdido na concepção restrita de Mannheim. Deste modo, este se aproxima muito mais da concepção de *ideologia* de Napoleão Bonaparte¹ do que daquela formulada por Marx e Engels.

Sociólogo, Mannheim fundamenta seus pensamentos em um pressuposto teórico chamado de “sociologia do consenso”, que entende que as mudanças sociais acontecem de modo gradual e não através da luta armada. Para Mannheim é a cultura o elemento fundamental para as transformações na sociedade, que ele intitula de progresso social. Para o sociólogo, “a sociedade deve mudar do ponto de vista material e técnico (desenvolvimento da tecnologia, melhoria das condições materiais de vida), permanecendo, porém estável no que se refere à moral, aos costumes, às condutas sociais e às tradições.” (Santos, 2007:1).

¹ Em 1812, o imperador Napoleão Bonaparte deu um novo sentido ao conceito de “ideologia” criado como ciência das ideias por Destutt de Tracy. Napoleão denominou pejorativamente Tracy e seus seguidores de “ideólogos”, com sinônimo de “deformadores da realidade”. Em reunião no Conselho de Estado, o imperador definiu assim a ideologia: “essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história”.

Dentro dessa perspectiva, o que faz a sociedade viabilizar essa mudança é o seu processo de conscientização, i. e., seu crescente e mais profundo esclarecimento quanto ao que ocorre na sociedade quando essa passa por um processo de absorção e domínio de novas formas de fazer ciência e manejar técnica.

1.1.4 Ideologia neutra e ideologia crítica

Tendo passado em revista as principais concepções de *ideologia*, podemos perceber que elas se dividem basicamente em duas categorias: *neutra* e *crítica*.

A concepção *neutra* é proveniente do senso comum e entende a *ideologia* como um conjunto de ideias, de pensamentos, de doutrinas, de visões; um ideário de mundo de um indivíduo ou de um grupo, relativo a ações sociais, em especial políticas. Para a *ideologia neutra* o fenômeno ideológico não precisa ser obrigatoriamente ilusório ou enganador, ou ainda vinculado a algum grupo social. A *ideologia neutra* é concebida como um aspecto da vida social, podendo estar presente em qualquer manifestação social, não sendo necessariamente voltada para a transformação ou preservação da ordem social.

Já a concepção *crítica* considera a *ideologia* um instrumento de dominação, que age através do convencimento (persuasão ou dissuasão, mas não por meio da força física) de modo a alienar a consciência humana. Para criar e/ou manter as relações de dominação, utiliza-se de um ferramental simbólico. Nesta concepção, ideologia tem um caráter negativo, parcial e ilusório: “[...] a própria caracterização de fenômenos como *ideologia* carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos.” (Thompson, 1995:73).

Neste trabalho, alinharemos-nos ao posicionamento do sociólogo norte-americano John B. Thompson. Ele critica o processo de “neutralização do conceito de *ideologia*” (Thompson, 1995:75), adotado por vários autores contemporâneos e formula uma concepção crítica de *ideologia*: “as maneiras como o sentido usa formas simbólicas (texto impresso, imagem etc.) para estabelecer e sustentar relações de dominação de determinados grupos sobre outros, de maneira

continuada.”². Ao analisar criticamente a *ideologia*, Thompson está interessado inicialmente no modo como as formas simbólicas se entrelaçam com as relações de *poder*. Thompson salienta que as relações de classe não são as únicas formas de dominação e subordinação, mas apenas um dos eixos de desigualdade e subordinação. Outros eixos ocorrem, como por exemplo, as relações homem-mulher, entre grupos étnicos, entre estados hegemônicos e periféricos etc.

O sociólogo norte-americano alerta que o caráter ideológico dos fenômenos simbólicos só existe se estes estiverem situados nos contextos sócio-históricos, nos quais é possível o estabelecimento e a sustentação de relações de dominação. Essas formas simbólicas podem ser errôneas e ilusórias e a *ideologia* pode agir por meio do ocultamento e do mascaramento das relações sociais, o que provoca um falso entendimento da realidade. Entretanto, isso é contingência e não característica necessária da *ideologia*. O fundamental não é se as formas simbólicas são falsas ou verdadeiras, e sim os modos como elas são particularmente empregadas para instaurar e sustentar relações de dominação.

Na concepção de *ideologia* de Thompson, o sentido das formas simbólicas tem grande importância, pois são constitutivas da realidade social e têm grande envolvimento na criação e na manutenção da relação entre pessoas e grupos. Assim, as formas simbólicas não são tão somente representações usadas para unir ou encobrir relações sociais ou interesses pré-simbólicos, mas, pelo contrário, interagem de modo contínuo e criativo para a formação das relações sociais. A partir dessa definição, Thompson (1995:79) propõe conceituar *ideologia* como:

maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção das formas simbólicas.

Thompson entende por *formas simbólicas* uma enorme gama de ações, imagens, falas, textos produzidos e reconhecidos por indivíduos e pelos seus como construtos significativos. Contudo, as formas simbólicas também podem ser não-linguísticas.

² Esta definição foi condensada a partir do próprio Thompson (1995:70), como também de Bonfim (2002:328).

Em seu livro *Ideologia e cultura moderna*, o pesquisador americano escolheu, dentre muitas, algumas estratégias simbólicas mais significativas para analisar os fenômenos ideológicos, agregando-as em cinco modos gerais de operação da *ideologia*³.

Tendo que definir que tipo de concepção de *ideologia* usaremos neste trabalho, escolhemos a concepção *crítica* fundamentalmente pela inadequação da concepção neutra aos nossos objetivos de pesquisa; por outro lado, nos alinhamos aos pressupostos da concepção *crítica*. A *ideologia neutra* não pressupõe a ciência, pois se baseia no senso comum. A *ideologia* é tida como um ideário de mundo de um indivíduo ou grupo, sem a necessária inserção no arcabouço social, o que traria à *ideologia* um caráter de classe e um inerente conflito de interesses.

Por outro lado, a concepção *crítica* entende que a *ideologia* se expressa através dos fenômenos simbólicos ao cumprirem um papel de instaurar e manter dominação em um contexto sócio-histórico. Nessa realidade, a *ideologia* transita entre elementos de dominação; mecanismos de ilusão, persuasão e dissimulação; ferramentas simbólicas. Sua compreensão traz condições para aplicação de uma análise crítica ao nosso objeto de pesquisa, logo, é a mais adequada ao nosso trabalho.

1.1.5 Jornalismo, ideologia e objetividade

Teórico marxista, Genro Filho comunga com a concepção crítica de *ideologia*. Parte do pressuposto de que a atividade jornalística é essencialmente ideológica, produto das necessidades econômicas, políticas e ideológicas. Para ele, a mídia burguesa é regida por uma *ideologia da objetividade*, na qual os fatos falam por si mesmos, “contextualizados e hierarquizados subjetivamente com base no senso comum e na *ideologia* burguesa, para que sua apreensão e reprodução jornalística atuem como reforço da ordem e do *status quo* positivamente existente.” (Genro Filho, 1987:143-144). O teórico admite, entretanto, que são as relações sociais burguesas que inovam e criam uma necessidade burguesa do *jornalismo*, que o implementam conforme seus interesses e hegemonia.

³ Elas são: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Algumas das estratégias que compõem tais modos gerais de Thompson serão utilizadas na análise do *corpus*.

Em relação ao *jornalismo* de opinião e à publicidade⁴, segundo o autor, a ‘*ideologia*’ do *jornalismo* burguês dá prioridade à missão informativa em relação às outras duas. A razão é a necessidade que o jornal tem de respeitabilidade para que obtenha, dentre outras vantagens, valorização no mercado publicitário. Mesmo não sendo informações totalmente objetivas ou imparciais, a função dessas informações passou, na segunda metade do século XIX, a colaborar com a globalização das relações sociais, nas quais os cidadãos de todas as localidades adquiriram uma identidade universal.

Contudo, Genro Filho (1987:138) salienta que essas necessidades universais e objetivas precisam ser atendidas a partir de uma visão de classe, pois

é a carência objetiva da sociedade como um todo que fornece as bases para o mito ideológico de que o *jornalismo* pode vincular-se direta e abstratamente a essas necessidades gerais, segundo um interesse político global da sociedade, que se revela como mesquinho interesse de manutenção da ordem burguesa.

A questão da verdade no *jornalismo* hoje não pode ser entendida exclusivamente por critérios ideológicos, diz Genro Filho. A função do *jornalismo* não é exclusivamente ideológica, como forma de estabelecimento de uma nova ordem política da burguesia em ascensão. Mas o *jornalismo* descortina uma complexa e dinâmica ordem superior nas relações sociais, descartando a lógica mercantil com a qual se instalou o capitalismo.

Firmemente estabelecida na sociedade pós-moderna, a concepção de real e verdade conduz a prática diária do homem, determinando o ideal de *objetividade* tanto para os jornalistas, como para os cientistas. Essa concepção de realidade está baseada na *objetividade* enquanto *ideologia* legitimadora do *jornalismo*. Para descrever os fatos, é usado um critério de verdade baseado na *objetividade*, na certeza de que esta elimina todo traço de *subjetividade*. Segundo Meditsch (2007:227), engana-se quem crê que desse modo se obtém o ideal de *objetividade* no *jornalismo*, pois a não-intervenção nada mais é do que a ilusão de não-comprometimento, de isenção do sujeito na descrição do fato. Entretanto, convém salientar que estão presentes na produção de qualquer *discurso*, assim como em toda prática humana.

⁴ Ato de tornar público os atos e ações, no caso do governo, para seu melhor controle pela população.

O *discurso* não passa a ser objetivo pela atitude do autor, mas quando este mesmo autor o exterioriza, tornando realidade concreta exógena. Aliás, não existe relação necessária entre *objetividade* e verdade. Um exemplo é a possibilidade de uma obra de ficção e uma mentira intencional *poderem* ser tão objetivas quanto uma *notícia*, respeitando as rotinas jornalísticas, ou mesmo um trabalho acadêmico.

O paradigma tradicional de *objetividade* no *jornalismo* confunde a verdade com realidade, assim como forma e conteúdo. Também não se distingue com clareza entre o texto objetivo, meramente informativo, e o texto interpretativo ou opinativo. De acordo com Meditsch (2007:232), “os fatos não são uma realidade exclusivamente objetiva, eles próprios são construções humanas e, como tal, têm um componente subjetivo inseparável. Os fatos referem-se à realidade e, uma vez objetivados, pertencem à realidade, mas não são a mesma realidade”.

Assim, o conhecimento se objetiva ao ser exteriorizado pelo sujeito, por outro lado, devemos reconhecer que, devido ao componente subjetivo dos fatos, todos eles são arbitrários e relativos. Aliás, o próprio sujeito não surge do nada, mas provém da relação com uma realidade objetiva pré-existente a ele. Para Meditsch (2007:232), uma solução seria adotar a perspectiva da *intersubjetividade*⁵, através da qual se consideram tanto as dimensões objetivas como subjetivas do conhecimento, com a vantagem de não exigir uma conciliação entre os paradigmas anteriores, mas somente sua superação.

Ao contrário da *objetividade*, o parâmetro da *intersubjetividade* é variável e regrado, existindo em vários níveis, dos quais decorrem diferentes padrões de validade. Num mesmo espaço de fala podem conviver vários modos de validação de argumentos, podem até ser contraditórios.

Diferentemente da produção científica, a jornalística acontece no campo do senso comum. Seu conhecimento é percebido como uma atitude cognitiva natural, porque se refere a um mundo que é comum a muitos homens. A *notícia* é preponderantemente um ato de fala assertivo. Contudo, recebe o apoio da dimensão perlocutiva ou persuasiva na formulação dos significados com o propósito de facilitar

⁵ Na intersubjetividade, “o conhecimento depende de outras pessoas e a idéia não é dada pela mente, mas pelo uso da palavra numa determinada comunidade, em práticas coletivas. Aceita, por isto, as ‘impurezas’ e trabalha com elas, considerando o conhecimento não como um dado da idéia, mas como fruto da relação interpessoal ou intersubjetiva, a qual, por sua vez, é produto da linguagem, vista não como instrumento, porém como uma prática linguística de uso comum. A verdade nunca é subjetiva, pois não se forma nenhuma essência” (Ibaixe Jr., 2009:1).

a aceitação como verdade ou, ao menos, a possibilidade de verdade. Para van Dijk (1988:84-85), a dimensão persuasiva do texto não acarreta obrigatoriamente uma argumentação aparente. O estudioso aponta as estratégias retóricas na *notícia* que corroboram para esse fim:

- a) “sublinhando a natureza factual dos acontecimentos”: descrições diretas, testemunhos, *fontes* tidas como confiáveis, enfim, dados considerados precisos e exatos;
- b) “construindo uma estrutura relacional sólida para os fatos”: relacionando o fato presente a outros prévios, citando condições e causas prováveis; tornando fatos novos em familiares pelo artifício de inserir modelos situacionais bem conhecidos e organizá-los em estruturas bem conhecidas.
- c) “inserindo na informação atitudes e emoções”: o fluir da emoção se dá na cognição pela atenção que desperta (positiva ou negativa) e pela variedade de opiniões (estas têm maior atenção quanto mais próximas ideologicamente).

Em sintonia com o pensamento de van Dijk, afirmamos que o *jornalismo* não argumenta só em termos formais, pois para tanto seria necessário que sua forma expusesse suas premissas. Por outro lado, na cabeça do *jornalista* existem premissas baseadas no bom senso, que ele imagina serem também reconhecidas pelo seu público. Isto porque o bom senso é intersubjetivo. Portanto, na maioria das vezes é compartilhado entre o *jornalista* e seu público. Entretanto, essa troca nem sempre funciona, pois o senso comum é também um mercado de trocas ideológicas. E, no momento que isso acontece, tanto a argumentação como a ilusão da *objetividade* ruem.

Quanto à realidade, o *jornalismo* apresenta uma capacidade e uma incapacidade: se, por um lado, o *jornalismo* se faz capaz de desvelar aspectos da realidade impossíveis de a academia fazê-lo, por outro, não está apto para decifrar a realidade em foco, pois:

O universo das *notícias* é o das aparências do mundo; o noticiário não permite o conhecimento essencial das coisas, objeto, científico, da prática teórica, a não ser por eventuais aplicações a fatos concretos. Por trás das *notícias* corre uma trama infinita de relações dialéticas e percursos subjetivos que elas, por definição não abarcam. (Lage, 1985 *apud* Meditsch, 2007:242-243).

1.2 **LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE IMPRENSA E JORNALISMO**

O entendimento sobre o que é *liberdade de expressão*⁶ guarda íntima relação com o de *democracia*. Podemos ilustrar essa assertiva recorrendo ao conceito de *liberdade de expressão* elaborado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos:

liberdade de expressão é a pedra fundamental de própria existência da sociedade democrática. Ela é indispensável para a formação da opinião pública [...] Ela é, em resumo, a condição para que a comunidade, no momento de exercer suas opções, seja suficientemente informada. Finalmente, é possível afirmar que uma sociedade que não está bem informada não é inteiramente livre (Canela, 2007:7 – Tradução do autor).

A definição acima tem suas raízes na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX, durante o Iluminismo: “O conceito base do pensamento liberal é de que os homens nasceram livres, iguais em dignidade e direitos.” (Nelson, 2007:4). Assim, como decorrência desses preceitos, os pensadores liberais acreditavam que a *liberdade de expressão* era o esteio e favorecia a aplicação de todas as outras *liberdades*, na medida em que afiançava a publicidade, o controle dos atos do *poder* público e a supremacia da verdade e da razão. De modo mais específico, eles criam que a *liberdade de expressão* permitia o exercício dessa *liberdade* na divulgação de informações e opiniões através da imprensa.

1.2.1 Liberdade de expressão e o jornalismo no Brasil

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, introduz várias inovações em relação à *liberdade de manifestação* do pensamento, além de proporcionar maiores direitos e garantias. Com ela, o Brasil conquistou um marco democrático que assegura ao seu povo *liberdades de expressão e de imprensa*. Esse avanço constitucional edificou as bases para a instalação de um sistema de comunicação social em igualdade com a realidade internacional mais avançada.

⁶ Para maiores informações veja Apêndice A: Disposições normativas sobre a *liberdade de expressão*.

Duas décadas depois da redemocratização, a sociedade brasileira desfruta, em linhas gerais, de uma mídia livre e uma sociedade civil ativa, em uma situação bastante diversa daquela do regime militar instaurado em 1964. Todavia, persistem significativos impedimentos, além das restrições à *liberdade de expressão*. Dentre eles, destacam-se o arcabouço legal defasado e deficiente, a falta de incentivo à radiodifusão pública e comunitária, uma mídia pouco plural e com baixa diversidade, a interferência, com frequência, arbitrária da justiça no exercício do *jornalismo* e as situações de violência na forma de ameaças ou agressões, conforme denuncia Paula Martins (2008:1), coordenadora no Brasil da Artigo 19, uma organização não-governamental internacional para a promoção e proteção da *liberdade de expressão*.

Parte da legislação brasileira referente à *liberdade de expressão* está incompleta – em especial as garantias constitucionais – porque carece de norma adicional e infraconstitucional que explicita e detalhe seu conteúdo. Exemplo disso é a falta de regulamentação do direito de acesso à informação pública. Em termos legais, ela existe, mas sua aplicabilidade está comprometida pela inexistência de normas operacionais.

Além disso, ainda persistem dispositivos autoritários na legislação brasileira. Martins (2008:1) exemplifica: a possibilidade de censura a espetáculos e diversões públicas; a inadmissão da prova da verdade em acusações de crime de calúnia praticada contra os primeiros signatários dos três *poderes*, chefes de Estado ou de governo estrangeiro ou seus representantes diplomáticos; e a possibilidade de três situações tais: a proibição de periódicos e outros impressos estrangeiros; a possibilidade de apreensão de impressos que incitem “à subversão da ordem política e social” e o direito de determinar a suspensão da impressão, circulação ou distribuição de periódico sem autorização judicial.

Certamente, a questão de concentração dos meios de comunicação em poucos grupos empresariais tem reflexo direto na forma e na intensidade como a *liberdade de expressão* é desfrutada no Brasil. Por outro lado, Martins (2008:1) lembra que um setor de mídia oligopolizado como o nosso não é incomum no resto do mundo.

A concentração da mídia é uma tendência mundial, além de ser uma tendência brasileira. De acordo com pesquisa do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (Os Donos da Mídia) seis empresas de mídia controlam o mercado de TV no Brasil, um mercado que gira mais de

três bilhões de dólares por ano. Estas seis principais empresas de mídia controlam, em conjunto com seus 138 grupos afiliados, um total de 668 veículos midiáticos (TVs, rádios e jornais) e 92% da audiência televisiva (em um país em que 81% da população assiste à TV todos os dias, numa média de 3,5 horas por dia).

No momento da concessão de emissoras de rádio e televisão, é importante que o governo brasileiro garanta a igualdade de oportunidades de acesso para todos os indivíduos, em um processo transparente. Outra medida democrática é a implantação de um sistema público de radiodifusão, que, junto com o sistema privado e comunitário, garanta o pluralismo e a diversidade da mídia e corrobore para o pleno fluxo de informações e opiniões característico da vida democrática.

Segundo Martins (2008:1-2), este sistema público de radiodifusão deveria ter como princípios-base:

(i) a criação de estruturas apropriadas que assegurem sua independência, como Conselhos plurais e autônomos; (ii) a adoção de esquemas de financiamento que garantam o livre fluxo de informações e ideias e a promoção do interesse público; e finalmente, (iii) processos de prestação de contas que tornem os radiodifusores públicos responsáveis perante o público, tanto em relação ao conteúdo transmitido como em relação aos recursos gastos.

1.2.2 Liberdade de imprensa: uma breve revisão histórica

Como afirmamos na seção anterior, a importância e a noção da *liberdade de imprensa* ser algo fundamental foram atribuídas ao Iluminismo e aos liberais como Voltaire, Diderot e Rousseau. Para analisar o processo de constituição desse conceito, tomamos como base o trabalho de Kênia Maia (2004), que realiza uma espécie de arqueologia da noção de *liberdade de imprensa* na Europa Iluminista.

Segundo a autora, os estados modernos viram, desde seu início e de modo crescente, a imprensa se transformar em um dos seus pilares, na medida em que tais estados tinham como princípios o direito à *liberdade*, à *razão* e à *liberdade*. O Iluminismo cria que a *liberdade de imprensa*, juntamente com a verdade e a razão, favoreceria a existência de todas as outras *liberdades*.

Contraditoriamente, nas primeiras décadas da segunda parte do século XVIII, a França, que concebeu o Iluminismo, vivia sob censura e autorização prévia. A Inglaterra, ao contrário, desfrutava de razoável *liberdade de imprensa*, pois, mesmo estando submetida à caução, não tinha censura desde 1695.

Um marco foi a publicação de *Areopagítica* em 1644 por John Milton. O pensador inglês cria que o fim da censura e o livre acesso a qualquer opinião e argumento permitiriam escolhas pelo uso da razão e da consciência. Para Milton, seria desse modo que as pessoas teriam a possibilidade de reconhecer a verdade.

Em 1788, Mirabeau fez uma importante reconfiguração no livro de Milton. Dele retirou referências históricas e religiosas. Em contraposição, ressaltou a relação entre a *liberdade de pensamento* e a qualidade da sociedade, como também externou a ideia de avanço da história, denominado por ele como *progresso*.

Principiando em 1789, a Revolução Francesa levanta a bandeira da *liberdade de expressão*. Tanto que a *Declaração dos Direitos do Homem* reconheceu, no artigo XI, que “a livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem. Todo cidadão pode então falar, escrever, imprimir livremente, salvo a responder pelo abuso dessa *liberdade* nos casos determinados pela lei”. Uma nova questão se coloca: a do abuso desta *liberdade*, que a princípio pode ter dois encaminhamentos: ou se contém o abuso, ou o tolera na crença que a *liberdade* não deve ser diminuída, mesmo sob a ameaça de um abuso.

Os primórdios da discussão liberal sobre o *jornalismo* estão no pensamento de Henri-Benjamin Constant de Rebeque. De sua obra, datada de 1806, ele fez observações sobre a importância da *liberdade de imprensa* como forma de dar publicidade aos atos do governo e assim, salvaguardar os cidadãos:

o arbitrário [...] contra o pensamento *poderá* sufocar as verdades mais necessárias, assim como, reprimir os erros mais funestos [...]. A *liberdade de imprensa* sendo o único meio de publicidade é, conseqüentemente, quaisquer que sejam as formas de governo a única salvaguarda dos cidadãos [...]. A *liberdade de imprensa* remedeia dois inconvenientes: ela esclarece a autoridade quando ela se engana, e no mais, ela impede de fechar voluntariamente os olhos (Rebeque, 1980 *apud* Maia, 2004: 170).

Também falando sobre o possível abuso da imprensa, Alexis de Tocqueville afirma que a importância de bem informar o público *poderia* tolerar os pequenos desvios: “Para colher os bens inestimáveis que assegura a *liberdade de imprensa*, é necessário saber se submeter aos males inevitáveis que ela faz nascer” (Tocqueville, 1961 *apud* Maia; Pereira, 2010:197).

1.2.3 A liberdade de imprensa e a legitimação profissional do jornalista

A partir dos fundamentos trazidos pelo Iluminismo sobre a *liberdade de imprensa*, pretendemos discutir aqui como esse conceito corrobora com o *discurso* de autolegitimação do *jornalista* enquanto profissional e membro de um grupo peculiar, com certos privilégios e identidade. Interessamo-nos em descobrir o modo como esse conjunto de ideias foi apropriado pelo fazer jornalístico.

No *discurso* jornalístico, o uso do conceito de *liberdade* foi, na verdade, um conjunto de noções “apropriadas sob múltiplas formas pelos atores sociais na defesa de interesses políticos, econômicos e corporativos, na criação de leis, códigos e normas de conduta ou na definição de identidades e práticas sócio-discursivas.” (Maia; Pereira, 2010:193). O conceito de *liberdade*, essencial para a formação do campo jornalístico, é, em muitas instâncias, apropriado por muitos atores com interesse de dominação e legitimação para alterar comportamentos individuais ou coletivos.

Enquanto grupo profissional, os jornalistas têm uma relação com a sociedade dinâmica e exige um processo constante de negociação. Os jornalistas redefinem seu espaço de atuação, suas competências, a fim de manter suas conquistas, reprodução e território. Nesse embate, fazem uso de argumentos de legitimação e justificação, dentre eles o *discurso da liberdade de imprensa*.

Existe, portanto, uma sincronia entre a ação individual ou coletiva dos atores sociais e um *discurso*, aparentemente estável, em parte por ter sido naturalizado ou percebido como fazendo parte da estrutura social: “A *liberdade de imprensa*, como veremos a seguir, foi publicizada por pessoas dentro de contextos específicos. O processo de interiorização da *liberdade* remete, em última instância, ao modo como cada indivíduo interpreta simbolicamente esse *discurso* a partir da sua experiência pessoal.” (Maia; Pereira, 2010:195). Assim como o entendimento da competência profissional, também o conceito de *liberdade* e suas decorrências, estão permanentemente sendo cotejadas e modificadas, conforme interesse dos grupos sociais.

É o grau de *liberdade* que vai afiançar a maior ou a menor identidade de jornalistas em um país. Se desfrutar de *liberdade* em seu trabalho, ele é reconhecido socialmente como um verdadeiro profissional; se não, ele está simulando o fazer jornalístico. Estes, como outros *discursos* referentes à *liberdade*, têm a função

precípua de legitimizar um paradigma de *jornalista* e de *imprensa*, construído inicialmente no Iluminismo e desenvolvido nas últimas décadas.

Um dos *discursos* importantes é estabelecer um *status* diferente para o *jornalista* no veículo que trabalha: “O *jornalista* não seria um mero empregado, mas alguém que se vincula a um veículo na realização de um trabalho intelectual. Isso se reflete, por exemplo, nas tentativas de definir o jornal como uma instituição pública e não como uma empresa capitalista.” (Maia; Pereira, 2010:198). Dentro desse esforço para definir o *jornalista* como um profissional liberal é de grande importância a forma como o *discurso* identitário se vincula à noção de interesse público com o propósito de facilitar o *status* do *jornalista* junto à sociedade.

A premissa inicial afirma que o *jornalista* trabalha pelo interesse público, sendo, portanto, importante tudo o que ele diz. Logo, não deve ser cerceado, pois isso seria um atentado contra toda a sociedade. Esse silogismo garante ao *jornalista* um *status* excepcional: legitima suas ações e lhe possibilita se posicionar acima dos interesses de grupos específicos.

Ao longo do século XX, o *jornalista* foi abandonando seu papel político e literário para construir uma nova identidade profissional, agora preocupado com a objetividade, com as normas produtivas e outras técnicas. Não sendo mais um político ou defensor de causas e grupos, o *jornalista* precisava se sentir livre da censura estatal ou da doutrina ideológica. “Para isso, a noção de *objetividade* possuía (e possui) um forte componente de legitimação porque afastaria dos *discursos* sobre a profissão qualquer tipo de acusação de manipulação da realidade pelo *jornalista*.” (Maia; Pereira, 2010:199).

Ao assumir para si um trabalho com foco na *objetividade*, os jornalistas estabeleceram um novo perfil profissional: mediador ou informante do que acontece no mundo, na assunção de que sua capacidade de relatar independentemente o acontecimento os faz legítimos interlocutores entre o público e o mundo. Aqui há um contato relevante entre dois *discursos*: o da *liberdade* e dos aspectos técnicos e deontológicos da profissão. Esse contato assim se estabelece: para exercer seu papel adequadamente, o *jornalista* precisa ser livre (com responsabilidade, é claro) e dominar as técnicas produtivas (dentre elas, a objetividade) de modo a ser fiel e imparcial no relato. Desse modo o *jornalista* é reconhecido socialmente e pelos seus pares como profissional. Esse reconhecimento começa a ser formado nas

faculdades de comunicação, onde são ensinadas as técnicas para a prática profissional. É essa formação que lhe garante o *status* de *jornalista* de verdade.

1.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao final desta seção, damos conta da diversidade de apropriações dos *discursos* sobre *liberdade* que os jornalistas propõem enquanto grupo profissional, ainda que de forma fragmentária – criando diferentes perfis identitários – e normativa – a cada nova identidade, estabelece-se uma prática ideal. Essas constatações geram duas observações a seguir:

1) A *liberdade de imprensa* não é, como pode parecer, um conceito neutralizado pelos jornalistas e pela nossa sociedade. Ao contrário, ela foi construída previamente, através da negociação, publicização e gestada por muitos atores por muitos séculos. O resultado é que a *liberdade de imprensa* traz duas consequências: sua permanente proximidade de um acentuado teor normativo e funcional; e sua multiplicidade de *discursos*, maneiras de apropriação e instrumentalização.

2) A apropriação do conceito de *liberdade de imprensa* pelos jornalistas na elaboração de *discursos* para se autolegitimarem. O vínculo da sua prática profissional à *liberdade de imprensa* é apontado pela necessidade de bem funcionar os regimes democráticos. Ele ainda lhes é benéfico pelo menos por mais dois aspectos: auxiliando no debate sobre a qualidade de seu trabalho – e decorrentes injunções sobre censura ou cerceamento – e possibilitando a fruição de uma posição simbólica na sociedade.

Capítulo II

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresentaremos o referencial teórico que ampara nossa análise. Primeiro, trataremos da *Análise do Discurso*, em seguida da *Análise do Discurso Crítica*. Faremos uma breve revisão dessas abordagens. Em seguida, trataremos de alguns conceitos ligados à perspectiva do *newsmaking*, que serão operacionalizados, mais tarde, como categorias analíticas desta pesquisa.

2.1 ANÁLISE DO DISCURSO

2.1.1 Os antecedentes: o Estruturalismo de Saussure

Na história das Ciências Humanas e Sociais, a década de 1960 foi o tempo de predomínio incontestável do *estruturalismo*. Ferdinand de Saussure era a autoridade de maior relevância na área linguística. De notável amplitude, o *estruturalismo* conferia cientificidade aos estudos da linguagem e ocupou um espaço que antes era exercido por correntes como o *existencialismo* e o *marxismo*.

Entretanto na década seguinte, 1970, começava um movimento de questionamento aos princípios estruturalistas, crise que se agravou na década de 1980, quando se tornou consenso a contestação às ideias de Saussure. Nesse movimento, foram incluídas nos estudos sobre a linguagem discussões sobre o papel da fala, do sujeito, da *ideologia*, do social, da história, da semântica, dentre outros, abrindo possibilidades para o surgimento de várias novas disciplinas.

Estas tiraram a relevância da *teoria da linguagem*, da mesma forma que a sincronia e corte saussureano. Em seu lugar, propuseram uma análise transfrástica e subjetiva da linguagem. A questão central da linguística saussureana, língua x fala, é superada pelo reconhecimento da dualidade constitutiva da linguagem: por um

lado ela é formal, por outro é atravessada por aspectos subjetivos e sociais. É neste contexto que se situa o surgimento da *análise do discurso* (AD).

Essa nova metodologia surge no final dos anos 1960. Para muitos, sua fundação ocorre precisamente em 1969, com o lançamento do livro *Análise automática do discurso* de Michel Pêcheux. Patrick Charaudeau (2004 *apud* Carneiro, 2007:12) destaca que, com a AD, “pela primeira vez na história, a totalidade dos enunciados de uma sociedade, apreendida na multiplicidade de seus gêneros, é convocada a se tornar objeto de estudo”.

Em sua obra, Pêcheux percebe que são diferentes a transmissão de informação e o ato de dizer. Em comum, eles têm o *discurso*, que passa então a ser o objeto da AD. O *discurso* invoca a linguagem a uma exterioridade, tanto ideológica, quanto social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Ao romper com os postulados da linguística clássica, a AD define-se como um estudo linguístico interdisciplinar e cria a “tríplice aliança”, que é composta pela *teoria da história* – que busca a compreensão dos fenômenos das formações sociais –, pela *teoria da linguística* – que investiga os processos de enunciação –, e pela *teoria do sujeito* – que procura entender a subjetividade e a relação do sujeito como símbolo.

2.1.2 O discurso na Análise do Discurso

A AD tem como objeto o *discurso*. Este deve ser debatido teórica e metodologicamente, pois este debate é o objetivo da AD. Debater o *discurso* é discutir a linguagem como prática social, diferentemente da *linguística crítica* (LC).

A AD possibilita a tríade língua-*discurso-ideologia*. Esta se completa quando “o indivíduo é interpelado em sujeito pela *ideologia* e é assim que a língua faz sentido.” (Pêcheux, 1975 *apud* Orlandi, 2005:17). A AD interage por entre esses campos, formando um novo objeto – o *discurso*.

A verdade apregoada pelo *discurso* é uma construção; sua naturalidade, uma miragem discursiva. A palavra dita nunca é ingênua, mas um exercício de *poder*. Por meio do *discurso*, as forças hegemônicas se viabilizam como tal. Michel Foucault (2009: 9) complementa: “o *discurso* é além do produto de lutas, ou mesmo o sistema de dominação; é a razão de se lutar”.

Pressupondo que a AD busca o sentido ou sentidos elaborados pelo sujeito quando pronuncia seu *discurso*, as suas intenções e a forma como ele é percebido pelo receptor, Pêcheux (1969 *apud* Silva, 2004:1) define *discurso* como “efeito de sentidos entre interlocutores.”.

Toda a AD é baseada no sujeito, pois é ele o autor dos discursos, entretanto, o sujeito não é o centro do seu *discurso*, visto que, para essa abordagem, ele não tem *poder* de decisão ou estratégia de produção discursiva. O sujeito do *discurso* é determinado e, sem consciência, diz o que seu papel na formação social o obriga a dizer. Ele pensa ter pleno domínio do que fala, mas os verdadeiros autores são o inconsciente e as ideologias, que compõem sua formação idiossincrática, introjetada e incapaz de ser desalojada por este sujeito.

Sabemos que o *discurso* é sempre produto de *interdiscurso* e que aquele que profere o *discurso* crê ser o autor dele, contudo, é somente suporte e efeito. É, com razão, descentrado, dividido, convivendo dentro de si com vários discursos. Jacqueline Authier-Revuz (1990 *apud* Silva, 2004:2) acrescenta outros aspectos dessa relação entre o *discurso* e o papel do sujeito:

Sempre sob as palavras, “outras palavras” são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo *discurso*, através da qual a análise pode tentar recuperar os indícios da ‘pontuação do inconsciente’.

A AD também tem como base a língua e a história, que vão atuar conjuntamente no *discurso*. Busca, portanto, o contexto em que é construído o *discurso*, os seus possíveis sentidos. E é no contexto histórico-social que a AD vai organizar o *discurso* e obter os sentidos. Ou seja, “os efeitos de sentido” vão ser provocados pelos sujeitos discursantes nos sujeitos ouvintes.

Fala-se de “efeitos de sentido” porque a AD percebe a transmissão de informações entre interlocutores como ambígua e passível de mal-entendido. Isto vai depender de onde os interlocutores estão inseridos, suas diferenças ideológicas ou de formação discursiva, que resultarão em diferentes entendimentos para um mesmo dizer.

No estudo do *discurso*, inclusive o noticioso, deve ser mencionado o conceito de *não-dito* que van Dijk (1988:64) define como as proposições de um texto que se

deduz ou se pressupõe a partir das informações contidas no texto, sendo estas últimas expressas de modo indireto ou incompleto. Para o pesquisador holandês, *não-dito* na *notícia* pode ocorrer quando o *jornalista* não esclarece uma informação por pressupô-la conhecida. Mas o *não-dito* pode ter várias outras origens: semântica, pressuposições, sugestões e associações. Alguns conhecimentos e crenças se mantêm implícitos exatamente porque não necessitam ser expostos, já que, por suposto, compartilhados socialmente. Van Dijk (1988:64) ressalta a importância do *não-dito* como instrumento sutil para a análise ideológica do *discurso* noticioso:

um exame da coerência da (*notícia*) local ligando proposições nos capacita, então, explicitar as suposições tácitas e crenças do emissor/escritor. Desse modo, os elementos do *discurso não-ditos*, ainda que não explicitados, irão delimitar o *discurso* noticioso – especialmente em seu estilo – como os traços sociais e ideológicos.

2.2 ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA

2.2.1 Origem da Análise do Discurso Crítica

Nos anos 1970, alguns pesquisadores da Universidade de East Anglia, Grã-Bretanha, começaram a desenvolver uma forma de análise da linguagem, então intitulada de *linguística crítica* (LC), que objetivava desenvolver um método para analisar uma pequena amostra de textos. Um livro⁷ publicado em 1979 foi referência para aqueles linguistas e pesquisadores da linguagem, inquietos com a relação entre o texto e os conceitos de *poder* e *ideologia*. A LC prosseguiu através da *Análise do Discurso Crítica* (ADC), que estuda tanto textos como eventos em diferentes práticas sociais. Os estudiosos da ADC⁸ propunham uma teoria e um método que fizesse uma abordagem sócio-histórica da linguagem, descrevendo-a, interpretando-a e explicando-a (Fowler; Fairclough *apud* Magalhães, 2003:2).

Ao estudar textos, sejam escritos ou orais, a ADC pretende elucidar os fundamentos ideológicos do *discurso*. Esses são velados e se fazem naturais ao longo do tempo, de tal modo que passamos a tê-los como a-históricos, não ideológicos, aceitáveis como “normais”.

A ideia-base da ADC é que o acesso aos recursos linguísticos e sociais é desigual e controlado por instituições. O método utilizado pela ADC é hiperlinguístico ou supralinguístico, ou seja, a abordagem do contexto discursivo é não-restritiva e o significado buscado pode estar além das estruturas gramaticais. O universo de estudo da linguagem da ADC são as sociedades contemporâneas através de uma abordagem teórico-metodológica.

O pesquisador inglês Norman Fairclough elaborou um conjunto teórico-metodológico próprio à perspectiva crítica de linguagem como prática social. Passa

⁷ Considerado um marco, o livro intitulado *Language and control*, foi escrito por Roger Fowler, Gunther Kress, Robert Hodge, e Tony Trew. Magalhães (2005:1) acrescenta que novos estudiosos aprofundaram-se nessa abordagem na década de 1980. Um deles, “Norman Fairclough, na Universidade de Lancaster, usou a expressão 'análise de discurso crítica' pela primeira vez em artigo de grande destaque no *Journal of pragmatics* (Fairclough, 1985).”

⁸ São diversos os estudiosos da ADC, hoje um campo disciplinar reconhecido internacionalmente. Dentre eles: Norman Fairclough, pioneiro, numa série de obras (Fairclough, 1989, 1992, 1995a, 1995b, 2000, 2003); Ruth Wodak, 1996; Chouliaraki e Fairclough, 1999; Teun van Dijk, 1985, 1986, 1998).

a se basear em uma visão científica da crítica social, que subsidia: a pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia⁹ e a teoria e análise linguística e semiótica.

2.2.2 Características da Análise do Discurso Crítica

A característica transdisciplinar da ADC possibilita sua combinação com outras perspectivas teóricas, tornando-as amigáveis à orientação social e linguística da ADC. A origem transdisciplinar da ADC provém de vários estudos, dentre eles os de Fairclough (2001a), Foucault (1997, 2003) e de Mikhail Bakhtin (1997, 2002). Os três tinham em comum um vínculo forte entre *discurso* e *poder*, presença marcante na ADC.

Chouliaraki e Fairclough, ao refletirem sobre a transdisciplinaridade da ADC, atentam para o foco específico na relação entre o mundo social e a linguagem. A ADC trouxe uma variedade de teorias ao diálogo, especialmente sociais, como também teorias linguísticas. Essa riqueza transformou a ADC em uma teoria-síntese, que reflete alternada e/ou concomitantemente outras teorias; além disso, ela própria fundamenta em particular a mediação entre o social e o linguístico – a ordem do *discurso*, a estruturação social do hibridismo semiótico (interdiscursividade).

A ADC não pode ser considerada neutra, se a tivermos como crítica. Conforme preconizavam Caldas-Coulthard e Coulthard, (1996 *apud* Magalhães, 2003:4):

A ADC é essencialmente política em seu propósito com seus praticantes agindo sobre o mundo para transformá-lo e com isso contribuir para criar um mundo no qual as pessoas não sejam discriminadas devido a sexo, credo, idade ou classe social.

⁹ O termo muitas vezes se confunde com “pós-modernidade”. Mas se este último termo está ligado à ruptura, a modernidade se refere a uma transformação radical ocorrida ao longo do século XX – em especial na segunda metade do século – em vários níveis da vida humana, dentre elas, na área social, cultural e científica - ainda que tenha a perspectiva no curto a médio prazo de uma ruptura na história da civilização ocidental. A partir da década de 1970, vemos surgir novos movimentos social e cultural e a emergência de um capitalismo de consumo, que transformou as relações entre os homens nos diferentes âmbitos, dentro de uma mudança muito mais radical chamada globalização. Hall (2007) faz a correlação entre a modernidade tardia e a globalização. Já Giddens, Harvey e Laclau oferecem leituras um tanto diferentes da natureza da mudança do mundo pós-moderno, mas suas ênfases na descontinuidade, na fragmentação, na ruptura e no deslocamento contêm uma linha comum. Devemos ter isso em mente quando discutirmos o impacto da mudança contemporânea conhecida como "globalização".

2.2.3 A categoria *poder* na *Análise do Discurso Crítica*

Influenciado por Bakhtin no que diz respeito à luta pelo *poder* na vida social, Fairclough (2008) vê na ADC um caminho para desconstruir ideologicamente os textos integrantes de práticas sociais com o propósito de revelar relações de dominação. Fairclough (2001 *apud* Resende; Ramanho, 2009:22) esclarece que a abordagem crítica possibilita “mostrar conexões e causas que estão ocultas e por outro lado, intervir socialmente para produzir mudanças que favoreçam àqueles que possam se encontrar em situação de desvantagem.”

Fairclough (2008) retoma a visão foucaultiana para afirmar que o *poder* deve ser tido como dialético, tanto com relação ao local onde é exercido, como sua afirmação. Para ele, existem diferentes sentidos para o termo *poder*: pode ser físico – de um pessoa sobre outra –, simbólico, exercida sua dominação através da linguagem discriminatória, da representação visual, dentre outros. Fairclough entende que o *poder* se estrutura por meio de uma rede de sujeitos, que atuam como “elementos de sua articulação”.

Também no âmbito do *jornalismo* há uma luta pelo *poder*. As normas, convenções e rotinas jornalísticas impactam politicamente o *discurso* noticioso, que por sua vez mantém ou altera as relações de *poder* existentes nas instituições sociais: “O *discurso* como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de *poder*.” (Fairclough, 2008:94). As relações que se estabelecem a partir da luta pelo *poder* geram significados ideológicos, criando uma dependência entre *ideologia* e prática política.

Fairclough (2008:120) explicita sobre a naturalização do *discurso*: as construções ideológicas nas convenções podem ser naturalizadas e automatizadas, o que encobre a percepção das pessoas de que suas práticas podem estar embebidas de *ideologia*. Podemos trazer para o âmbito do *jornalismo* e afirmar que, muitas vezes, o profissional da *notícia* não tem consciência do cunho ideológico de seu fazer. Contudo, esse mesmo sujeito enquadrado ideologicamente é capaz de exercer autonomia, fazendo suas próprias conexões entre práticas e ideologias, de modo a criar novas práticas e estruturas que lhe permitam um novo posicionamento.

2.2.4 Análise do Discurso Crítica de Teun van Dijk

Um dos mais proeminentes teóricos da ADC, este pesquisador e professor holandês desenvolveu inúmeros temas sobre o assunto. Gostaríamos aqui de explorar um deles: o papel do conhecimento nas *notícias*, que ocorre em dois níveis: na produção e na compreensão noticiosa. O autor salienta a dificuldade e complexidade da base teórica para a empreitada. Para ambas, é fundamental o conhecimento da *notícia* e com esse objetivo, ele se propõe a criar uma tipologia do conhecimento.

Trazendo para o âmbito da *notícia*, podemos afirmar que o conhecimento dos jornalistas é usualmente maior do que sobre aquilo que escrevem. Isto gera uma questão: qual o critério utilizado pelos jornalistas para manter ou para excluir algo do que reportam nas *notícias*? Pelo lado do leitor pode-se indagar: o que é necessário eles saberem para compreenderem a *notícia*? Como e quanto eles compreendem? E ainda, de que forma a *notícia* os ajuda a conhecer melhor o mundo?

O conhecimento pode ser expresso ou pressuposto pelo *discurso* noticioso. De modo geral em um texto noticioso eles sucedem um ao outro, imbricando-se. Assim, “a *notícia* é uma complexa interação entre conhecimento conhecido e desconhecido” (van Dijk, 2005: 16).

No leitor há um processo crescente de conhecimento sobre determinado assunto *A*. Inicialmente ele lê uma matéria sobre esse tema, que lhe é compreendido e a partir desta compreensão, o leitor forma um modelo daquele evento *A*. O tempo passa e este mesmo leitor, mais interessado sobre o assunto, passa a ler *notícias* sobre ele com frequência, o que faz o leitor construir vários modelos de eventos. Isso em breve capacitará este leitor a inferir um conhecimento mais geral sobre o assunto *A*, através da generalização e abstração dos modelos específicos iniciais. Um movimento inverso do conhecimento também é possível “uma vez que já temos certo conhecimento geral sobre o tema, usamos isso para construir modelos mentais sobre casos mais específicos” (van Dijk, 2005: 16).

Um processo semelhante ocorre na redação de *notícias*, que são incompletas porque os jornalistas só disponibilizam as informações que os leitores ainda não têm. Estes últimos assim o fazem por conseguirem utilizar seu conhecimento geral e com ele captar os detalhes não explicitados. Como já dito, o mecanismo do conhecimento é biunívoco: “podemos precisar de modelos mentais específicos para

construir conhecimento geral, da mesma forma que precisamos do conhecimento geral para construir modelos mentais específicos.” (van Dijk, 2005:17).

Existem relações em vários níveis e formas entre o conhecimento e as crenças (opiniões etc.), atitudes e ideologias. Também em um jornal há uma diversidade de estilos e gêneros, baseados em crenças diferentes. Por conseguinte, este grande número de formas faz-nos necessitar de uma teoria do conhecimento que abarque tudo isso, que seja multidisciplinar e fundamentada em uma bem constituída teoria sobre o papel do conhecimento na produção e compreensão do *discurso*. Uma das mais importantes tarefas desta teoria seria ter capacidade de estabelecer com precisão o conceito de conhecimento, além de suas relações com outras crenças compartilhadas pela sociedade.

Esta teoria deveria resultar em: 1) uma tipologia das formas de conhecimento; 2) estruturas detalhadas das representações mentais do conhecimento e outras crenças, em particular no emprego da linguagem discursiva; 3) explicações sobre como ocorrem novos e diferentes conhecimentos adquiridos e integrados no sistema de conhecimento já existente e sobre quais condições são necessárias à reprodução do conhecimento em um grupo e cultura, “de tal forma que este conhecimento possa ter um papel no processamento do *discurso* de todos os membros do grupo.” (van Dijk, 2005:18).

O autor observa que o processamento do *discurso* pode ser categorizado em diferentes tipos, o que ele se propõe a fazer em seguida.

Primeiramente, van Dijk define, a partir de Clark (1996 *apud* van Dijk, 2005:19), o conceito de *base compartilhada*: “o conhecimento ou outras crenças que os participantes de um diálogo precisam ter em comum para compreender um ao outro.”. A partir dela, o pesquisador holandês pondera que a *base compartilhada* contém uma variedade de espécies de conhecimento. Uma característica desta *base* é que tanto pode existir conhecimento sobre ocorrências particulares, como também sobre gerais; em outra situação pode haver um conhecimento do mundo natural e outro, do social. De modo geral, quase todo tipo de agente detém ou aplica algum tipo de *conhecimento do mundo*¹⁰, que passa a ter muitas formas e impacta diferentemente o processamento do *discurso*.

¹⁰ Expressão nunca claramente definida pela linguística, assim como pela psicologia, segundo van Dijk.

Uma ocorrência interessante é o comportamento de determinados grupos que compartilham um tipo de conhecimento entre os seus, mas não com outros indivíduos fora do grupo ou, às vezes, quando o fazem, só parcialmente.

Van Dijk a seguir procura explicitar os tipos de conhecimento: pessoal, social/grupal e cultural. O *conhecimento pessoal* é, em essência, privado e só é sabido por outro, se compartilhado. Por consequência, esse *conhecimento pessoal* assim será até ser expresso em um *discurso* ou outra forma de comunicação similar. Logo o “*pessoal* precisa ser expresso em asserções, e nunca é pressuposto” (van Dijk, 2005:20). Já o *conhecimento social/grupal* é por natureza pressuposto no *discurso*, ainda que esta pressuposição só possa ser percebida internamente pelo grupo. Por sua vez, o *conhecimento cultural*, versátil, é todo o conhecimento que pode ser pressuposto em qualquer forma do *discurso* público. Van Dijk o chama de *conhecimento de base compartilhada* ou de *conhecimento comum*. O autor faz ainda uma distinção entre *conhecimento pessoal* e *interpessoal*, afirmando que este último não é sinônimo de *conhecimento social*. *Conhecimento interpessoal* é “dividido apenas entre algumas poucas pessoas e tipicamente em formas de *discurso* interpessoal, como conversas. E, uma vez sendo compartilhado, ele pode ser pressuposto [...] ou lembrado.” (van Dijk, 2005:20). Assim sendo, tanto o *conhecimento pessoal*, como o *interpessoal* não dispõem de asserções diretas como atos de fala.

Mas comumente o *conhecimento de grupo* é obtido através de repetidas comunicações interpessoais feitas em locais públicos, através de material impresso ou, ainda, pessoa a pessoa, como na família, entre amigos, no contexto profissional etc.: “Desta forma, o conhecimento se expressa para – e é adquirido por – um grupo mais ou menos extenso de receptores [...]. Note-se que entre interlocutores de diferentes grupos, tal *conhecimento grupal* não é tipicamente pressuposto, ou o é apenas parcialmente.” (van Dijk, 2005:21).

Ao menos a maioria dos membros de uma comunidade cultural (à exceção de crianças e estrangeiros não aculturados) compartilha do *conhecimento cultural* ou *base compartilhada*. De tão difundido, principalmente através dos *discursos* socializantes, esse conhecimento é chamado de ‘senso comum’, e assim é pressuposto no *discurso* público. A importância do *conhecimento cultural* está no fato dele ser a base de toda a cognição social: “Qualquer conhecimento de grupo ou

pessoal em última instância tem raízes nesse conhecimento comum, mesmo o conhecimento do perito altamente especializado.” (van Dijk, 2005:21).

Van Dijk descreve um tipo especial de *conhecimento pessoal e interpessoal* sobre eventos, que são comumente representados pelo que ele chama de *modelos mentais*, armazenados na *memória episódica*. Esta é aquela relacionada a eventos ligados às nossas experiências. Algumas de suas características: incorporam estruturas dos eventos referentes, únicos e pessoais e são construções subjetivas de eventos do mundo a partir de suas experiências com a determinação de situações particulares, utilizando parâmetros pessoais de tempo, espaço, ação etc.

Quando as *notícias* tratam e interpretam eventos específicos, os jornalistas constroem modelos mentais, que seus leitores vão transformar em “sua interpretação pessoal do texto e dos eventos, além de formular suas opiniões, suas associações pessoais, etc.

O autor faz um caminho de abstração e generalização a partir dos modelos mentais pessoais de eventos específicos até o conhecimento geral socialmente compartilhado e outras crenças. O *conhecimento do mundo* é obtido pela subtração de algumas características do *modelo mental*, como explica van Dijk (2005:23):

Se modelos de ações e eventos são generalizados de tal forma que não apenas o tempo e o lugar, ou algumas características da ação, mas também os participantes foram abstraídos (mas crucialmente o *Self*), então os modelos podem tomar a forma de *scripts* socialmente compartilhados.

O pesquisador faz uma observação interessante sobre o estudo do conhecimento do mundo: apesar da quantidade de estudos sobre o assunto, é um campo confuso e não se tem certeza sobre virtualmente nada.

2.2.4.1 O *discurso* noticioso: seu conhecimento e processamento

Em seu estudo sobre o papel do conhecimento nas *notícias*, van Dijk se percebeu da grande quantidade de tipos de conhecimento ligados ao processo noticioso. Mas ele se pergunta: se são tantos, qual a função deles na produção e compreensão das *notícias*? E como tais tipos alteram o *discurso* noticioso? Na tentativa de responder essas duas questões, van Dijk detalha um pouco melhor sua tipologia do conhecimento, citando o tipo e a sua necessidade:

- Comum: faz face a todas as tarefas cognitivas demandadas, como ter conhecimentos semânticos e de coerência para ler um jornal.
- Linguístico: decodifica os aspectos léxicos e sintáticos do texto e constrói sequências de preposições.
- dos gêneros de *discurso*: conhece alguns dos elementos do gênero noticioso para entender o texto como *notícia*.
- Especializado de objeto: temas de *notícias* podem ser utilizados por grupos de leitores para suas reivindicações.
- Pessoal: é a relação que leitores fazem de informações da *notícia* com sua situação pessoal.
- Comum e pessoal: possibilidade de se tornar parte de modelos mentais de eventos relacionados a uma *notícia*.
- Velhos modelos: ativação e utilização por leitores de eventos anteriores (em antigas *notícias*).
- Social/situacional: habilitam a construção dos modelos de contexto, que revelam o de *notícia* que se vai encontrar em determinado jornal, o cenário (tempo, espaço etc.) e mesmo o conhecimento que o leitor tem de si próprio.
- Aprendizado: abrange muitos tipos de conhecimento, quase sempre gerais. São criados ou alterados pela própria informação do texto ou ainda baseados em modelos de eventos criados a partir do texto em questão.

Tendo explanado sobre esses nove tipos de conhecimento, van Dijk faz uma prévia avaliação: “a partir desta lista, temos já uma primeira impressão de quanto conhecimento está envolvido na leitura trivial de uma *notícia* na imprensa. Fica também claro quantos diferentes tipos de conhecimento estão envolvidos em todos esses processos” (van Dijk, 2005:25-26).

Prosseguindo, van Dijk destaca outros aspectos sobre o conhecimento e a *notícia*:

- Interpretação das palavras e das sentenças: a boa execução desta tarefa nos exige atentar para a construção de proposições e estruturas de proposições; o conhecimento comum e o contextual e a atualização.
- Estabelecimento de coerência local: o *jornalista* precisa se colocar no lugar do seu leitor, imaginando qual é a sequência de ações, eventos, entre outras. São essas situações formadas pelo conhecimento comum e por um *modelo mental* do leitor que

permitirão a este último compreender a *notícia* que trata de assuntos longe de seu cotidiano.

- Compreensão: é incrementada pela formação ou atualização de modelos mentais formados a partir de conhecimentos comuns registrados na memória.

- Expressão/formulação: considerado, pelo autor, de grande importância a complexa sinalização do conhecimento, assumido ou presumido.

Este estudo fez van Dijk concluir que, qualquer que seja a forma de produção ou compreensão da *notícia*, ocorrerá um dinâmico e complexo processo de controle das estruturas variáveis. Este processo se desenvolve em função dos diferentes tipos de conhecimento dos agentes da comunicação.

A seguir, vamos abordar um conjunto de estudos chamado *newsmaking*, que amplia com outros conceitos e problemáticas a realidade profissional do *jornalista*, o que certamente vem colaborar no nosso propósito de analisar as *notícias* de *O Estado de S. Paulo* a partir da sua relação com os conceitos de *ideologia* e *liberdade de expressão*.

2.3 NEWSMAKING

2.3.1 Conceito de *newsmaking*

São muitos os imponderáveis na atividade jornalística, que constantemente vão além da rotina de apurar, redigir e veicular acontecimentos relevantes, que atraem a atenção do público. Pena (2008:130) comenta que as empresas de comunicação precisam organizar o tempo e o espaço para melhor controlar a imprevisibilidade dos acontecimentos. A solução encontrada foi o estabelecimento de práticas uniformes na produção de *notícias*. Os estudos de *newsmaking* tratam dessas práticas.

Rabaça e Barbosa (2002:175) ampliam essa definição: “conjunto de elementos através dos quais os meios informativos controlam e geram os acontecimentos, selecionando através de seus valores, supostamente ligados ao interesse público.” Segundo os pressupostos dos estudos do *newsmaking*, o *jornalismo* não reflete o real; ao contrário, interage com ele em uma construção social do que supõe ser a realidade. Desse modo, o *jornalista* em seu trabalho de enunciação, produz um *discurso*, que submetido a limitações e procedimentos profissionais e sociais, torna-se uma *notícia*. Em clara oposição à *teoria do espelho*, o *newsmaking* tem uma concepção construtivista sem, entretanto, considerar as *notícias* peças ficcionais, desconectadas da realidade que reporta.

Os estudos do *newsmaking*, juntamente com o conceito de *gatekeeper* e a hipótese do *agenda-setting* constituem pressupostos importantes de investigação sobre os efeitos da comunicação de massa, em particular o *jornalismo*, na forma como se constrói a imagem da realidade social. Ou seja, tal processo não é dissociado da produção de *notícia*, que, pelo contrário, influencia e sofre influência do meio. Nessa interação, atuam, dentre outros, fatores profissionais, organizacionais e institucionais, que em termos práticos são influenciados “pela cultura profissional, pela formação política dos jornalistas, pelos constrangimentos impostos pela empresa ou organização à qual eles devem lealdade etc.” (Martins, 2007:83).

2.3.2 Jornalista: sua posição intermediária e sua impessoalidade

Os fatores profissionais, organizacionais, institucionais – que integram a cultura profissional – estão condicionados a três fatores que integram os processos de produção da *notícia*: 1) o uso das *rotinas produtivas*, 2) a incorporação de procedimentos técnicos ao fazer jornalístico e 3) o exercício de ideais (*imparcialidade*, *moralidade*, *objetividade* etc).

Mesmo sendo participante na construção da *notícia*, o *jornalista* não dispõe de autonomia incondicional em sua prática profissional, mas deve se submeter às demandas do processo noticioso. Pena (2008:129) explana sobre o papel do *jornalista* neste processo. Nele, o profissional tem uma posição intermediária: administra limites de várias ordens e participa do processo de convencimento impetrado pelo jornal, em duas direções opostas: na primeira, vai paulatinamente tendo seu pensar alinhado àquele da classe dominante, e mesmo assim, não perde a convicção de que a maior parte do que redige é de sua autoria. Em sentido oposto, o *jornalista/redator* defende o que crê serem suas ideias junto ao seu leitor. Contudo, se analisasse criticamente seu trabalho, perceberia que somente uma pequena parte do que escreve é de sua autoria. E ainda essa pequena parte está contaminada pelos valores e regras que o cercam.

Outra característica marcante do processo jornalístico é a *impessoalidade* tanto do *jornalista*, como do leitor. Entendemos a *impessoalidade* como a despersonalização do *discurso*, a fim de que este pareça verdadeiro. Essa estratégia retira o caráter discursivo do enunciado, que passa a versar sobre as relações necessárias entre as coisas e os fatos. O *discurso* noticioso, como o científico, está ideologicamente vinculado à ideia de “dizer a verdade”. Na prática, essa postura se reduz a “fazer de maneira que as coisas que são ditas sejam consideradas como verdadeiras” (Pais *apud* Andrade, s/d, s/p).

Reforçando essa ideia, van Dyjk (1988:75) explica que o *discurso* noticioso se distingue por seu aspecto impessoal, que apaga o *jornalista* e o leitor. Assim, “a *impessoalidade* é uma realização normativa e não uma descritiva”. O sujeito do *discurso* – aqui, o *jornalista* ou o leitor – carrega consigo sua bagagem social, moral e ética, que vai ser revelada no texto quando escrito na primeira pessoa do singular. Mas, na verdade, esse sujeito desaparece nas construções impessoais ou é

“socializado”, pelo emprego da 1ª pessoa do plural – “nós”. No primeiro caso, tem-se o emprego da 3ª pessoa, o “se” impessoal, configurando a existência de um sujeito não definido e de um saber oculto, mas verdadeiro; no segundo caso, o saber é anunciado como verdadeiro, mas o sujeito “falso”, pois a 1ª pessoa do plural nem sempre corresponde a um sujeito coletivo ou plural, pois representa, na maioria das vezes, apenas um artifício retórico (Andrade, s/d, s/p).

As normas que determinam o apagamento do *jornalista* e do leitor estão no bojo da tentativa que o jornal faz de se apresentar como isento, imparcial e meio transmissor da verdade, em um esforço de manter sua autoridade. Sua *objetividade* é um mecanismo ideológico que oculta as mediações discursivas que faz para transformar o fato em *notícia*. A alegada “verdade dos fatos” veiculada pela mídia é uma versão intermediada pela construção dos agentes no processo comunicativo. Aqui se encontra o caráter ideológico dos meios de comunicação de massa, que produzem um sentido para a realidade, “mas em seguida procuram ocultar o fato de que este sentido é uma construção imaginária, ou uma interposição simbólica entre sujeito e realidade através da linguagem.” (Koff *apud* Moretzsohn, 2002:8).

2.3.3 News-making e a prática profissional

A prática profissional pressupõe que, no exercício de suas funções, o *jornalista* domine técnicas e conhecimentos específicos. E Machado (2004:2) complementa: “o *jornalista* profissional deve obedecer a um conjunto de normas deontológicas legitimadas, tanto entre os pares, quanto pelos demais setores sociais.”.

Qualquer veículo de comunicação de massa tem como objetivo escolher alguns acontecimentos considerados significativos e interessantes e transformá-los em *notícia*. Apesar de aparentemente simples e claro, esse objetivo é extremamente complexo. O cotidiano disponibiliza acontecimentos em abundância. E são esses acontecimentos que o meio de comunicação deve selecionar para compor sua publicação/emissão. Em face de um volume excessivo de fatos, a seleção implica que a mídia atenda a três exigências relacionadas entre si e que devem:

- 1) ter capacidade de transformar um fato desconhecido em acontecimento de importância;
- 2) elaborar formas de relatar os acontecimentos, considerando que nem todos os fatos terão tratamento idiossincrásicos;

3) fazer os acontecimentos noticiáveis serem trabalhados e fluírem planificadamente através da imposição de organização temporal e espacial.

Uma característica posterior dos acontecimentos agrava a dificuldade de selecioná-los: “cada um deles pode exigir ser único, fruto de uma conjunção específica de forças sociais, econômicas, políticas e sociais que transformem um acontecimento em ‘neste acontecimento particular’.” (Tuchman, 1977 *apud* Wolf 1999:188). O veículo midiático se vê incapacitado de atender essa demanda de todos os acontecimentos, já que eles ocorrem em uma organização complexa que, por isso, necessita padronizar, classificar todos os fenômenos.

A *ideologia* da cultura jornalística é composta de bom número de paradigmas de práticas profissionais, que, por fazer parte de um corpo ideológico, são percebidos pelo *jornalista* como naturais. Da produção dos meios de comunicação de massa, provém a cultura profissional, que Garbarino (1982 *apud* Wolf, 1999:189) entende como

uma inextricável emaranhado de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, tipificações latentes representações de papéis, rituais e convenções quanto às funções do jornalista e da mídia na sociedade; e à concepção e modalidades do produto-notícia.

Devemos também considerar as limitações laborais, que impõem ou facilitam a existência de convenções profissionais. Estas enviesam a definição de *notícia* e legitimam o processo produtivo, interferindo na sequência que vai da escolha das *fontes* até a seleção dos acontecimentos e sua formatação como notícias.

Dessa maneira, há um estreito vínculo entre o mundo do trabalho e o perfil desejado para o profissional da mídia pelas empresas de comunicação, o que em muito colabora para a definição do conjunto de características que devem ter os acontecimentos para serem transformados e embalados como notícias, ou seja, para obedecer às três exigências definidas acima.

2.3.4 Noticiabilidade

Antes de falarmos sobre *noticiabilidade* (*newsworthiness*) e um dos seus componentes, o *valor-notícia* (*news values*), seria interessante esclarecer nosso entendimento de *notícia* e, para isso, nos utilizamos da definição de Altheide (1976 *apud* Wolf, 1999:190):

as *notícias* são aquilo que os jornalistas definem como tal. Este assunto raramente é explicado, visto que parte do *modus operandi* dos jornalistas é que as coisas acontecem 'lá fora' e eles limitam-se simplesmente a relatá-las. Ao afirmar que fazem ou selecionam arbitrariamente as *notícias* seria contrário à sua posição epistemológica.

Percebida a imaterialidade do conceito de *notícia*, mais fácil é compreender o que é *noticiabilidade*: restrições quanto à organização do trabalho, que geram convenções profissionais que legitimam o que é *notícia* e seu processo produtivo – desde a apuração dos acontecimentos, a escolha das *fontes* até a paginação. Portanto, é definido um conjunto de critérios de relevância que determinam a *noticiabilidade* de cada acontecimento, isto é, sua capacidade de se tornar *notícia*.

Observa-se uma estreita relação entre o conceito de *noticiabilidade* e os processos de rotinização e estandarização das práticas jornalísticas. A necessidade de introduzir práticas estáveis no processo de produção da *notícia* ocorre, em grande parte, devido à natureza do produto (fato), excessivamente variável e imprevisível. Assim, são necessários procedimentos rotinizáveis, capazes de ajudar a “dominá-lo” tendo em vista os prazos de fechamento dos jornais. Ou seja, existe uma relação direta entre o grau de *noticiabilidade* de um acontecimento e sua ligação ao processo produtivo: “a *noticiabilidade* de um fato é, em geral, avaliada quanto ao seu grau de integração que ele apresenta em relação ao curso normal e rotineiro.” (Wolf, 1999:191).

A *notícia* decorre de um processo organizado, do qual se tem uma perspectiva prática sobre os acontecimentos. Seu objetivo final é: 1) reunir em um meio de comunicação os acontecimentos; 2) fornecer sobre eles avaliações simples e diretas sobre suas relações; 3) entreter os leitores/espectadores. O critério que move o *jornalista* a definir o que é ou não é *notícia* será feito pragmaticamente, considerando primeiro a factibilidade do produto informativo e avaliando-se o tempo para ele se realizar com recursos limitados.

Dessa forma, a *noticiabilidade* viabiliza a organização para a cobertura jornalística, ajudando o veículo a construir a *notícia* com características que, para o público-leitor, tornam-na objetiva, imparcial, confiável, e, sobretudo, um retrato fiel da verdade dos fatos.

2.3.5 Valores-notícia

2.3.5.1 Conceito e pressupostos dos valores-notícia

Da rotinização do processo jornalístico fazem parte os *valores-notícia*, que ajudam a sistematizar o trabalho nas redações. Os *valores-notícias* são critérios usados para definir quais acontecimentos merecem ser *notícia*. Tais critérios são empregados a partir de um processo de produção nos moldes industriais, com métodos e demarcações organizacionais. Corroboram para organizar as tarefas jornalísticas no espaço e no tempo, minimizando os efeitos da imprevisibilidade.

Golding e Elliott (1979 *apud* Wolf, 1999:196), conceituam os *valores-notícia* como regras profissionais de caráter prático para orientar os procedimentos operativos redacionais. Os *valores-notícia* ainda podem ser

qualidades dos acontecimentos, ou da sua construção jornalística, cuja presença ou cujas ausências os recomenda para serem incluídos num produto informativo. Quanto mais um acontecimento exibe essas qualidades, maiores são as suas possibilidades de ser incluído.

Sobre eles, a princípio, gostaríamos de ressaltar dois aspectos:

- 1) eles funcionam complementar e conjuntamente (formando pacotes), de modo que é a combinação desses diferentes *valores-notícia* que aumentam a chance de um acontecimento se transformar em *notícia*;
- 2) a influência desses critérios de relevância ocorre em todo o processo produtivo, e não simplesmente na seleção de *notícias*, mas também são linhas-guia que determinam as prioridades na preparação da *notícia*, na elaboração do material, fornecendo parâmetros para o que deve ou não ser publicado.

Outro aspecto a se considerar no entendimento do que seja *valor-notícia* é o fato dele estar sempre associado ao seu contexto social. Partindo desse

pressuposto, van Dijk faz uma adequação deles¹¹ a uma base cognitiva social, que considere aspectos como representação, compreensão, seleção, uso da informação noticiosa, dentre outros. As restrições sociais dos jornalistas – compreensíveis em parte pelas rotinas produtivas – ocorrem pela

repetida atenção para pessoas, grupos e países de elite [o que] levam ao *jornalista* modelos e composições nos quais tais elites são os atores dominantes. Por isso, os jornalistas internalizam o quadro social que resulta de restrições profissionais e sociais na redação noticiosa (van Dijk, 1988:120).

Os *valores-notícia* colaboram para que as tarefas jornalísticas se tornem rotineiras, exequíveis e gerenciáveis. Eles permitem ao profissional executá-las com rapidez, sem muita reflexão, de maneira quase automática.

Podemos classificar em cinco grupos os pressupostos implícitos dos *valores-notícia*:

- 1) conteúdo da notícia: processo de transformação do acontecimento em *notícia*.
- 2) produto notícia: conjunto de processos de produção e realização.
- 3) meio de comunicação: quantidade de tempo de transmissão de uma *notícia*.
- 4) público: visão que os jornalistas têm de seus destinatários.
- 5) concorrência: informações sobre o mercado midiático e a relação entre os veículos.

A seguir, abordaremos brevemente cada uma dessas classificações.

2.3.5.2 Critérios relativos ao conteúdo da *notícia*

Coordenam-se em dois modos: a importância e o interesse da *notícia*. A primeira depende do fato de ser maior ou ter maior quantidade de quatro variáveis:

- I. pessoas de importância social/elite;
- II. *poder* de influir no país e em seus interesses ou contexto cultural do leitor/ouvinte;
- III. número de indivíduos;

¹¹ Os novos *valores-notícia* propostos por van Dijk são: atualidade, pressuposição, consonância, relevância, desvio comportamental e negatividade, proximidade. Suas definições e empregos estão em van Dijk (2008:121-124).

IV. relevância e a significância do acontecimento em relação à evolução de uma determinada situação.

As *notícias* crescem de importância, ganhando espaço midiático, na medida em que agregam a si *valores-notícia*. Da outra parte, as *notícias* de grande interesse são avaliadas mais subjetivamente, com maior número de variáveis e menos unanimidade.

2.3.5.3 Critérios relativos ao produto *notícia*

Os critérios aplicados ao *valor-notícia* produto tratam da disponibilidade de materiais e das características específicas deste *valor-notícia*. Quanto à disponibilidade, aumenta a acessibilidade para o *jornalista*, a facilidade técnica e a quantidade de meios para a cobertura.

O *jornalismo* moderno baseia sua concepção do real na *objetividade*, fundamentada na *ideologia* que legitima o *jornalismo*. Assim, ser objetivo é uma das garantias do *jornalista* de descrever os fatos “como eles aconteceram”, apartando-se dos malefícios do subjetivismo.

Ao confrontar os preceitos da *objetividade* e a prática jornalística, ter-se-ia que desqualificar a primeira como tal. Mais importante que isso é o descaso em considerar o processo de produção da *notícia* como um todo, imprescindível para a realização da *notícia*. A referência à *objetividade* é sempre em relação ao texto somente, desconsiderando tanto o processo de seleção das informações nela contidas, como o fato da mídia se compor de elementos verbais e não-verbais agindo na produção de sentido.

Entendemos que o *valor-notícia*, como a *objetividade*, está ligado a um processo de despersonalização do *jornalista*, que, através da *objetividade* e de outros *valores-notícia*, constrói uma representação da realidade aparentemente objetiva, imparcial, que reproduz o real com fidelidade. Mas em contraposição à *objetividade* se levanta a intersubjetividade¹², que se estabelece pela capacidade do *jornalista* de se relacionar com seus pares ou outros indivíduos, possibilitando-lhe expressar sua visão do fato ou usar *fontes* e informações. E mais, a interação com o outro faz o trabalho do *jornalista* adquirir uma riqueza e capacidade de penetração que não tinha antes.

¹² Intersubjetividade: veja nota 5 no rodapé da página 27.

Outro critério é o de relevância, que remete à questão de ser a *notícia* um produto resultado de uma ideologia da informação. Tornam-se *notícias* “os acontecimentos que constituem e representam uma infração, um desvio, uma ruptura de uso normal das coisas. Constitui *notícia* aquilo que altera a rotina, as aparências normais” das coisas. (Wolf, 1999:207). A probabilidade de um acontecimento vir a se tornar *notícia* está na razão direta da negatividade de suas consequências.

Por fim, considera-se o *valor-notícia* “equilíbrio da composição” do noticiário. Este deve conter o maior número possível de categorias. Além disso, o meio de comunicação deve buscar o equilíbrio na sua cobertura, seja apurando em todo o território nacional, seja por classe etária e/ou social.

2.3.5.4 Critérios relativos ao meio de comunicação

A transformação de um acontecimento em *notícia* depende ainda da sua adequação ao formato e rotina de cada meio. Por exemplo, no caso da mídia audiovisual, o tempo que será dispensado à *notícia* depende mais do modo como ela será formatada e apresentada, do que do assunto abordado. A existência de imagens, a participação de um enviado ou a disponibilidade de uma entrevista, dentre outros, contribuem diretamente para o crescimento do tempo dedicado a uma matéria.

Outro critério a considerar é a frequência de um acontecimento. Se ele se adéqua às rotinas do meio de comunicação, aumentam as chances de se tornar *notícia*. Assim, podemos dizer que esse tipo de *valor-notícia* depende dos limites espaço-temporais do produto noticioso: “Do ponto de vista da seleção dos acontecimentos noticiáveis, este critério de relevância facilita e confere maior rapidez à escolha, dado que impõe uma espécie de pré-seleção, ainda antes de serem aplicados os outros *valores-notícia*.” (Wolf, 1999:212).

2.3.5.5 Critérios relativos ao público

Trata-se de como o *jornalista* imagina seu público, o que é difícil de ser avaliado e se agrava com o pequeno conhecimento que os jornalistas têm da audiência, embora afirmem utilizar seus conhecimentos e experiência profissionais para perceber os interesses do seu público.

Essas ambiguidades no entendimento do interesse do público pelos jornalistas devem ficar mais claras, pois, em última instância, são os jornalistas que decidem o que será veiculado no noticiário. Além disso, o interesse público/do público pode ser instrumentalizado como uma estratégia para manter a autonomia do *jornalista*, que pode justificar suas escolhas, associando-as à ideia de interesse público/do público.

2.3.5.6 Critérios relativos à concorrência

A competição provoca três tendências que têm algum reflexo na definição de alguns *valores-notícia*. A primeira surge do fato de que, de modo geral, todas as mídias têm acesso à informação ao mesmo tempo. A solução encontrada é a busca por informações exclusivas, pelo furo de reportagem, assim como a invenção de novas rubricas e a elaboração de *boxes* explicativos. A consequência é o aumento da fragmentação e a centralização da cobertura em pessoas proeminentes, fatores que colaboram com a distorção informativa e dificultam uma visão articulada e global da realidade social.

A concorrência entre os veículos de comunicação também cria expectativas recíprocas de condutas, de padrões de cobertura e produto. A situação tende à acomodação quando gradual e inconscientemente os veículos elegem um dos seus pares como referência, uma espécie de líder que dita o padrão de conduta profissional para todos os outros.

A terceira tendência é o modo como essa concorrência induz à inércia, impedindo, assim, inovações na seleção de *notícias*, já que novas maneiras de fazer podem eventualmente receber críticas das instâncias superiores. Isso colabora para que as coberturas dos meios de comunicação sejam todas muito uniformes.

2.3.5.7 Critérios variáveis de relevância dos *valores-notícia*

Interessante observar que, em uma *notícia*, nem todos os *valores-notícia* são relevantes. Se assim fosse, o *jornalista* teria dificuldade em dar igual importância a todos os *valores-notícia* em sua matéria. Existe na verdade uma espécie de “caráter negociável da *noticiabilidade*”, ou seja,

os critérios relevantes são variáveis, embora de uma forma limitada, de acordo com determinados fatores. Isso significa que a ‘transformação’ de um acontecimento em *notícia* é o resultado de uma ponderação entre variáveis relativas e elementos de peso, relevo e rigidez diferentes quanto aos procedimentos produtivos (Wolf, 1999:215).

De modo geral, isso nos leva a considerar a noção de *valores-notícia*, não como categorias estanques, mas como conceitos dinâmicos, permanentemente redefinidos pelo grupo profissional no dia a dia da cobertura noticiosa.

2.3.6 Rotinas produtivas

2.3.6.1 Conceito e características

São processos sócio-organizacionais pré-estabelecidos entre as partes que, em alguma medida, mecanizam a produção de algo, sem desconsiderar a cultura ou idiossincrasia de alguns participantes. No *jornalismo*, as *rotinas* são uma forma prática de fazer face às necessidades dos meios de comunicação e dos jornalistas. Elas são

os processos de fabrico de informação jornalística, os procedimentos que, sem grandes sobressaltos ou complicações, asseguram ao *jornalista*, sob a pressão do tempo, um fluxo constante e seguro de *notícias*, isto é, permitem ao *jornalista* que ‘controle’ o seu trabalho (Sousa, 2000:52-53).

As *rotinas* resguardam os jornalistas e veículos dos riscos e críticas decorrentes do exercício da profissão. Por sua vez, Tuchman (1977 *apud* Sousa, 2000:54) chama a atenção de que, na medida em que facilitam a execução de determinadas tarefas, as *rotinas* acabam por se institucionalizar, adquirindo autonomia e legitimidade próprias, tornando-se padrões que garantem a produção de *notícias*. Outro aspecto a observar é que as *rotinas* são elaboradas de acordo com o meio de comunicação a que servem, sofrendo constantes alterações.

Se, por um lado, as *rotinas produtivas* facilitam a produção noticiosa, elas trazem desvantagens no que concerne à qualidade da informação veiculada. A premência do tempo e o emprego sistemático das *rotinas produtivas* levam o *jornalista* a sofrer de “limitações laborais”, segundo Wolf (1999:191). A visão estreita das *rotinas* tendo em vista multiplicidade de aspectos presentes em um determinado acontecimento acaba delimitando a definição de *notícia* ao que pode ser apreendido por meio de processo rotinizáveis. Assim, legitimam certos procedimentos, interferindo em uma sequência que vai da escolha das *fontes* à seleção dos acontecimentos e sua formatação como *notícias*. As limitações laborais acabam, portanto, por estabelecer normas profissionais, como, por exemplo, a postura

'adequada' do *jornalista*; sua consciência de qual é o seu lugar, que pressupõe 'isenção', 'imparcialidade' e ocultamento.

2.3.7 Relação com as fontes

2.3.7.1 A fonte, o *jornalista* e suas representações da realidade

O fato de os jornalistas raramente presenciarem aquilo que reportam fá-los dependentes das *fontes*. São elas que assistem o acontecimento e o relatam para o repórter. Ainda que um *jornalista* presencie o ocorrido, deve, se possível, certificar-se com uma *fonte* como aconteceu. Uma *fonte* em *jornalismo* é uma pessoa, grupo ou documentos textuais ou audiovisuais que trazem uma informação, uma opinião ou um dado ao *jornalista*, que os utiliza para verificar a acuidade dos dados ou a veracidade dos juízos de valores apresentados. Medina (1978:37) sintetiza o conceito: “qualquer coisa ou pessoa que possa fornecer ao repórter dados necessários à elaboração da matéria”.

Todavia, Pena (2008:57) chama a atenção que a *fonte* nada mais é do que uma interpretação de um fato. Ou seja, sua percepção de determinado acontecimento depende de sua cultura, sua linguagem, seus preconceitos. E, dependendo de circunstância, sua visão do acontecimento pode fazer com que seus interesses sejam beneficiados.

Em seu livro *Making news* (1971), a socióloga da comunicação Gaye Tuchman afirma que o *jornalismo* integra o cotidiano das civilizações, reportando acontecimentos da sociedade. Entretanto, os jornalistas estão limitados, nessa tarefa “ao tempo (ritmo diário e não-diário); ao espaço (territorialidade, especialização organizativa e especialização temática) e tipificação das *notícias* (*notícias* do dia, interesse humano, temáticas, de continuidade e de desenvolvimento).” (Tuchman, 1971). Segundo a socióloga americana, a *fonte* cresce em importância na razão direta da capacidade de conter esses valores.

2.3.7.2 *Fonte* oficial e outras fontes

A oficial¹³ é aquela que representa alguma instituição, sendo considerada sua porta-voz. Já a *fonte* oficiosa (ou não oficial)¹⁴ fala por alguma instituição oficial sem estar autorizada por ela. Por outro lado, a *fonte* é independente quando não apresenta nenhuma ligação direta com o assunto tratado.

Mais da metade das fontes é oficial. Em grande parte, por ter interesses a resguardar, informações a ocultar e benefícios do *poder* a manter, as fontes oficiais quase sempre são tendenciosas. Com frequência se veem acima dos limites impostos à sociedade. Pessoas desconhecidas habitualmente não são ouvidas como *fonte*. Os repórteres vão atrás daquelas conhecidas para buscar as informações necessárias.

A testemunha é outro tipo de *fonte*. Sua principal característica é ter relação direta com o fato, o que não a impede, ao relatar o acontecimento, de fazê-lo pela mediação de suas emoções, preconceitos, memória ou linguagem.

Neste momento do trabalho, entendemos ser proveitoso fazer uma pequena revisão de alguns autores que produziram estudos clássicos sobre a relação dos jornalistas com as fontes.

2.3.7.3 Berlo: o relacionamento do *jornalista* com a *fonte*

Um dos teóricos pioneiros do estudo das relações entre os jornalistas e as fontes de informação foi David Berlo, que, em seu livro *The process of communication* (1960), apontou quatro habilidades comunicacionais que *poderiam* aumentar a fidelidade ou eficácia das fontes: 1) escrita (*fonte* codificada); 2) palavra (*fonte* codificada); 3) leitura (*fonte* decodificada) e 4) audição (*fonte* decodificada). Estas quatro criam uma quinta, o raciocínio. Berlo (1960) ainda menciona três atitudes que a *fonte* deve ter:

- 1) dominar o assunto sobre o qual está falando;
- 2) conhecer profundamente a instituição onde trabalha o assessor; da mesma forma, a mensagem que vai transmitir;
- 3) sopesar o sistema sociocultural em que vive a *fonte*; dependendo do contexto, a *fonte* vai construir a mensagem.

¹³ Fontes oficiais: governantes, políticos, empresários, dirigentes institucionais, líderes religiosos e de associações etc.

¹⁴ Fontes oficiosa ou não-oficiais: representantes do terceiro setor, sindicalistas, gente comum etc.

2.3.7.4 Sigal: as fontes têm maior responsabilidade no conteúdo da *notícia*

Quanto ao conteúdo da *notícia*, Leon Sigal, em seu livro *Reporters and officials: the organization and politics of newsmaking* (1973), atribui maior responsabilidade ao tipo de *fonte* consultada (oficial e não-oficial) e ao que ela diz sobre a mediação dos meios de comunicação ou as rotinas e convenções jornalísticas.

Em outra obra, *Sources make the news*, Sigal (*apud* Manoff e Schudson, 1986) chega à conclusão de que são as fontes as autoras da *notícia*, que pouco tem a ver com aquilo que os jornalistas pensam. Para ele as fontes são: “os meios de comunicação, as rotinas jornalísticas e as convenções ([os assuntos em pauta para o dia], o conjunto de impulsos que existem na agenda mediática)”. Sigal observa como a dominância das fontes oficiais exercem influência sobre a apuração das *notícias*.

2.3.7.5 Molotch e Lester e os promotores da *notícia*

Em seu livro *News as purposive behaviour*, Molotch e Lester (1974) constroem um conceito que eles chamaram de “promotores de *notícia*” para designar as fontes que, por interesse próprio, esforçam-se em fazer um acontecimento se tornar um fato público e, ao mesmo tempo ou não, em obstruir outros de modo a que não tenham visibilidade pública. O ponto central aqui é a intencionalidade da *fonte*, que, por seu *poder* e influência, podem até mesmo alterar a seu favor as *rotinas produtivas*, de modo a garantir sua hegemonia ideológica na sociedade através dos meios de comunicação:

as *notícias* seriam uma construção e o campo *jornalismo* um espaço dinâmico em que interagiriam promotores de *notícias* e jornalistas (e o próprio público), que lutariam pela definição de sentidos para os fatos, havendo fatos que, nesse espaço negocial, seriam avaliados como acontecimentos e outros que não. (Sousa, 2000:69).

2.3.7.6 Gans: os tipos de *fontes* informativas

O pesquisador norte-americano Herbert Gans (1979) relatou em dois de seus livros – *Deciding what's news* e *Negócio na relação fonte-jornalista*– sua pesquisa sobre o comportamento dos jornalistas na CBS, NBC, Time e Newsweek. A partir desse estudo, observou existirem diversos tipos de fontes informativas:

institucionais, oficiais ou estáveis e provisórias; ativas e passivas; conhecidas e desconhecidas, que igualmente se relacionam com jornalistas.

A interação dos meios de comunicação com suas fontes se dá conforme as necessidades produtivas e a posição social que estas fontes ocupam. Logo, o acesso das fontes à mídia obedeceria a uma hierarquia social, segundo Sousa (2000:71).

Conforme Gans, existe um conflito de interesses entre as fontes e os jornalistas: elas desejam passar as informações que lhes interessam, enquanto os jornalistas prospectam junto às fontes informações que estas, às vezes, tentam esconder.

Como explica o estudo de Gans, a negociabilidade na criação/construção da *notícia* é determinada por um conjunto de fatores, dentre eles comunicados, *press-releases*, palestras etc. Os jornalistas dariam preferência a determinadas fontes dependendo da importância destas, credibilidade da informação e proximidade geográfica e social. Já as fontes escolheriam o *jornalista* a quem relatar “em função de sua conveniência aferida [...] em termos de fiabilidade e respeitabilidade, mas também em termos de capacidade de produção de informação.” (Sousa, 2000:71).

2.3.7.7 Schlesinger: a credibilidade e a aceitabilidade das *fontes*

A pesquisa de Philip Schlesinger (1992) sobre a credibilidade e aceitabilidade das fontes conclui que estas são desiguais no seu valor e na sua permissão à *notícia*. Sua conclusão é que nem todas reúnem informação eficaz. A *fonte* trabalha no sentido de moldar a informação conforme a necessidade do *jornalista*. Para Schlesinger, existe uma relação direta entre a informação eficaz e as fontes de informação toda vez que: 1) a *fonte* detém uma mensagem bem clara, conforme os melhores critérios noticiosos; 2) a *fonte* estabelece as mídias mais próprias; 3) a *fonte* possui o maior número de informações úteis; 4) a *fonte* é capaz de impedir a reação dos adversários.

Um comportamento das fontes apontado por Schlesinger é a competição destas pelo acesso aos meios de comunicação. As fontes desenvolvem um ambiente que facilita seu sucesso na comunicação. Também procuram selecionar adequadamente os meios-alvo. Além disso, adéquam suas mensagens aos critérios de *noticiabilidade* e às *rotinas produtivas*. Mas mesmo assim, o autor salienta que as

fontes apresentam características distintas com diferentes inserções sociais, o que as faz ter acesso desigual aos meios de comunicação.

2.3.7.8 Curran: os tipos de pressão nos meios jornalísticos

Quanto às pressões existentes sobre os meios jornalísticos, James Curran (1990) definiu dois tipos: do “topo para a base” e as pressões da “base para o topo”. Na primeira situação, as pressões fazem os jornalistas tornarem-se próximos aos grupos socialmente dominantes; na segunda situação, as pressões levam os jornalistas a estar mais perto dos grupos sociais de base.

As principais pressões do “topo para a base”, segundo Curran (1990 *apud* Sousa, 2000:73) são: 1) restrições à entrada (elevado custo da atividade); 2) concentração oligopolista de propriedade; 3) economia de escala devido à concentração em atividades políticas; 4) foco nos consumidores de maior *poder* aquisitivo; 5) autocensura para evitar conflito com entidades patrocinadoras; 6) exclusão do “desconhecido” pelas *rotinas* e critérios de *noticiabilidade*; 7) *notícias* personificadas nas personagens da elite; 8) desigualdade dos recursos dos grupos que visam acesso à mídia e 9) acesso privilegiado das elites ao Estado.

Exemplos de pressões da “base para o topo”: 1) práticas culturais de grupos dominados, possibilitando a transmissão de sua herança cultural e de saber; 2) pressões exercidas por grupos sociais de base; 3) *poder*, independência e autonomia dos jornalistas; 4) pressão do consumidor em deixar de adquirir produtos jornalísticos e 5) competência de alguns grupos sociais de base de criar seus próprios veículos de comunicação.

Para Curran (*apud* Sousa, 200:74), “as fontes, mesmo as privilegiadas, têm desigual acesso aos órgãos jornalísticos e diferentes *status* perante os jornalistas.”.

2.4 ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA E NEWSMAKING: POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO

Ao passarmos em revistas os conceitos, funções e problemáticas de ADC, *discurso* noticioso, *newsmaking* e *rotinas produtivas*, a sensação que temos é de desafio – quase de impossibilidade – de fechar um capítulo tão espraiado. Talvez uma boa estratégia seja comentar cada um dos quatro assuntos vistos no capítulo.

Estudar o *discurso* na ótica da AD nos possibilita compreender que, ao atuar no processo comunicacional, o *discurso* não está sozinho, mas em íntima e fundamental parceria com a *ideologia* e a língua, caracterizando a primeira e materializando a segunda. Essa perspectiva altera substancialmente a concepção de *discurso* noticioso.

O estudo do *newsmaking* nos ajuda a desvendar o modo como o processo de comunicação constrói a realidade através da *notícia*, resultado da interação entre diferentes atores e que é interiorizada de forma distinta pelos diferentes públicos.

As *rotinas produtivas* foram percebidas como um conjunto de critérios e procedimentos – entre os quais os *valores-notícia* – que facilitam o trabalho de produção da *notícia* pelo *jornalista*. Em geral, tais critérios atuam conjuntamente, sua adoção impinge à *notícia* estrangulamentos e limites. Se esse procedimento facilita e estrutura a cobertura jornalística, por outro lado, impede – ou ao menos dificulta – a compreensão aprofundada e o contextual dos fatos que compõem a *notícia* – que é simplificada pelos procedimentos de rotinização e a adoção de critérios de *noticiabilidade*.

Seguimos falando do profícuo relacionamento do *jornalista* com suas *fontes*. Tivemos oportunidade de “ouvir” vários teóricos sobre o assunto, levantando aspectos que contribuem para o entendimento das limitações e possibilidades desse relacionamento.

Por fim, pretendemos explicar melhor a ADC no próximo capítulo, o metodológico. Ela fornecerá uma base teórica na qual repousa as categorias e subcategorias de análise empregadas em nossa pesquisa. Da seção “*Notícia como discurso*”, buscamos entender os mecanismos e pressupostos que fazem da *notícia*

um *discurso* peculiar, muito eficiente e eficaz. Procuramos, ainda, adentrar um pouco nos estudos sobre *newsmaking* para melhor compreender por que a *notícia* é uma construção social e como a *noticiabilidade* (e junto os *valores-notícia*) colaboram para viabilizar, dar padrão, eficiência e tolher o que foge à concepção moderna de *notícia*. No nosso entendimento, todas as vertentes do *newsmaking* colaboraram no processo de construção da *notícia* pelo jornal Estado, colaborando assim para desvendar os meios por ele usados para convencer o leitor de seu modo de conceber o mundo.

Capítulo III

CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE

Antes de analisarmos as matérias do *corpus* e de identificarmos os conceitos investigados neste trabalho, precisamos dissertar sobre os procedimentos metodológicos que serão aplicados nesta pesquisa.

Partindo do referencial teórico da *Análise do Discurso Crítica* (ADC), podemos separar nossa investigação em duas macrocategorias: textual e contextual. Na primeira, dividimos em três categorias: *morfologia*, *semântica* e *sintaxe*. Na contextual, vamos investigar a categoria *estilística*. Para esta análise, estamos utilizando os conceitos construídos por Teun van Dijk, em seu livro *News as a discourse*.

O capítulo está dividido em duas partes. Primeiro, apresentaremos o cenário da pesquisa (origens, principais dados, posicionamento sociopolítico, posicionamento mercadológico e processo produtivo do jornal *O Estado de S. Paulo*). A seguir, dissertaremos sobre algumas das dezessete subcategorias provindas das quatro categorias selecionadas e, em cada uma delas, procederemos a uma análise de uma matéria do *corpus* em diferentes aspectos.

3.1 CENÁRIO DE PESQUISA: O ESTADO DE S. PAULO

3.1.1 Breve histórico do jornal

A primeira edição do jornal *O Estado de S. Paulo* foi em 4 de janeiro de 1875, motivada pelos ideais republicanos e abolicionistas de um grupo de dezesseis homens, que fundaram o jornal com o nome de *A Província de S. Paulo*. O primeiro número saiu com quatro páginas e uma tiragem 2.025 exemplares. Um mês após a Proclamação da República, o jornal passou a ter o nome atual. Logo depois, Julio Mesquita assumiu como editor-chefe, empreendendo muitas inovações e se

tornando o único proprietário, em 1902. No fim do século XIX, o jornal já era o maior de São Paulo, cidade que contava com 250 mil habitantes.

O Estado fez sistemática oposição aos governos federal e estadual durante toda a República Velha. Na Revolução Tenentista de 1924, o jornal foi impedido de circular pela primeira vez. Em 1930, com o fim da República Velha, o Estado apoiou a candidatura de Getúlio Vargas, que derrotado nas eleições, tomou o *poder* pela Revolução de 1930, ano em que a tiragem do jornal chegou a 100 mil exemplares, auxiliada pelo uso de muitas fotografias. O Estado apoiou a Revolução Constitucionalista de 1932 diante do autoritarismo de Vargas. Segundo Pontes (2009:s/p), “a posição do jornal, da cidade e do estado de São Paulo é uma só: reivindicação de eleições livres e de uma Constituição.”. Os constitucionalistas foram derrotados; Júlio e seu irmão, Francisco Mesquita, os dois proprietários do jornal, foram presos e expatriados para Portugal.

Assim mesmo, o Estado manteve sua oposição ao regime, sofrendo, em 1940, uma ocupação pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que durou até 1945. Este ano marca o fim da ditadura Vargas, quando o jornal foi devolvido aos proprietários, já anistiados. A seguir, o jornal atravessou uma fase de enorme progresso, com incremento na tiragem e no prestígio nacional. Durante a República Nova (1946-1964), o Estado fez aliança com Carlos Lacerda e se opôs a todos os governos, em especial ao de João Goulart. Durante os primeiros anos da década de 1960, Júlio Mesquita Filho participava ativamente na construção de uma aliança contra o governo democraticamente constituído.

Em 1964, o *Estado* ficou ao lado dos militares que derrubaram o presidente João Goulart. Para justificar esse apoio, Pontes (2009:s/p) alega que o jornal constatou que “o mesmo [Goulart] já não tinha autoridade para governar.”. Após o Ato Institucional nº 2, que dissolveu os partidos políticos, o jornal rompeu com o regime ao descobrir que este pretendia se perpetuar.

Em 1967, a tiragem do Estado atingiu 340.000 exemplares. No ano seguinte Júlio de Mesquita Filho insistiu em publicar um editorial seu em que denunciava o fim da aparência de normalidade democrática. A partir desse momento, os censores da Polícia Federal estiveram presentes todos os dias em sua redação, tornando-se o único nesta condição, ao contrário dos outros grandes jornais brasileiros, que aceitaram algum tipo de autocensura. No espaço que seria ocupado pelas notícias proibidas, o jornal preenchia com o poema ‘Os Lusíadas’, de Luís de Camões, o que

lhe deu visibilidade mundial. No dia 4 de janeiro de 1975, quando o Estado completou 100 anos, foi retirada a censura, dentro da política de distensão iniciada pelo governo Ernesto Geisel.

Em 1969, num período de quatro meses morreram Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita. O Grupo Estado passou a ser dirigido por Júlio de Mesquita Neto, que poucos anos depois, enfrentou uma grave crise financeira. Ele havia se endividado com a construção de sua nova sede na Marginal Tietê, agravado pelo fato de estar disputando o mercado com o novo padrão de *jornalismo* encabeçado pela *Folha de S. Paulo*.

A partir de 1986, o Estado passou por uma grande renovação, liderada por Augusto Nunes, contratado como diretor de redação. As mudanças aconteceram tanto nas redações, como nas oficinas. Com elas, o jornal passou a utilizar cores e a ter edições diárias. Com a morte de Júlio de Mesquita Neto, em 1996, assume o comando do jornal o irmão, Ruy Mesquita. Em março de 2000, foi criado o portal na internet, que passou a fazer cobertura em tempo real: estadao.com.br. Três anos depois, tornou-se líder, com mais de um milhão de visitantes mensais. Em 2010, o jornal é o quinto em circulação no Brasil, com uma média diária de 236 mil exemplares e o primeiro na Grande São Paulo, com média diária de 151 mil exemplares.

3.1.2 Principais dados

As informações constantes desta seção foram retiradas do *Relatório de Responsabilidade Corporativa 2007, 2008* do Grupo Estado e da Associação Nacional de Jornais (ANJ, ano 2010):

Fundação: 4 de janeiro de 1875 (há 135 anos).

Proprietário: S.A. O Estado de S. Paulo

Periodicidade: diária.

Circulação: nacional.

Distribuição: 236.369 em média de exemplares/dia em 2010 e em 2009, 212.844, o que representa um crescimento de 11,05% de um ano para o outro. É o quinto maior jornal em circulação do Brasil. São 5.500 pontos de venda na região metropolitana de São Paulo e 400 representantes que distribuem em vários pontos do país.

Assinatura: em torno de 50% da distribuição. A venda avulsa é uma alternativa para o não assinante e leitores com interesses pontuais.

Funcionários: em 2009, 5.563; em 2008, 4.853, com um incremento de 14,63%. Em 2009 foram assim distribuídos: 51,30%, próprios; 19,0%, autônomos; 24,52%, prestadores de serviço e 0,97%, estagiários. Do total, 40,6% são mulheres e 59,4%, homens. O tempo médio de casa é de oito anos por empregado. Foram gastas *dezesseis* horas de treinamento em 2009, em comparação a 12 horas em 2008.

Processo produtivo: no fim deste trabalho, veja Apêndice B, que descreve a rotina das editorias Geral e Internacional.

Site oficial: www.estadao.com.br

3.1.3 Posicionamento sociopolítico

Consideramos que o jornal *O Estado de S. Paulo* tem uma posição política à direita no cenário nacional, defendendo os interesses do empresariado, especialmente paulista, assim como seus valores: a *democracia* liberal, a livre iniciativa, a manutenção do *status quo* social, econômico e político, a *liberdade de expressão* e *de imprensa*, dentre outros. De modo mais pontual, luta pelos interesses dos veículos de comunicação, não só no Brasil, como pelos de seus parceiros em toda a América Latina, opondo-se ao crescimento da participação do Estado no setor.

O jornal Estado foi proibido de circular na Revolução Tenentista, conviveu com interventores impostos por Getúlio Vargas na década de 40, teve censores em suas redações ininterruptamente nos anos na ditadura militar e mais recentemente está proibido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal de publicar qualquer informação sobre a Operação Boi Barrica, que envolve o filho e administrador do clã José Sarney, presidente do Senado Federal. Essas quatro experiências parecem ter marcado profundamente o jornal, o que em parte explica sua forte oposição a qualquer medida de cerceamento da *liberdade de expressão*. Estes aspectos ficam claros ao se analisar os editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*. Uma pequena análise está disponível no Apêndice C no fim deste trabalho.

3.1.4 Posicionamento mercadológico

O público-alvo do jornal *O Estado de S. Paulo* são integrantes das classes A e B das grandes cidades brasileiras (especialmente da região metropolitana de São Paulo), com nível de escolaridade superior. O formato da publicação é tipo *standard*, com 26 cadernos, que circulam concomitante ou alternadamente ao longo da semana. Há um número maior de cadernos nos sábados e domingos. São os seguintes os cadernos de *O Estado*: 1º Caderno, que traz os principais acontecimentos que movimentam a sociedade com ampla cobertura jornalística do país. O caderno Economia&Negócios transita do nível micro ao macroeconômico, desde pequenas notas até grandes análises. Metrópole / Cidades fala sobre a cidade de São Paulo, com informações e críticas do que está acontecendo.

O Caderno 2 fala de cultura e beleza. Já o de Esportes vem com informações desportivas de diferentes modalidades. O caderno Link pauta assuntos de informática. Para o leitor que deseja abrir seu próprio negócio, o jornal oferece o caderno de Negócios. Quando o assunto é turismo, os roteiros, dicas e informações estão no Viagem&Aventura. Os temas agropecuários estão no caderno Agrícola. Paladar oferece matérias sobre gastronomia e o Divirta-se traz muitas dicas de lazer. Para o público infantil foi criado o Estadinho.

Já os eventos musicais estão no C2 + música. O espaço literário acontece no caderno Sabático e no domingo os assuntos da semana são comentados criticamente no Aliás. Já para saber o que fazer no domingo, o leitor tem o C2 Domingo. As mulheres são contempladas com o caderno Feminino e para a televisão, o caderno TV. Casa é o suplemento dominical de decoração de interiores e, se a questão é educação, o caderno edu procura responder a essa necessidade, assim como o Planeta pauta a educação ambiental e a economia sustentável.

O caderno Auto vem com classificados de automóveis, desde os leves até os pesados, e com algumas matérias de serviço. Outros dois trazem classificados: Empregos & Carreiras, com anúncios de abrangência nacional, além de tabelas comparativas de cargos e salários, com opiniões de especialistas; e Imóveis, com classificados de venda e locação. O caderno Oportunidades foca em negócios, leilões e vantagens para abrir ou ampliar sua empresa; e o Ultra é um guia de compras e ofertas para o segmento de luxo: automóveis, imóveis, obras de arte, animais, antiguidades, barcos, leilões etc.

3.2 CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* DA PESQUISA

O *corpus* é constituído por dezesseis *notícias* publicadas na editoria internacional, no período de 01.08.09 a 26.01.10. O critério para a escolha do *corpus* foi ser notícias, cujo tema fosse o cerceamento da *liberdade de expressão e de imprensa* no governo do presidente venezuelano Hugo Chávez.

A coleta foi feita através da edição impressa do jornal *O Estado de S. Paulo*. Diariamente, foi verificada a editoria internacional, em busca de matérias sobre o governo Hugo Chávez, sem a preocupação, em um primeiro momento, de destacar *notícias* sobre o tema de pesquisa. Foram separadas 58 matérias no período 27.06.09 a 01.02.10. A partir destas, uma segunda seleção foi feita, constituindo o *corpus* de dezesseis matérias só com aquelas referentes ao cerceamento da *liberdade de expressão* no governo Hugo Chávez.

A íntegra das dezesseis matérias, que compõem o *corpus*, encontra-se no fim deste trabalho no Anexo D, a partir da página 172.

3.3 CATEGORIAS ANALÍTICAS UTILIZADAS

As categorias desta pesquisa foram concebidas a partir do livro *News as a discourse*, de Teun A. van Dijk, cuja base teórica é a *Análise do Discurso Crítica*.

Entendemos que a produção de um texto “envolve processos mentais de interpretação e formulação, resgate e uso do conhecimento e outras estratégias de dimensão cognitiva do *discurso*” (van Dijk, 1988:29). A análise *do discurso* proposta nesta pesquisa leva em conta a constante relação entre o texto e o contexto, isto é, deseja-se “entender os processos cognitivos que especificamente afetam a produção e a compreensão da estrutura do *discurso* e como as estruturas do *discurso* influenciam e são influenciadas pela situação social” (van Dijk, 1988:30).

Por entendermos que o *discurso* jornalístico ganha inserção social quando alia a descrição textual da *notícia* com os seus contextos socioculturais, dividimos nossa análise em duas grandes dimensões:

Textual: estruturas do *discurso* em seus níveis de descrição. Analisaremos a *morfologia*, a *semântica* e a *sintaxe*.

Contextual: descrições estruturais das propriedades do contexto (processos cognitivos e representações ou fatores socioculturais). Analisaremos a *estilística*.

3.3.1 Categorias Textuais: *morfologia*

Estudo da linguística que observa a estrutura, a formação e a classificação das palavras. A *morfologia* examina cada uma das palavras isoladamente, sua composição ou estrutura, sem se prender às funções que ela pode desempenhar dentro da frase (*sintaxe*), nem a composição fônica ou silábica (*fonologia*) (Sandmann, 1992:11). A *morfologia* estuda se a palavra é variável ou invariável, se ela pode ou não ser acrescida de unidades constitutivas (flexões), se é simples ou complexa, se tem um ou mais radicais e se esses radicais têm um ou mais afixos. Antônio Sandmann (1992:12) esclarece:

A morfologia se ocupa tradicionalmente também com a classificação das palavras, tomando como bases diferentes critérios: [...] o critério formal, p. ex., leva em consideração se a palavra pode ou não receber flexão dentro da frase; o critério sintático leva em conta a função ou distribuição da

palavra dentro de unidades linguísticas maiores, e o critério semântico toma como base de classificação diferenças de significado.

O gramático completa que a análise morfológica é feita nas relações paradigmáticas ou do eixo vertical da linguagem; estas podem ser definidas entre elementos que não estão todos simultaneamente presentes numa frase ou texto.

A função típica da *morfologia* é classificar ou dividir as palavras conforme propriedades características de um conjunto delas. Entretanto, essa classificação a partir de critérios preestabelecidos não tem sido uma tarefa fácil, especialmente caso se utilize um critério único. Sandmann (1997:18) esclarece que, ao utilizar o critério morfológico ou formal, as palavras do português serão divididas em variáveis e invariáveis. As palavras variáveis ou serão as que recebem funções de gênero e de número (o substantivo, o pronome e o adjetivo) ou aquelas que recebem flexões de pessoa e número, tempo, modo e aspecto (o verbo). Já a preposição, a conjunção e o advérbio são palavras invariáveis.

Luiz Rocha (1998:24) defende a posição de que a *morfologia* “é um ramo autônomo da linguística, com suas regras específicas, não coincidentes com as regras da *fonologia*, da *sintaxe*, da *semântica* ou do *discurso*”. É dentro dessa ótica que Rocha (1998:23) concorda com Sergio Scalise (1984 *apud* Rocha, 1998), quando este diz que “o objetivo de uma teoria morfológica é o de definir ‘novas’ palavras que os falantes podem formar, ou mais especificamente, as regras através das quais as palavras são formadas.”.

Para nossa análise, iniciaremos identificando a unidade formal, no caso a palavra, a fim de buscar a sua formação e classificação dentre as dez classes gramaticais. Faremos uma análise isolada de algumas classes de palavras que consideramos mais significativas. Elas são: o *verbo*, o *substantivo*, o *adjetivo* e o *advérbio*.

3.3.1.1 Procedimentos para a análise morfológica

1. Identificar e tabelar as palavras separando-as pelas quatro classes (*substantivo*, *adjetivo*, *verbo* e *advérbio*) em cada uma das dezesseis matérias.
2. Contar o número de palavras de cada uma das quatro classes.
3. Contar o número de palavras em cada uma das dezesseis matérias.
4. Tabelar por matéria as palavras substantivas, adjetivas, verbais e adverbiais.

5. Investigar os números encontrado por critérios absolutos, de média, além do percentual de participação de cada uma das quatro classes no total de palavras de cada uma das dezesseis matérias.
6. Selecionar textos para análise de caráter qualitativo.
7. Realizar análise qualitativa do *discurso* das matérias selecionadas.

3.3.2 Categorias Textuais: semântica

Pierre Guirard (1966:5,6,9) principia sua investigação sobre *semântica*, atribuindo-lhe uma definição bem ampla: o “estudo do sentido das palavras [...] tudo que concerne ao sentido de um signo de comunicação, particularmente as palavras [...]. A *semântica* é o estudo da função das palavras; esta função é transmitir um sentido”. Decorre dessa conceituação aberta a dificuldade dos estudiosos da área de delimitar com precisão a *semântica*. Irène Tamba-Mecz (2006:49) é radical ao dizer que é:

impossível a delimitação de um campo em razão da própria ubiqüidade do sentido; necessidade de especificar as propriedades dos significados linguísticos, para distingui-los das outras ordens de significação externa às línguas; incapacidade de definir o sentido linguístico no absoluto, uniformemente, dado que uma definição dessa é tributária, de um lado, das concepções – muito variáveis – que se fazem das línguas e da significação e, de outro, dos níveis de análise (do vocábulo ao texto).

Segundo o entendimento de Guiraud (1966:5), a *semântica*, ao mesmo tempo muito antiga e muito nova, carece de uma definição precisa de seu objeto, assim como de clarificar sua terminologia.

Mas Tamba-Mecz tenta resgatar a *semântica* ao buscar em Roman Jakobson a certeza de que a descrição das línguas passa necessariamente pelo sentido. Então Tamba-Mecz (2006:49) orienta o semanticista a estudar as propriedades e o funcionamento semântico das línguas, a dominar sua diversidade e sua especificidade, não se esquecendo de sua coerência global e ainda, se lhe sobrar competência, explicar o fundamento das línguas.

A *semântica* pode ser entendida sincrônica e diacronicamente, como percebe Nilton Fiorio (2000:260): a significação das palavras sofre alterações nestes dois sentidos, contudo, ao proceder a um exame semântico, devemos nos ater a uma

das duas análises: ou às mudanças em uma fase da língua, empregando a *semântica* descritiva, estática ou sincrônica; ou às alterações através do tempo, através da *semântica* diacrônica, histórica ou dinâmica.

Vamos investigar no *corpus* três categorias semânticas: *sinônimo*, *antônimo* e *conotação*.

3.3.2.1 Procedimentos para a análise *semântica*

1. Identificar em cada uma das dezesseis *notícias* palavras *sinônimas*.
2. Identificar em cada uma das dezesseis matérias palavras *antônimas*.
3. Identificar em cada uma das dezesseis matérias palavras com *conotação*.
4. Contar o número de palavras sinônimas, antônimas e com sentido conotativo em cada uma das dezesseis matérias.
5. Tabelar por matéria as palavras sinônimas, antônimas e com sentido conotativo por grupo.
6. Investigar os números encontrados por critérios absolutos, de média, além do percentual de participação de cada grupo de palavras (sinônimas, antônimas e com sentido conotativo) em cada uma das dezesseis matérias.
7. Selecionar textos para análise de caráter qualitativo.
8. Realizar análise qualitativa do *discurso* das matérias selecionadas.

3.3.3 Categorias Textuais: *sintaxe*

Examina a disposição das palavras na frase e a das frases no *discurso*, assim como a lógica através da qual as frases se relacionam. Sandmann (1997:11) atesta que a *sintaxe* “é tradicionalmente a parte da gramática que estuda a combinação de palavras ou sintagmas para formar frases, bem como a função dessas palavras ou sintagmas dentro da frase”.

Citando P. H. Matthews (1981:1), Sandmann (1997:11-12) nos traz uma definição de *sintaxe* mais apurada:

o termo *sintaxe* vem do grego antigo *śyntaxix*, substantivo verbal que literalmente significa ‘arranjo’ ou ‘colocação junto’. Tradicionalmente ele se refere ao ramo da gramática que se ocupa com os meios pelos quais palavras, com ou sem flexões apropriadas, são combinadas para mostrar conexões de sentido dentro das frases.

Tomando como parâmetro aspectos lógicos da língua (norma culta), a gramática elabora princípios que estabelecem a dependência ou a interdependência das palavras na oração. Mas também considera que existem outros fatores que influenciam a *sintaxe* ou a construção das sentenças, com efeitos na concordância, na regência ou na colocação. A estas variações denomina-se *figuras de sintaxe* ou *construção*. A esta pesquisa interessa particularmente três delas: *pleonasm*o, *elipse* e *clímax*.

O *pleonasm*o é a redundância de um termo ou ideia, que se legitima quando empregada para dar ênfase, relevo a um pensamento ou imagem. De modo similar, Azeredo (2008:489) define a figura como sendo “repetição de um constituinte oracional ou da significação de algum termo ou expressão”, acrescentando que o *pleonasm*o pode ser utilizado como “recurso retórico e estilístico [para] produzir efeitos expressivos de impacto.”. Já no emprego escrito (em especial do literário), o *pleonasm*o usualmente retoma, através de um pronome, um sintagma nominal que tem a função de ser tópico da frase. Entretanto, Evanildo Bechara (2004:594) nos alerta para o *pleonasm*o gramaticalmente errado: “o grande juiz entre os pleonasmos de valor expressivo e os de valor negativo (por isso considerado erro de gramática) é o uso e não a lógica”.

A *elipse* é entendida por Bechara (2004:592) como “a omissão de um termo facilmente subentendido por faltar onde normalmente aparece, ou por ter sido anteriormente enunciado ou sugerido, ou ainda por ser depreendido pela situação, ou contexto”. A supressão de um termo elíptico pode ser percebida com facilidade, pois, segundo Azeredo (2008:490), “está presente em nosso espírito e sua compreensão se depreende do contexto geral ou da situação. Em certa medida, a *elipse* é o contrário do *pleonasm*o.”. Os casos de *elipse* são a derivação imprópria (o termo exposto assume o conteúdo do omitido), *elipse* do sujeito, do verbo, da preposição que introduz certos adjuntos, da preposição de antes de integrante, da conjunção integrante “que”, em frase nominal para ênfase, e *elipse* como processo estilístico.

O *clímax* (ou gradação ascendente) acontece pela exposição de uma série de ideias em andamento crescente. Ou, como melhor conceitua Rocha Lima (1985:475), o *clímax* é “uma gradação ascendente, com a qual procura o escritor acumular efeitos expressivos e conceituais cada vez mais empolgantes, até alcançar a culminância emocional”.

3.3.3.1 Procedimentos para a análise sintática:

1. Identificar em cada uma das dezesseis *notícias* as orações com *pleonasm*o.
2. Identificar em cada uma das dezesseis matérias as orações com *elipse*.
3. Identificar em cada uma das dezesseis matérias orações com *clímax*.
4. Contar o número de orações com cada uma das três figuras de *sintaxe* nas dezesseis matérias em conjunto.
5. Tabela cada uma das três figuras de *sintaxe*.
6. Investigar os números encontrados por critérios absolutos, de média, além do percentual de participação de cada uma das três figuras de *sintaxe* no total das dezesseis matérias.
7. Selecionar textos para análise de caráter qualitativo.
8. Realizar análise qualitativa do *discurso* das matérias selecionadas.

3.3.4 Categoria contextual: estilística

Esta categoria estuda a capacidade de uma língua de suggestionar e emocionar através de processos e efeitos de *estilo*. Este último termo, fundamental para nossa análise, é definido por Michael Riffaterre (1973:32) do seguinte modo: “O *estilo* é compreendido como uma ênfase (expressiva, afetiva ou estética) acrescentada à informação veiculada pela estrutura linguística sem alteração de sentido. O que quer dizer que a língua exprime e o *estilo* realça.”. Para ele, o *estilo* impõe à atenção do leitor certos elementos da sequência verbal, sem que este leitor possa decifrá-los ou achá-los significativos e característicos.

Colhemos as definições de quatro especialistas (J. Marouzeau, 1969; Guiraud, 1978; José Herculano Carvalho, 1974; e Louis Mourin e Jacques Pohl, 1971) que aglutinamos na seguinte definição: *estilo* é o conjunto objetivo de características formais oferecidas por um texto como resultado de adaptação do instrumento linguístico às finalidades do ato específico em que foi produzido. Em termos práticos, o *estilo* é um aspecto do enunciado que resulta de uma escolha dos meios de expressão, determinada pelas circunstâncias e pelas intenções do indivíduo que fala ou escreve. É um fenômeno linguístico complexo, que resulta de uma conjugação de fatores múltiplos.

O exercício de escolher as palavras está normalmente associado ao *estilo* do *discurso*. O ato de selecionar palavras específicas pode ser observado pela relação entre os padrões de fala, pela base grupal, pelo encaixe institucional do *discurso* ou pelo grau de formalidade, e este está associado a frases longas e complexas, além de registros lexicais caracterizados por palavras técnicas, jargões e em geral, linguagens da elite, personagem principal dos meios de comunicação.

Nilce Martins (2000:1) classifica a *estilística* como “uma das disciplinas voltadas para os fenômenos da linguagem, tendo por objeto o *estilo*”. José Monteiro cita J. Middleton Murry (1949:45) e menciona as três principais vertentes no estudo da *estilística*:

- 1) “conjunto de traços característicos da personalidade de um escritor (*estilo* como idiossincrasia);
- 2) tudo que contribui para tornar reconhecível o que alguém escreve (*estilo* como técnica de exposição);
- 3) realização plena de uma significação universal em uma expressão pessoal e particular (*estilo* como realização literária).”.

Guiraud (1978:92) conceitua a função *estilística* como os efeitos manifestos que “formam uma estrutura característica particular, individual e breve *estilo*”.

Conforme van Dijk (1988:27), normalmente as descrições de *estilo* são posicionadas nos limites da linguística. O *estilo* não é simplesmente diferenciador, mas, ao contrário, perpassa vários níveis. Ele é resultado de escolhas feitas pelo falante, dentre várias opções de forma discursiva que *poderiam* ser usadas para expressar mensagens similares à escolhida pelo falante. O *estilo* é um dos indicadores principais de contexto; ele pode assinalar fatores pessoais ou sociais no contexto comunicacional. Ou, dito de outro modo, o *estilo* é o controle do contexto no texto. Este controle consiste em restrições nas possíveis variações na formulação.

3.3.4.1 O *estilo* noticioso

Dentre os vários *estilos* existentes, o *estilo* noticioso é controlado pelo seu contexto comunicativo, que lhe impõe algumas restrições, que implicam, do ponto de vista social e ideológico, uma “considerável quantidade compartilhada de conhecimento, crenças, normas e valores que precisam ser pressupostos. Sem tal informação, a *notícia* *poderia* não ser inteligível” (van Dijk, 1988:74-75). Mais

especificamente, são essas informações, tidas como garantidas, que possibilitam à *notícia* sua inteligibilidade para um grande público. Logo, o *estilo* jornalístico precisa carregar os sinais destas pressuposições compartilhadas.

No *contexto comunicativo*, o leitor midiático é secundário: “não há nenhuma fala dirigida ao leitor, atos tais como promessas específicas, ameaças ou acusações. Se elas ocorrem, são dirigidas às terceiras partes. Por esta razão, estilisticamente, nós podemos esperar distância com relação ao implícito leitor comum.” (van Dyjk, 1988:74).

O *discurso* noticioso é *impessoal*: produzido por vários profissionais de uma organização, que aparentemente apaga o *jornalista* e o leitor. Além disso, as histórias jornalísticas excluem (salvo poucas exceções) o relato pessoal, a expressão de crenças pessoais, atitudes e opiniões. Estas três últimas permanecem subterrâneas e aparecem no texto através da elaboração de temas, da relevância de hierarquia, do uso de categorias ou do *estilo* (a escolha das palavras para descrever os fatos). Ao ficarem ocultas (não-ditas), adquirem maior inércia à mudança e são difíceis de serem abolidas.

Finalmente, a *ideologia* prevalecente conduz a relatos de fatos impessoais, em um esforço de *imparcialidade*: “As *notícias* são intencionalmente declarações impessoais de fatos [...] a *impessoalidade* é uma realização normativa e não uma descritiva” (van Dyjk, 1988:75).

3.3.4.2 Procedimentos da análise estilística:

1. Identificar e tabelar as palavras separando-as pelas duas categorias (*contexto comunicativo* e *impessoalidade* do estilo) em cada uma das dezesseis matérias.
2. Contar o número de palavras de cada uma das duas subcategorias.
3. Investigar os números encontrados por critérios absolutos, de média, além do percentual de participação de cada uma das duas subcategorias no total de palavras de cada uma das dezesseis matérias.
4. Analisar as palavras que evocam o contexto comunicativo do texto.
5. Analisar as palavras que denotam *impessoalidade* do estilo nas dezesseis matérias.
6. Selecionar textos para análise de caráter qualitativo;
7. Realizar análise qualitativa do *discurso* das matérias selecionadas.

3.4 DELIMITAÇÃO DA METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo três recuperamos informações sobre o jornal *O Estado de S. Paulo*, como um breve histórico, principais dados da empresa, posicionamento sociopolítico e posicionamento mercadológico.

Em um segundo momento, detivemo-nos no *corpus* da pesquisa e nas categorias a serem utilizadas. Estas foram retiradas do livro *News as discourse* de Teun A. van Dijk, cuja base teórica é a *Análise do Discurso Crítica*, vista no capítulo 2 – Referencial Teórico.

Inicialmente separamos a análise em quatro categorias: *morfologia*, *semântica*, *sintaxe* e *estilística*. De cada uma delas escolhemos subcategorias que foram aplicadas no *corpus*, a fim de se investigar como ocorre a aplicação dos conceitos de *ideologia* e *liberdade de expressão* nas matérias sobre o governo Chávez publicadas pelo *O Estado de S. Paulo*.

No próximo capítulo, o quatro, será apresentado o resultado desta investigação.

Capítulo IV

ANÁLISE DO CORPUS

Neste capítulo, apresentamos a análise¹⁵ do *corpus* selecionado a partir da aplicação das subcategorias textuais e contextuais selecionadas. Para fins de operacionalização da pesquisa, desenvolvemos uma análise quantitativa e qualitativa, de forma a permitir a aplicação dos conceitos de *Análise do Discurso Crítica* (ADC) e *newsmaking* na leitura das matérias sobre a cobertura na *liberdade de expressão e de imprensa* na Venezuela por *O Estado de S. Paulo*.

4.1 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para termos condições de analisar propriamente as dezesseis matérias do jornal *O Estado de S. Paulo*, que compõem o *corpus* desta pesquisa, tivemos inicialmente de organizá-las. Elas foram primeiramente classificadas em uma das dezessete subcategorias de análise; estas agregadas em três categorias textuais: *morfologia*, *semântica*, *sintaxe* e uma contextual: *estilística*.

A classificação por categoria foi feita contabilizando as ocorrências em cada uma das dezessete subcategorias em cada uma das matérias do *corpus*. Depois, os dados encontrados foram agrupados em quatro tabelas, correspondentes às quatro categorias. No seu eixo horizontal, estão as subcategorias de uma categoria, em números absolutos e percentuais; e no eixo vertical, as matérias do *corpus*.

Elaboradas as quatro tabelas, principiámos a análise quantitativa, isto é, a interpretação dos números coletados por categoria em cada matéria, especialmente os percentuais, que eliminam as distorções derivadas da variação da quantidade de

¹⁵ Está disponível no Apêndice C, uma análise dos editoriais dos fins de semana do Estado, por cinco meses.

palavras por matéria. Buscamos o valor médio de ocorrências, além do grau de dispersão da amostra através da observação dos seus valores máximos e mínimos.

Ao iniciarmos o próximo passo, a análise qualitativa, deparamo-nos com uma dificuldade: existiam 272 possibilidades de análise (dezesesseis matérias x dezessete subcategorias), o que inviabilizaria uma análise com a profundidade que desejávamos. Por isso focamos em oito investigações (uma matéria diferente x oito subcategorias). Em geral foram escolhidas as matérias que contivessem os maiores número de ocorrências na subcategoria analisada, o que, enriqueceria a análise a ser feita.

Tendo como base a análise quantitativa e os conceitos de *ideologia*, ADC e *liberdade de expressão e de imprensa*¹⁶, efetuamos a análise qualitativa de cada uma das oito matérias, com o propósito de verificar se o que era discutido nos capítulos teóricos deste trabalho encontrava respaldo nas notícias analisadas.

Abaixo apresentamos a Tabela 01 com as dezesseis matérias do *corpus* com seus códigos, títulos, autor e data de publicação. E, logo a seguir, começamos pela categoria *morfologia*, investigando duas subcategorias: *adjetivo* e *verbo*.

¹⁶ A análise utilizando os estudos de *newsmaking* foi disposta em uma seção no fim deste capítulo.

Tabela T01: Relação das matérias do *corpus*.

Matéria	Título	Autor	Data
1	Venezuela determina fechamento de 34 rádios	Roberto Lameirinhas	1º/08/2009
2	Militantes ligados a Chávez atacam TV	Roberto Lameirinhas	04/08/2009
3	Rádio fechada passa a transmitir da rua	Reuters, AFP e AP	04/08/2009
4	Venezuelanos rejeitam cerco à imprensa	João Paulo Charleaux	06/08/2009
5	Violência marca início do debate sobre lei de educação na Venezuela	Reuters, EFE e AP	14/08/2009
6	Onda de censura à mídia toma a região	Ruth Costas	16/08/2009
7	Chávez deve suspender TV opositora	Nihil	08/09/2009
8	SIP busca saída para cerco à imprensa	Denise Chrispim Marin	18/09/2009
9	SIP quer ajuda internacional contra restrições	Denise Chrispim Marin	19/09/2009
10	Chávez organiza reunião na Argentina contra jornais	AP	10/11/2009
11	SIP vê deterioração das <i>liberdades</i>	Ariel Palacios	11/11/2009
12	Chávez obriga TVs a cabo a transmitir <i>discursos</i> em rede	AP e EFE	22/01/2010
13	Chávez volta a tirar do ar RCTV	Roberto Lameirinhas	25/01/2010
14	Governo busca hegemonia midiática	Roberto Lameirinhas	25/01/2010
15	Globovisión reforça coro opositor e amplia convocação de protestos	Roberto Lameirinhas	25/01/2010
16	SIP critica fechamento de TV na Venezuela	Roberto Lameirinhas	26/01/2010

4.2 MORFOLOGIA

4.2.1 Morfologia – Introdução

Podemos estudar a *morfologia* a partir da palavra ou a partir do morfema. A gramática tradicional optou por uma abordagem por meio da palavra, e por isso, seu estudo é centralizado nas classes gramaticais. Entretanto, não é fácil delimitar o conceito de palavra, por esta razão alguns linguistas preferiram a abordagem a partir dos morfemas.

Este trabalho investiga as palavras no texto jornalístico e, por esta razão, nos apoiamos na gramática tradicional. A definição sucinta de *morfologia* é o estudo da estrutura, da formação e das classes de palavras, incluindo suas flexões e derivações. Sendo assim, a *morfologia* tradicional olha para as palavras uma a uma e não como parte integrante de uma frase ou período.

A *morfologia* está agrupada em dez classes de palavras ou classes gramaticais. São elas: *substantivo*, artigo, *adjetivo*, numeral, pronome, *verbo*, *advérbio*, preposição, conjunção e interjeição. Em um primeiro momento, escolhemos quatro para análise: *substantivo*, *advérbio*, *adjetivo* e *verbo*, mantendo até o fim da investigação as duas últimas classes.

A análise morfológica apresentada a seguir será realizada em duas matérias, uma investigando os *adjetivos*, outra, os *verbos*. Nosso estudo de uma subcategoria se inicia com uma abordagem quantitativa, seguindo de outra qualitativa. Esta última será elaborada a partir dos conceitos de *ideologia*, ADC e *liberdade de expressão e de imprensa* estudados nos capítulos II e III. Em sequência, procederemos de igual modo na próxima subcategoria. A opção pelas subcategorias *adjetivo* e *verbo* se fez por encontrarmos nelas maior potencial para discutirmos os três aspectos acima mencionados.

Abaixo, uma tabela de apuração (Tabela 02) que apresenta a escolha inicial de quatro classes morfológicas (categorias) nas dezesseis matérias, com as correspondentes quantidades de ocorrência por matéria, em números absolutos e percentuais:

Tabela T02: Ocorrências numéricas relativas à categoria *morfologia*.

Matéria	Subst.	Adjetivo	Verbo	Advérb.	Total de palavras	% Subst.	% Adjetivo	% Verbo	% Advérb.
1	129	22	61	16	403	32,00	5,46	15,14	3,97
2	182	31	61	24	547	33,27	5,67	11,15	4,39
3	76	16	45	16	264	28,79	6,44	17,05	6,06
4	140	39	49	21	401	34,91	9,73	12,22	5,24
5	133	43	52	19	435	30,97	9,89	11,95	4,37
6	130	26	39	7	341	38,12	7,62	11,44	2,05
7	147	35	45	16	420	35,00	8,33	10,71	4,05
8	158	36	31	10	383	41,25	9,40	8,09	2,61
9	198	38	42	12	510	38,82	7,45	8,24	2,35
10	129	29	24	9	323	39,94	8,98	7,43	2,79
11	140	29	43	14	404	34,65	7,18	10,64	3,47
12	34	10	15	3	110	30,91	9,09	13,64	2,73
13	147	27	47	14	437	33,41	6,18	10,76	3,20
14	80	30	27	9	264	30,30	11,36	10,23	3,41
15	151	39	50	26	474	31,86	8,23	10,55	5,49
16	144	21	66	18	437	32,95	4,80	15,10	4,12

4.2.2 Adjetivo – Introdução

O *adjetivo* participa de uma das dez classes de palavras (ou gramaticais ou morfológicas) que varia ao qualificar o *substantivo* ou palavra substantivada. O dicionário *Webster's* (1989:18) se aproxima da nossa definição ao conceituar *adjetivo* como a “classe de palavras que funciona como modificadores dos *substantivos*”. Em maiores detalhes: o *adjetivo* é uma palavra que varia em gênero e número com o *substantivo* e é utilizada para descrever, qualificar ou caracterizar um ser ou objeto a que se refere o *substantivo*. Outra maneira de conceituar o *adjetivo* é dizer que ele tem uma função especial de dar limites ao *substantivo*, pois o fato de caracterizar um objeto, por exemplo, faz esse objeto ser delimitado.

4.2.3 Adjetivo – Análise quantitativa

A *notícia* jornalística segue as rotinas produtivas pactuadas entre os dirigentes e os produtores de *notícia*. Neste acerto, procura-se enfatizar a designação dos fatos e dos seres, buscando nomeá-los, clarificar sua existência, esclarecer a função deles no contexto, sem maior investigação histórica. Por esse motivo, supomos que se empregará, nas matérias pesquisadas, menos *adjetivos* que qualificam os *substantivos*¹⁷. Ao observar a amostra percentual¹⁸ dos *substantivos* nas notícias do *corpus* descobre-se que eles perfazem em média de 34,20% das palavras das matérias.

Como se imaginou, os *adjetivos* nas dezesseis matérias pesquisadas apareceram em números absolutos em, uma quantidade bem menor. Em média, a correlação foi de 132,38 *substantivos* para 29,50 *adjetivos*, o que significa uma diferença percentual de 77,72 entre essas duas categorias nos dezesseis textos. Contudo, essa quantidade de *adjetivo* substancialmente menor distribui-se mais homogeneamente na amostra.

A média percentual de *adjetivos* entre as dezesseis matérias da amostra é de 7,86, com uma diferença entre os valores extremos de 6,56 pontos percentuais. Ao nos concentrarmos nos doze valores superiores, encontramos o maior valor (11,36%) e o menor (7,45%); esses estão agrupados em um intervalo de apenas 3,91 pontos percentuais. As quatro matérias restantes se situam um pouco abaixo, em torno de uma média de 5,59%.

4.2.4 Adjetivo – Análise qualitativa

Para a análise qualitativa foi escolhida a matéria *Governo busca hegemonia midiática*, de número 14. Ela apresenta o maior percentual de *adjetivos* no *corpus*. Parte significativa deles pode ser classificada em dois grupos: o primeiro é de

¹⁷ Celso Cunha (1985:171) define substantivo como “a palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral”.

¹⁸ O percentual de ocorrências por matéria em cada uma das quatro categorias (substantivo, adjetivo, verbo e advérbio) foi obtido pela divisão do valor absoluto de ocorrências na matéria pelo total de palavras que compõe aquela matéria e multiplicado por 100.

termos referentes às *instituições de Estado* e o segundo, de termos relativos à *mídia*.

Segundo Marilena Chauí (1995:50), as ideias preponderantes em uma sociedade são aquelas da classe que a domina. Assim, o modo de representação que esta classe dominante faz de si própria, seus valores, sua maneira de entender o mundo serão adotados pelos indivíduos desta sociedade. Representante da classe dominante, os dirigentes do jornal Estado fazem pouco uso dos *adjetivos*, entre outros propósitos, para aumentar a objetividade e conseqüente credibilidade do que é escrito no jornal. Assim, são mais eficazes no convencimento de leitor do desacerto da política do presidente Hugo Chávez.

Quando bem empregados, os *adjetivos* melhor qualificam e/ou enfatizam o posicionamento da empresa, em expressões como *hegemonia comunicacional*, *informações contrarrevolucionárias* e *terrorismo midiático*. Com essas três expressões adjetivadas, o *discurso* ganha maior simbolismo, de forma a construir no leitor a ideia de que também, para ele, a estatização da mídia, seja na Venezuela, seja no Brasil, é nefasta. Edição a edição, o jornal vai tecendo uma costura ideológica que lhe permite obter junto ao seu leitor apoio para seu interesse – como para seus iguais – de plena *liberdade de expressão* e *de imprensa* com a mínima interferência estatal.

Outro aspecto a ressaltar na matéria 14 é a clareza do embate entre o *poder* de duas forças: o do presidente Chávez e seus correligionários e o dos donos dos veículos de comunicação e (em parte) seus funcionários. Em outros momentos o mesmo embate aparece entre governantes autoritaristas, antidemocráticos e sociedade civil liberal. Essa luta é subterrânea, com momentos de irrupção. Foucault (1980 *apud* Magalhães, 2003:4,5) pensa o *poder* como uma rede, na qual aqueles que participam de sua articulação consentem. O *poder* não se estrutura somente de cima para baixo, mas também no sentido inverso, pelo indivíduo que resiste ao exercício do *poder*. A *ideologia* de um ente social se impõe pelo *poder de seu discurso*, ao contribuir na modelagem e na restrição em todas as instâncias da estrutura social.

4.2.5 Verbo – Introdução

O *verbo* é uma classe de palavra variável que exprime um acontecimento no tempo, seja ação, estado ou fenômeno da natureza. Dito de outra forma, a palavra que expressa processos, ação, estado, mudança de estado, fenômeno da natureza, conveniência, desejo, no momento em que ocorre, é o *verbo*. Se, por um lado, os nomes (*substantivo*, *adjetivo*) indicam propriedades estáticas dos seres, o *verbo* exprime os seus movimentos, tendo, pois, como característica a dinamicidade (Sandmann, 1997:20).

4.2.6 Verbo – Análise quantitativa

Encontramos aqui uma média de 43,56 *verbos* por texto, que se situa entre as médias existentes de *substantivos* (132,38) e de *adjetivos* (29,50). A maior concentração de *verbos* acontece no intervalo de 24 a 52 ocorrências por texto, no qual estão 12 das *dezesesseis* matérias. A amplitude é de 51, obtida pela diferença entre a maior ocorrência (66 *verbos* por texto) e a menor (15), abaixo dos 116 dos *substantivos* e acima dos 26 encontrados nos *adjetivos* pesquisados. Assim, a situação dos *verbos* na amostra é quase sempre intermediária entre aquela dos *substantivos* e a dos *adjetivos*.

Apesar de apresentar uma amostra menos homogênea do que a dos *adjetivos*, os *verbos* são mais frequentes que os *adjetivos*. A média daqueles (11,25%) supera significativamente a destes (7,86%). Os *adjetivos* têm uma diferença percentual entre os seus pontos extremos de 6,56, diferença esta que cresce entre os *verbos*: 9,62 pontos. Conclui-se que, apesar dos *verbos* terem uma ocorrência mais instável, sua presença mais acentuada em algumas matérias reforça a ideia de que esta classe gramatical desempenha um significativo papel no caráter objetivo das matérias jornalísticas. Por ser um relato de fatos, com descrições e declarações, a *notícia* precisa de muitos *verbos*, ou seja, de palavras que exprimam “o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo” (Cunha, 1985:367).

4.2.7 Verbo – Análise qualitativa

Conforme nos afirma van Dijk (1988:80), o *verbo* tem importância por atribuir voz – ativa ou passiva – a um personagem em uma frase. Por meio desse recurso, o *jornalista* pode fazer conhecida uma situação ainda não revelada de um acontecimento.

Para esta análise, foi escolhida a matéria 05 (*Violência marca início do debate sobre lei de educação na Venezuela*), que tem um dos maiores percentuais de ocorrência de *verbos*. Os verbos aqui foram divididos em dois temas: *violência* e *política*, restando outros poucos sem temática clara. O tópico *violência* traz, na sua grande maioria, *verbos* de ação, natural para um texto que se propõe tratar sobre o embate dos manifestantes opositores com a polícia e partidários de Chávez.

Aqui os *verbos* referentes à *violência* trazem uma simbologia, situação constatada por Thompson (1995:58) em relação à capacidade da *ideologia* de construir fenômenos simbólicos com autonomia e eficácia, sem que tais fenômenos tenham necessariamente uma origem econômica ou de classe. Muitos dos *verbos* selecionados dão ideia de ataque, avanço, invasão, o que constrói uma imagem do agente – policial, partidário chavista, que em última instância são prepostos do presidente Chávez – de uma figura do dominador, daquele que ultrapassa os limites do direito, das liberdades civis, da *democracia*.

Há também, no tema *violência*, uma dicotomia. De um lado, a força policial e os manifestantes pró-governo, símbolo da *violência* desmedida, arbitrária e à margem dos limites democráticos. Do outro, os opositores a Chávez, retratados sempre pelo jornal como personagens indefesos, que, mesmo parecendo defender uma causa justa, são tidos pelo governo como subversivos. É um *discurso* de grande simbolismo e, com certeza, de boa receptividade junto ao público-leitor, que assim, fica propenso a se convencer da verdade reportada pelo Estado.

Todavia, podemos perceber a existência de outra dicotomia na cobertura ao governo Chávez. Simbolicamente, o jornal Estado o representa como uma instituição que perverte os bons preceitos democráticos. Em alguns momentos, o jornal classifica-o de ditadura e chama de mártires os que lutam contra os desmandos do governo e pelo restabelecimento da *democracia*. Em seu simbolismo, o jornal cria um duplo posicionamento ordinário: ou a personagem é a favor do governo e,

portanto, má; ou é contra o governo, portanto, boa. Mas há uma personagem que é dúbia: a Assembleia Nacional e seus deputados. Por um lado, o jornal a apoia, porque talvez o Estado a veja como último bastião da *democracia* e do estado de direito, portanto, uma personagem boa. Todavia, a Assembleia é somente composta por deputados governistas, subservientes e coniventes ao governo Chávez, portanto, má. Diante desse impasse, o jornal legitima o parlamento enquanto instituição democrática, mas trata seus deputados com o rigor de quem não os vê como aliados. Na melhor das hipóteses, apóia-os quando o que falam ou fazem comunga com os interesses do jornal. De qualquer forma, a ambiguidade é latente, talvez porque essa contradição seja impossível de ser resolvida.

4.3 SEMÂNTICA

4.3.1 Semântica – Introdução

A *semântica* estuda o sentido das palavras. De modo mais amplo, podemos dizer que a *semântica* examina o significado e a interpretação do significado de uma palavra, de um signo, de uma frase ou de uma expressão em um determinado contexto.

O estudo semântico se divide em algumas propriedades: *sinonímia*, *antonímia*, homonímia, paronímia, polissemia, denotação, *conotação*, figuras e vícios de linguagem.

O *campo semântico* está atento para as alterações de sentido nas formas linguísticas, que ocorrem por diversos fatores, dentre eles o tempo e espaço geográfico. Estas alterações geram uma dinâmica na língua, por isso Maria Lúcia Simon (2004:1) chama a atenção da importância de “nesse estudo consideram-se também as mudanças de sentido, a escolha de novas expressões, o nascimento e morte das locuções.”.

Em um primeiro momento, das nove propriedades da *semântica*, selecionamos três: *sinonímia*, *antonímia* e *conotação*. Fizemos uma análise quantitativa das três. Na nossa análise, ampliamos um pouco o universo de sinônimos, abrangendo todas as palavras contidas em um mesmo *campo semântico*. Na parte qualitativa, analisamos as palavras com o mesmo *campo semântico* e aquelas com a mesma *conotação*.

A seguir, apresentamos uma tabela (Tabela 03), na qual cruzamos as três categorias *semânticas* no eixo horizontal (em números absolutos e percentuais) com as *dezesseis* matérias no eixo vertical.

Tabela T03: Ocorrências numéricas relativas à categoria *semântica*.

Matéria	Campo Semântico	Antônimas	Conotativas	Total de palavras	% Mm cpo Semântico	% Antônimas	% Conotativas
01	33	9	4	403	8,19	2,23	1,00
02	56	12	5	547	10,24	2,20	0,91
03	15	14	3	264	5,68	5,30	1,14
04	29	14	10	401	7,23	3,49	2,49
05	32	18	6	435	7,36	4,14	1,38
06	33	15	7	341	9,68	4,40	2,05
07	30	11	4	420	7,14	2,62	0,95
08	29	5	5	383	7,57	1,31	1,31
09	28	31	14	510	5,49	6,08	2,75
10	12	16	10	323	3,72	4,95	3,10
11	30	16	17	404	7,43	4,21	4,21
12	0	7	1	110	0,00	6,36	0,91
13	7	36	5	437	1,60	8,24	1,14
14	14	10	3	264	5,30	3,79	1,14
15	22	25	9	474	4,64	5,27	1,90
16	21	20	7	437	4,81	4,58	1,60

4.3.2 Campo semântico - Introdução

Um *campo semântico* constitui o conjunto de significados referentes a uma mesma palavra. Tais significados não são sinônimos desta palavra, muito menos antônimos, mas aproximações de sentidos em um contexto específico. Ele pode também ser o conjunto das maneiras que expressam um mesmo conceito. O significado destes é empregado de acordo com o contexto. O conceito de *campo semântico* está ligado ao conceito de *polissemia*. Diferentemente do *campo lexical*, cujo agrupamento de palavras é devido a características etimológicas, o *campo*

semântico é formado por famílias ideológicas: “Em síntese, o *campo semântico* é o agrupamento de palavras com traços comuns na significação” (Valente, 2000:2).

Stephen Ullman (1977:523) amplia o estudo do *campo semântico* para uma área de nosso interesse. Ele afirma que o *campo semântico* não abriga somente as ideias, os valores e as perspectivas da sociedade. Esse processo de captação tem como decorrência outro de sedimentação do que foi vivido pela sociedade, de modo a permitir a transmissão para as novas gerações de “uma análise já elaborada da experiência através da qual será visto o mundo, até que a análise se torne tão palpavelmente inadequada e antiquada que todo o campo tenha que ser refeito”.

4.3.3 *Campo semântico – Análise quantitativa*

A categoria *campo semântico* apresenta as maiores ocorrências, entretanto com a maior divergência entre os números: a *notícia* 02 tem 56 ocorrências e a matéria 12, nenhuma. Contudo, observa-se um núcleo com pequena variabilidade (de 21 a 33 ocorrências), com uma média de 28,70 ocorrências e que inclui 10 das dezesseis matérias.

Dentre as três subcategorias escolhidas na *semântica*, a de um mesmo *campo semântico* tem a maior média percentual de ocorrências (6,01) dentre as três subcategorias. Contudo, essa média pode encobrir outro fato: a grande dispersão entre os valores encontrados, cujos extremos variam entre zero e 10,24%. Essa grande dispersão tem algumas explicações possíveis: primeiro, o uso de palavras de um mesmo *campo semântico* varia conforme o tipo de matéria e que tal emprego não é um aspecto fundamental na linguagem jornalística, o que torna sua aplicação facultativa. Segundo, o cuidado de não repetir palavras com o mesmo significado – e com menor restrição de palavras com um mesmo *campo semântico*. Por outro lado, a complexidade da cobertura de uma pauta poderia implicar a necessidade de um maior repertório vocabular, portanto do uso mais intensivo de palavras de um mesmo *campo semântico*.

Chama à atenção a quantidade de palavras de um mesmo *campo semântico* na *notícia* 02 (*Militantes ligados a Chávez atacam TV*). Em números absolutos apresenta 56 ocorrências (a segunda posição está com as matérias 01 e 06, ambas com 33 ocorrências). A matéria 02 também tem o maior número percentual da

amostra: 10,24%. Possivelmente, esse comportamento está no tema da *notícia: Militantes chavistas lançam bombas contra a rede de televisão opositora Globovisión*. Ao relatar esse atentado, o jornal faz uso de uma linguagem dramática, desenvolvendo bastante os termos referentes ao *campo semântico violência*. É também utilizado o *campo semântico* referente ao ato de comunicar, que no contexto dessa *notícia* vem aliado a outro campo, o das palavras que expressam *velocidade*. Na descrição de um atentado dramático, é natural que o repórter tenha utilizado palavras que expressem *violência*. Contudo, é um pouco menos explícita a ligação entre os campos semânticos *comunicação* e *velocidade*. Uma explicação está na relação entre os três campos semânticos: a *violência*, a dramaticidade do fato conduz o repórter a manifestar a imperiosidade de comunicar ao seu público, na maior rapidez possível. Assim, comunicar o dramático conduziu o *jornalista* a empregar palavras no campo da *violência*, da *comunicação* e da *velocidade*.

Situação inversa ocorre na *notícia* 12, na qual não existe mais de uma palavra em um mesmo *campo semântico*. Este fato pode ser parcialmente explicado pelo pequeno tamanho da matéria, com dois parágrafos e um total de 110 palavras, quando a média da amostra é de 384,56 palavras.

4.3.4 Campo semântico – Análise qualitativa

A matéria de número 01 (*Venezuela determina fechamento de 34 rádios*) está entre aquelas com maior texto, o que facilita a existência de palavras dentro de um mesmo *campo semântico*. Também apresenta o maior número de ocorrência na subcategoria. Fazendo uma pesquisa no texto da matéria percebemos quais são os quatro principais *campos semânticos*: *Estado*¹⁹, *liberdade*²⁰, *comunicações*²¹ e *jurídico*²². Eles refletem adequadamente o tema sobre o embate da sociedade civil, em particular as entidades dos profissionais da mídia, em oposição ao fechamento

¹⁹ Termos do texto: governo, políticos, oposição, projeto de lei, agitação, política, Estado, segurança (nacional), cidadão, públicas, ordem pública.

²⁰ Termos do texto: atentado, liberdade de expressão, abusos, ameaça, opinião, sigilo da fonte.

²¹ Termos do texto: emissora, rádio, operar, anunciou, telecomunicações, transmissores, imprensa, jornalistas, midiáticos. meios de comunicação, TV, informação, conferencistas, veículo, mídia, fatos, informações.

²² Termos do texto: concessão, requisitos legais, notificados, medida, cumprir, leis, regulam, advogados, delitos, procuradora-geral, penas de prisão, regulada, punidos, cerco, punir, defendem.

de 34 emissoras de rádio e contra a aprovação na Assembleia Nacional do projeto da Lei da Mídia proposta pelo governo do presidente Chávez. Estando os *campos semânticos* de acordo com o tema, o fato colabora para a boa compreensão do *discurso* noticioso e facilita o propósito de convencer o leitor.

No parágrafo 4 é interessante o verbo usado para a procuradora-geral falar sobre seu projeto de lei autoritário sobre a mídia: “A *procuradora se justifica*”. Procurando no *Dicionário Aurélio*, vemos que *justificar* tem muitos significados, dentre eles: demonstrar ou provar inocência; reabilitar; provar em juízo; legitimar, desculpar; provar sua inocência etc. Ao usar o verbo *justificar*, o *jornalista* conduz a fala da procuradora para uma situação delicada: ela precisa se explicar, provar inocência ou pedir perdão. A riqueza semântica do verbo empregado torna difícil a situação em que o *jornalista* coloca a procuradora, enfraquecendo sua autoridade, e com ela, o seu projeto.

4.3.5 Conotação – Introdução

Palavras *conotativas*, com *sentido conotativo* ou com *sentido figurado* são aquelas que têm sua aceção original (*denotação*) alterada por um determinado contexto. Suas características é serem figurativas, metafóricas, simbólicas, levando a várias interpretações e serem utilizadas para aumentar a expressividade do que falamos ou escrevemos.

Existe um aspecto subjetivo na *conotação*: uma palavra ou expressão pode apresentar um novo sentido por obra de um sujeito, que de modo original relaciona duas ou mais coisas. Assim a *conotação* em uma palavra é fruto de ideias e associações provindas de experiências individuais ou coletivas. Decorre o fato de que a *conotação* vai variar de acordo com a história, a cultura ou a classe social.

Othon Garcia (1973:141-142) chama a atenção para o aspecto de que a *conotação* implica

relação à coisa designada, um estado de espírito, uma opinião, um juízo, um sentimento, que variam conforme a experiência, o temperamento, a sensibilidade, a cultura e os hábitos do falante ou ouvinte, do autor ou leitor. Conotação é, assim, uma espécie de *emanação semântica*, possível graças à faculdade que nos permite relacionar coisas análogas ou semelhantes. Esse é, em essência, o

traço característico do processo metafórico, pois metaforização é conotação.

Em linhas bem gerais, o sentido das palavras se divide em duas categorias: aquela chamada de denotativa ou referencial e conotativa ou afetiva. A *denotação* é o significado dicionarizado, objetivo da palavra; é o sentido literal, palpável de um objeto. Já a *conotação* é o significado subjetivo, associando outras realidades à palavra. O sentido conotativo pode evocar inúmeras outras ideias correlatas, de ordem abstrata e subjetiva.

Como se pode perceber, os textos científicos e jornalísticos são de caráter informativo, objetivo, portanto, utilizam basicamente uma linguagem denotativa. Por outro lado, os textos literários empregam predominantemente uma linguagem conotativa.

4.3.6 Conotação – Análise quantitativa

Em termos comparativos, a amostra de palavras conotativas apresenta uma dispersão menor, tanto em termos absolutos, como percentuais, do que nas duas outras amostras da categoria *semântica* (mesmo *campo semântico* e *antônimo*). Aqui, em termos absolutos, a diferença entre os valores extremos é de 16 pontos (17 menos 1); já em termos percentuais, essa diferença despenca para 3,30 (4,21 menos 0,91). Assim sendo, a média desses valores percentuais, de 1,75%, não é distorcida por valores muito afastados dela.

Apesar da linguagem predominante no *jornalismo* ser denotativa, em alguns momentos, o *jornalista* faz uso da *conotação* como, por exemplo, quando quer falar sobre algum aspecto de um acontecimento que ele crê poderia incomodar o leitor. A linguagem figurativa seria a solução razoável, tornando o real mais palatável.

O caso da matéria 12 – *Chávez obriga TVs a cabo a transmitir discursos em rede* –, um texto curto de apenas 110 palavras, pode ilustrar adequadamente a menor ocorrência de palavras conotativas, tanto em termos absolutos (1), como percentuais (0,91%).

A matéria 11 (*SIP vê deterioração das liberdades*) apresentou a maior ocorrência em números absolutos e percentuais de palavras com sentido conotativo, respectivamente 17 e 4,21%. Ela trata do relatório apresentado no encerramento da

66º Assembleia-Geral da SIP sobre a deterioração das liberdades na América Latina.

4.3.7 Conotação – Análise qualitativa

A exiguidade do texto força uma linguagem mais direta, objetiva, sem o uso de palavras com vários significados. Portanto, essas características incompatibilizam o texto da matéria 12 com uma linguagem conotativa. Dito de outra forma, a necessidade de veicular uma quantidade de informação em um espaço muito pequeno, faz o *jornalista* abandonar a possibilidade de usar palavras figurativas, metafóricas, simbólicas, com muitas interpretações (conotativas) em favor de outras essencialmente referenciais (denotativas), a fim de que possa transmitir mais informações no menor espaço físico, gráfico possível.

A primeira situação que nos chama a atenção é a importância da pauta – afinal, a partir daquele momento, todas as 24 televisões a cabo teriam que compulsoriamente transmitir, não só os *discursos*, mas todos os comunicados do presidente Chávez em rede nacional, o que tem implicações não só técnicas, mas também legais. Mesmo sendo uma pauta tão importante, parece-nos que o Estado reescreveu o *release* da Conatel: só seu representante fala; logo, as informações contidas parecem ter vindo da Conatel. Não há nenhuma fala da parte das televisões ou de alguém contrário à medida e não se menciona nada sobre as implicações da medida, a contextualização ou a interpretação do ato governamental. Em sendo um *release* copidescado, entende-se porque da predominância da linguagem denotativa.

Das 17 ocorrências de *conotação*, 11 vem entre aspas, reproduzindo literalmente a fala de uma autoridade da SIP; no restante, o jornal relata ter ouvido do representante da entidade. O emprego um pouco mais intenso de palavras conotativas na matéria 11 pode ser talvez atribuído a uma imprecisão vocabular, de modo a deixar as informações veiculadas mais dúbias.

A matéria 11, intitulada *SIP vê deterioração das liberdades*, relata os pareceres e as opiniões da entidade, contidos no relatório de sua 66ª Assembleia-Geral. Como o título indica, a matéria é um espaço criado pelo jornal para as manifestações dos dirigentes e jornalistas presentes em relação à situação da

liberdade de expressão na América Latina. Por isso, a linguagem é mais solta, permitindo o uso mais assíduo de termos conotativos.

Segundo Genro Filho, a *ideologia* do *jornalismo* ocidental apregoa que seu primeiro propósito é informar. Esse argumento é usado para dar respeitabilidade ao jornal e, dessa forma, aumentar seu valor no mercado publicitário. Genro Filho (1987:138) vincula a compreensão dessas necessidades universais e objetivas a uma visão de classe. Para ele, é um mito ideológico que o *jornalismo* possa “vincular-se direta e abstratamente a essas necessidades gerais, segundo um interesse político global da sociedade, que se revela como mesquinho interesse de manutenção da ordem burguesa.”. A *notícia* 11 é um exemplo de que nem sempre o discurso noticioso tem foco no acontecimento em questão. Ao contrário, utiliza-se de uma linguagem mais opinativa, com avaliações de conjuntura, com muitos termos conotativos, o que corroboram para dar à matéria um teor dramático, de necessidade de se tomar medidas urgentes, fugindo assim, dos parâmetros do bom jornalismo.

4.4 SINTAXE

4.4.1 Sintaxe – Introdução

A *sintaxe* é a parte da língua que atenta para o modo como concertam as informações nas orações ou nos períodos. Podemos dizer também que a *sintaxe* é o estudo da língua, que trata das relações dos componentes que integram uma oração, assim como as combinações que as orações constituem entre si na formação dos períodos.

Na gramática, podemos definir o *discurso* como um conjunto de sequências lineares de palavras e morfemas. Essas sequências são ordenadas por regras a fim de haja sentido no *discurso*. A *sintaxe* determina essas regras a partir de seu estudo das funções e da lógica que as palavras têm em segmentos do *discurso* e as relações entre os segmentos. Para que tenha um significado compreensível e completo, a mensagem precisa combinar suas palavras e frases perfeitamente. E para isso, a *sintaxe* é essencial. A análise sintática, apesar de indireta, é sofisticada e pode fornecer evidências precisas para o analista do *discurso*.

Partindo da *semântica*, o universo de análise se alarga com a *sintaxe*, que passa da palavra em si para a combinação entre elas, na busca de um significado mais inteiro e compreensível. As duas análises, aliás, fazem um contraponto. A primeira estuda o significado de todos os modos possíveis. A segunda investiga as estruturas ou padrões formais. E, concordamos com van Dijk (1988:26), ao afirmar que “para a nossa análise de muitos modos elas são complementares.”.

Neste trabalho, consideramos as *figuras de sintaxe*, que são: assíndeto, *elipse*, zeugma, anáfora, *pleonasma*, polissíndeto, *clímax*, anástrofe, hipérbato, sínquise, hipálage, anacoluto e silepse. Destas, escolhemos inicialmente três: *pleonasma*, *elipse* e *clímax*, aprofundando a análise qualitativa nas duas primeiras.

A tabela abaixo, similar às duas anteriores, mostra a quantidade absoluta e percentual das três *figuras de sintaxe* de cada uma das 16 matérias do *corpus*:

Tabela T04: Ocorrências numéricas relativas à categoria *sintaxe*.

Matéria	Pleonasma	Elipse	Clímax	Total de palavras	% Pleonasma	% Elipse	% Clímax
01	6	7	2	403	1,49	1,74	0,50
02	4	6	2	547	0,73	1,10	0,37
03	1	5	0	264	0,38	1,89	0,00
04	4	3	1	401	1,00	0,75	0,25
05	1	5	2	435	0,23	1,15	0,46
06	2	6	1	341	0,59	1,76	0,29
07	3	2	1	420	0,71	0,48	0,24
08	4	0	0	383	1,04	0,00	0,00
09	2	1	0	510	0,39	0,20	0,00
10	2	3	0	323	0,62	0,93	0,00
11	3	3	0	404	0,74	0,74	0,00
12	0	0	1	110	0,00	0,00	0,91
13	2	5	1	437	0,46	1,14	0,23
14	0	4	1	264	0,00	1,52	0,38
15	4	5	1	474	0,84	1,05	0,21
16	1	4	0	437	0,23	0,92	0,00

4.4.2 Pleonasma – Introdução

Em termos gerais, *pleonasma* é uma ênfase (proposital ou não) através do uso da redundância de uma expressão já anteriormente subentendida. O *pleonasma*, chamado de *figura de linguagem*, é o uso de expressões redundantes com o propósito de reforçar uma ideia, a fim de intensificar e destacar o sentido da expressão referida. Contrário a este último, está o *pleonasma vicioso*, condenado por ser uma repetição inútil e desnecessária de algum termo ou ideia na frase. Esse vício de linguagem derivaria da ignorância do falante ou do escritor do significado das palavras.

4.4.3 Pleonasma – Análise quantitativa

A matéria número 04, *Venezuelanos rejeitam cerco à imprensa*, foi escolhida por ser a matéria do *corpus* com o maior número de ocorrência de *pleonasmos*, seja

ele como figura de linguagem, seja como vicioso. Do total de palavras da matéria, os *pleonasmos* participaram em termos relativos com 2%, o que revela que essa *figura de linguagem* não é muito frequente nesta matéria. Sendo o *pleonasma* uma redundância, ele, por natureza, não se coaduna com os preceitos do bom *jornalismo*, que advoga a economia de palavras.

Em todo o *corpus*, há um uso muito pequeno da figura, tanto que a média percentual é de apenas 0,59%, com uma diferença entre os valores máximo e mínimo de 2%. Os valores absolutos seguem a mesma tendência.

4.4.4 Pleonasma – Análise qualitativa

Neste primeiro momento, vamos submeter a matéria 04, com o título *Venezuelanos rejeitam cerco à imprensa*, à metodologia de Thompson, investigando a possibilidade dos pleonasmos encontrados na matéria apresentarem um viés ideológico. Na matéria foram encontrados oito casos de *pleonasma* como figura de linguagem.

No parágrafo dois poderíamos dizer que o pleonasma *multas impostas* é uma figura de linguagem, utilizada para reforçar a ideia de que as multas foram compulsoriamente aplicadas à TV Globovisión, reforçando, assim, a violência da ação governamental. A palavra *imposta* reforça essa compulsoriedade e, ao mesmo tempo, abre espaço para o entendimento de que a medida foi injusta. Além disso, dá mais transparência à linguagem pelo reforço, o que aumenta a ilusão de verdade e, por decorrência, objetividade.

Outro pleonasma se encontra no parágrafo seis: *a proposta de prender jornalistas que difundam informações que afetem a saúde mental da população*, que com as palavras jornalistas, *difundam* e *informações* reforçam o peso profissional da classe e, talvez, seu valor social. Mais uma vez, a figura de linguagem redefine a realidade, pois a ênfase criada dá uma maior importância ao profissional, e na sua linguagem “transparente” e redundante, reescreve o “soberano julgamento” do leitor de modo que, no dizer de Lage (1979 *apud* Moretzsohn, 2002:108): o *jornalista*, mestre de sua técnica, “oculta preconceitos e pontos de vista do grupo social dominante.”.

4.4.5 Elipse – Introdução

A *elipse* é uma *figura de sintaxe* que ocorre pela supressão de um ou mais termos sintáticos. Para isso, é necessário que haja previsibilidade, isto é, a oração deve continuar a ser compreendida, seja pelo contexto, seja por seus elementos gramaticais existentes. Usa-se a *elipse* a fim de se obter um texto menos repetitivo, mais conciso e elegante. Outro emprego da *elipse* é a supressão de termos que causem impacto, o que gera um eufemismo.

4.4.6 Elipse – Análise quantitativa

Aqui, vamos iniciar a análise quantitativa da matéria número 03, que tem o título *Rádio fechada passa a transmitir da rua*. Ao se comparar a ocorrência de palavras elípticas às pleonásticas, constata-se um pequeno aumento de dispersão. Na categoria *elipse*, a variação em números absolutos subiu de seis para sete pontos, assim como a variação percentual cresceu da primeira para a segunda amostra, de 1,49 para 1,89. A média percentual acompanhou, passando de 0,59% para 0,96%. Mas, mesmo tendo havido um incremento, este, em qualquer aspecto que se observe, não é significativo. Entendemos que as explicações dadas à amostra de palavras pleonásticas, podem ser aplicadas às elípticas.

4.4.7 Elipse – Análise qualitativa

Todas situações de *elipse* na matéria número 03, *Rádio fechada passa a transmitir da rua*, respeitam a previsibilidade, de modo que a oração com *elipse* não deixa de ser compreendida. O padrão de emprego dessa figura é mencionar uma palavra e, na frase seguinte, omiti-la.

Fora esta constância, o uso da *elipse* parece ser indiscriminado, não estando ligado a algum fator semântico, conotativo, de reforço de significado, ou qualquer outro que se possa identificar.

4.5 ESTILÍSTICA

4.5.1 Estilística – Introdução

A *estilística* examina as maneiras como o pensamento se exprime através da linguagem. Ocupa-se, especificamente, dos dialetos, dos usos regionais de acentos e dos níveis de diálogo.

Para explicar as idiosincrasias daquele que fala ou escreve em uma língua, a *estilística* estuda as variações do uso da língua em diferentes indivíduos e grupos sociais. Estes manipulam a linguagem com o intuito de empregar as palavras de modo emotivo e intuitivo.

O estudioso desta área procura identificar a capacidade de sugerir e emocionar, classificando as palavras em fórmulas e efeitos do *estilo*. Ele também observa as escolhas particulares no uso da língua por indivíduos e grupo, com o objetivo de estabelecer princípios explicativos.

Existem algumas razões que determinam as escolhas por diferentes *estilos* em um grupo ou pessoas. A escolha pode ser entendida pela necessidade de alguém de socialização, que assim crê aumentar suas chances de ser aceito. Outras linhas de explicação são a produção de sentido, a recepção de sentido, a análise crítica do *discurso* e a crítica literária.

Para Nilce Martins (2008: 97), existem duas divisões: a *estilística* do som e a *estilística* da palavra. Esta, também chamada de léxica, “estuda os aspectos expressivos da palavra ligados aos seus componentes semânticos ou morfológicos, os quais, entretanto, não podem ser completamente separados dos aspectos sintáticos e contextuais.”.

Segundo van Dijk (1988:27), a *estilística* pauta-se pelos critérios do emissor que, ao longo do texto, vai escolhendo, dentre as diferentes alternativas de *discurso* possíveis, as que considera mais adequadas para expressar o sentido desejado. O *estilo* é o que mais vai revelar o papel do contexto, podendo ressaltar componentes pessoais e sociais do contexto comunicacional. Ou, em outras palavras, o contexto onde se insere um texto é mostrado neste através do seu *estilo*. Este se impõe em um texto através das restrições possíveis à sua formulação. Por isso, van Dijk

(1988:30) pondera que “o *estilo* só pode ser apropriadamente analisado quando é tomado como um indicador dos contextos pessoal e social”.

A seguir a tabela da categoria *estilística*, detalhando o número absoluto e percentual de ocorrências em duas subcategorias: *contexto comunicativo* e *impessoalidade*. Os números foram pesquisados em cada uma das 16 matérias que compõem o *corpus*.

Tabela T05: Ocorrências numéricas relativas à categoria *estilística*.

Matéria	Contexto Comunicat.	Impessoalidade	Total de palavras	% Contexto Comunicat.	% Impessoalidade
01	3	2	403	0,74	0,50
02	6	4	547	1,10	0,73
03	3	1	264	1,14	0,38
04	2	1	401	0,50	0,25
05	4	4	435	0,92	0,92
06	2	2	341	0,59	0,59
07	2	1	420	0,48	0,24
08	2	1	383	0,52	0,26
09	4	2	510	0,78	0,39
10	3	0	323	0,93	0,00
11	1	3	404	0,25	0,74
12	0	0	110	0,00	0,00
13	2	2	437	0,46	0,46
14	2	1	264	0,76	0,38
15	3	0	474	0,63	0,00
16	2	0	437	0,46	0,00

4.5.2 Contexto comunicativo – Introdução

Conceituamos *contexto comunicativo* como as circunstâncias espaço-temporais nas quais ocorre o processo comunicativo por ação dos cinco elementos da comunicação (emissor, receptor, mensagem, código e canal). O *contexto comunicativo* irá impor alguns limites ao *estilo* noticioso. Dentre eles, traços sociais e ideológicos comuns, que implicam a existência de um volume substancial de conhecimento, crenças, normas e valores compartilhados, a fim de que a *notícia* seja compreensível para um grande público. Este é geralmente composto de pessoas próximas ideologicamente; elas têm uma participação indireta e implícita no *discurso*; a elas não são endereçados os atos de fala, mas a outros. Essas restrições implicam que social e ideologicamente haja uma

considerável quantidade compartilhada de conhecimento, crenças, normas e valores que precisam ser pressupostos. Sem tal informação, a *notícia* poderia não ser inteligível. Mais específica é a pressuposição tácita de uma vasta base de dados, na qual a *notícia* regularmente pretende se atualizar. O *estilo* da *notícia* precisa conter as marcas destas pressuposições compartilhadas (van Dijk, 1988:74-75).

Gans (1979 *apud* Wolf, 1999:214) estabeleceu três pressuposições para que a *notícia* possa ser compartilhada, o que ele chamou de *critérios de notícia*. Interessa-nos o primeiro deles, que se refere àquelas “notícias que permitem uma identificação por parte do espectador”. Este tipo de *notícia* se aproxima da ideia de *contexto comunicativo*, que é fazer uso de um repertório cultural comum e compartilhá-los na *notícia*, tornando possível sua compreensão pelo leitor.

4.5.3 Contexto comunicativo – Análise quantitativa

Na categoria *contexto comunicativo*, há um pequeno grau de dispersão: em termos absolutos, vai de seis para zero ocorrência; em valores percentuais, oscila 1,14 pontos percentuais. Mas é interessante observar a existência de uma concentração entre os valores extremos da amostra, tanto nos valores absolutos, como nos percentuais. Dessa forma, os valores de 11 das 16 matérias do *corpus* se encontram no pequeno intervalo entre 2 e 3, em números absolutos. Na avaliação

percentual, esse comportamento se confirma: entre 0,46 e 0,78% estão dez matérias. Por isso, a média percentual se encontra entre esses limites: 0,64%. Similarmente, a média absoluta ficou em 2,56.

4.5.4 Contexto comunicativo – Análise qualitativa

A matéria 02, com o título *Militantes ligados a Chávez atacam TV*, reporta um atentado contra o veículo de comunicação mais popular da Venezuela (TV Globovisión) e o faz com uma linguagem permeada por declaração de grande dramaticidade. Talvez, por isso, a matéria apresenta um número significativo de palavras ou expressões dentro do *contexto comunicativo* estabelecido entre o jornal Estado e seu público leitor.

Não só na matéria 02 estão implícitos conceitos, símbolos, concepções, preconceitos e pensamentos partilhados entre o emissor e o receptor em um *discurso* ideológico, que possibilita a efetiva persuasão ou dissuasão do leitor.

Em muitos dos trechos do *discurso* da matéria 02, o *jornalista* faz afirmativas baseadas em entendimentos da realidade por saber que pode contar com a concordância – ou ao menos a compreensão - do seu leitor, pois com ele compartilha da mesma *ideologia* e a mesma bagagem cultural. Outro aspecto é a existência de muitas expressões lugares-comuns, isto é, comunicações redundantes compartilhadas entre emissor e receptor.

Todas estas situações fazem o *contexto comunicativo* se alargar entre o *jornalista* e o seu público. Não só valores têm em comum, mas eles compreendem uma mesma simbologia, o que torna mais fácil o trabalho de convencimento do leitor.

4.5.5 Impessoalidade – Introdução

Ao tornar um *discurso* impessoal, retira-se dos sujeitos sua capacidade de autoria, despersonalizando o texto com o intuito de torná-lo mais crível e verdadeiro. No lugar do sujeito coloca-se uma coisa, um fato. O *discurso* noticioso, como o científico, está ideologicamente vinculado à ideia de *dizer a verdade*. Na prática, a

impessoalidade torna possível “fazer de maneira que as coisas que são ditas sejam consideradas como verdadeiras” (Pais *apud* Andrade, s/d:1).

4.5.6 Impessoalidade – Análise quantitativa

Na categoria *impessoalidade*, observamos a existência de quatro matérias com nenhum exemplo de *impessoalidade*, o que faz ambas as médias diminuir substancialmente. Por exemplo, a média percentual ficou em 0,37%, ainda mais baixa que a calculada na categoria *contexto comunicacional*. Também em relação a essa subcategoria, a diferença entre os valores extremos é menor: em termos absolutos, quatro pontos; em termos percentuais, 0,92 pontos.

4.5.7 Impessoalidade – Análise qualitativa

Podemos observar na construção da matéria 11, *SIP vê deterioração das liberdades*, a ausência tanto do *jornalista* como do leitor. Pois a *impessoalidade* no *discurso* jornalístico é uma das normas no *jornalismo* moderno. O *jornalista*, sujeito da enunciação, ocultado pelo estabelecimento de um padrão de uma comunicação referencial, de *estilo* objetivo e direto, com pouca adjetivação e com o uso obrigatório da terceira pessoa ou primeira pessoa do plural. Além disso, retirou-se da *notícia* qualquer aspecto emotivo e participante. Alterações tanto na linguagem quanto na estruturação do texto noticioso foram baseadas no modelo norte-americano, importado pelos jornais brasileiros nas décadas de 1950 e 1960. Esse modelo consistia em um conjunto de normas, restrições e condutas, dentre elas a *impessoalidade*. O *discurso* jornalístico passou a ser produzido por vários profissionais de uma organização com o objetivo de apagar o *jornalista* e o leitor, de excluir (salvo raras exceções) o relato pessoal, a expressão de crenças pessoais, atitudes e opiniões.

Durante toda a matéria 11, o *jornalista* está em oculto, limitando-se a citar ao longo do texto a mesma *fonte*: o relatório da 66ª Assembleia-Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Curiosamente, a matéria tem muitos contraexemplos de *impessoalidade*, ou seja, por meio da fala da SIP, são citados

vários atentados a jornalistas, oportunidades nas quais o sujeito da enunciação ‘aparece’ através da menção de colegas. A citação de tantos jornalistas correndo risco de vida no subcontinente foi feita para que tanto a SIP, representante dos veículos impressos nas Américas, como o jornal Estado, tivessem subsídios para denunciar *um ambiente de debilitamento da democracia* e alertar sobre a *‘deterioração das liberdades’ na América Latina*. Seus interesses dependem da existência de uma *democracia liberal* – estrutura política adequada ao florescimento e crescimento de seus negócios capitalistas – e da manutenção das liberdades de expressão – ambiente através do qual tenham *liberdade* de expressar seu pensamento e defender seus interesses.

Como discutimos, a *impessoalidade do jornalista* é uma limitação profissional, que faz aumentar a objetividade da *notícia* e, por conseguinte, sua credibilidade junto ao leitor, também impessoal. O leitor, usurpado de sua pessoa, toma uma identidade dada para si pelo jornal através da *notícia*. Este leitor se identifica com ela, sente-se participante, um sujeito-coisa, com nova identidade, ideologicamente construída pelo jornal. Este obtém, pois, uma reconfiguração ideológica do seu leitor, não em uma matéria, mas, ao longo do tempo, em um processo de naturalização do *discurso* ideológico do jornal.

4.6 MACROANÁLISE SEGUNDO A ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA

4.6.1 Matéria 01: *Venezuela determina o fechamento de 34 rádios*

Pressupomos que a abordagem da ADC é compreensiva, abrangendo diferentes aspectos da questão, desde a análise morfológica até seu contexto discursivo, a sociedade. Com essa visão, tentemos fazer algumas observações sobre a matéria 01.

Já desde os dois primeiros parágrafos, o *jornalista* anuncia uma relação desigual entre o governo e as 34 emissoras de rádios que foram fechadas. O *poder* do governo está personificado no diretor da Conatel, que determina e ameaça. Fica implícito que as rádios fechadas são tidas como passivas, sem voz e sem direitos. O *jornalista* fala delas, mas não lhes dá oportunidade de se manifestarem. Este jogo de *poder* é muito simbólico e dicotômico: de um lado um governo forte, autoritarista, que sabe impor sua vontade e de quem o subtexto levanta a suspeita de que está tomando uma medida ilegal. De outro, as vítimas, sem reação, aceitam resignadas a decisão governamental. Os dirigentes de algumas rádios tentam protelar o fechamento se escondendo da autoridade, atitude típica do fraco, do indefeso, daquele que é incapaz de lutar.

4.6.2 Matéria 02: *Militantes ligados a Chávez atacam TV*

Antes de iniciar propriamente nossa análise sobre o *contexto comunicativo* na matéria 02, gostaríamos de mencionar o conceito de *não-dito*. De acordo com a definição de van Dijk (1988:64), os *não-ditos* são “todas as proposições de um texto que são deduzidas ou pressupostas por informação no texto e as quais não são diretamente ou completamente expressas (formuladas) no texto”. Devemos ressaltar que esta situação está ligada ao *contexto comunicativo* no *discurso* noticioso.

O *não-dito* ocorre quando o *jornalista* não esclarece uma informação por pressupô-la conhecida. Se um conhecimento ou crença é compartilhado pelo grupo,

é desnecessária sua menção. Então, podemos perceber que, mesmo elementos do *discurso* não explicitados (*não-ditos*), compõem as circunstâncias integrantes do *contexto comunicativo* e irão delimitar o *discurso* noticioso em seus traços sociais e ideológicos, especialmente no seu *estilo*.

Para entendermos outro aspecto da segunda matéria, gostaríamos ainda de introduzir o conceito de Clark (1996 *apud* van Dijk, 2005:19) de *base compartilhada*: “o conhecimento ou outras crenças que os participantes de um diálogo precisam ter em comum para compreender um ao outro.”. Van Dijk também chama o mesmo conceito de *conhecimento comum*, e esclarece que ela pode conter uma variedade de espécies de conhecimento.

Na matéria 02, identificamos o que tanto o *jornalista* como o leitor deveriam saber e, assim, a matéria deveria ser compreensível aos dois, o que não parece ocorrer para o leitor médio do Estado, se considerarmos os termos a seguir, conhecidos somente pela cultura venezuelana: *emissora antichavista Globovisión; Distrito Alta Florida; ficaram feridas levemente; a reportagem do Estado chegava à sede da emissora no momento do ataque; os agressores – todos usando boinas vermelhas; comprometidos com a verdadeira democracia; a violência contra a liberdade de imprensa é tão intensa que dispensa qualquer comentário*. Para o leitor que não esteja vivendo a cultura venezuelana, muita coisa fica incompreensível. Portanto, esses são exemplos da falta de uma *base compartilhada* no *diálogo* entre o *jornalista* e o leitor, que possibilite uma maior clareza ou entendimento no *discurso* noticioso.

4.6.3 Matéria 03: *Rádio fechada passa a transmitir da rua*

Aqui muitas figuras de linguagem colaboram com um rico simbolismo, com o texto ganhando uma dimensão quase concreta e dramática: o leitor, ao terminar de ler a matéria, convence-se da adequada e justificada atitude das rádios de transmitirem nas ruas ou via internet e que, em nome da *democracia* e da *liberdade de imprensa*, os meios justificam os fins. Essa matéria é pequena, mas eficiente.

Alguns exemplos dessa eficiência: *conseguiram ontem romper o silêncio imposto; decidiu desafiar o governo e montou auto-falantes na rua; Hoje a liberdade está sendo restringida; a nossa conexão com o público para não deixá-lo sozinho*

em um momento tão difícil como este; Não tivemos direito de defesa; Muitas fecharão; Estamos fazendo tudo para manter os 200 empregos.

Na matéria em questão, o *jornalista* fez uso dos acontecimentos, das *fontes* para criar um clima de comoção, que facilitasse seu trabalho de convencimento da mensagem que não está no texto, mas no subtexto. E, mesmo encoberta, ela talvez seja tão eficaz quanto o texto na sua capacidade comunicativa. A mensagem encoberta é: o fechamento das 34 rádios é contra os princípios do Estado de direito, fere os fundamentos da *democracia* e cerceia a *liberdade de imprensa*.

4.6.4 Matéria 04: *Venezuelanos rejeitam cerco à imprensa*

Caracterizada como um estudo transdisciplinar, a ADC tem seu foco mais particular no *intermezzo* entre o universo social e o linguístico. Nesta análise específica, gostaríamos de tentar identificar o conjunto de vários tipos de *discursos* de mesma origem, que transitam nesta matéria (ordem do *discurso*).

O *discurso* mais presente nesta matéria 04 é o do jornal El Universal. Tendo-se feito instituto de pesquisa, o jornal aferiu o grau de aceitação dos venezuelanos ao governo Chávez. Neste *discurso* preponderam os números – com toda a sua simbologia de objetividade, exatidão e verdade. Percebe-se também que houve certa indução na formulação das perguntas, o que parece ter levado às respostas desejadas pelo jornal.

Após uma assertiva do instituto de pesquisa no segundo parágrafo conclui-se que as situações descritas levaram a críticas internacionais e forte rejeição interna ao governo. Nesse parágrafo, não há nada entre aspas e nenhuma menção de ser fala de terceiros, logo, podemos concluir que a fala é do *jornalista*, o que está bem longe dos preceitos do que seria o bom *jornalismo*. E, assim sendo, fica no ar a grave suspeita de que o jornal tenha utilizado trechos *ipsis literis* do relatório sem mencionar sua fonte.

No terceiro, mais duas afirmações do jornal/instituto de pesquisa, sem que, em nenhum momento, ele tenha tornado público a metodologia e os critérios utilizados na pesquisa.

Como nos anteriores, no quarto parágrafo, a pesquisa menciona dados levianos, sem comprovação, o que torna claro seu propósito de convencer o leitor do mal que o governo Chávez está fazendo à Venezuela.

No parágrafo seguinte, o *jornalista* cita que as críticas internas e externas levaram ao presidente Chávez recuar do projeto. O tratamento que o jornal/instituto de pesquisa dá às informações – e que o jornal acolhe – não mostra fundamentação técnica, metodologia aplicada e faz perguntas enviesadas ao pesquisado.

Um novo *discurso* vem de um deputado governista, tentando minimizar a gravidade do projeto da procuradora. Esta declaração é o pretexto para que o jornal, nos dois parágrafos seguintes, passe a rebater a declaração do deputado e reafirmar o perigo que o projeto representa à *liberdade de expressão* na Venezuela.

Nos três próximos parágrafos fala uma autoridade da OEA em direitos humanos, aprofundando os argumentos do Estado contra o projeto.

No último parágrafo, outro reforço: uma nova autoridade, especialista em direitos humanos da Universidade de Andrés Bello, em Caracas, garante que a oposição é dividida: *nem todos os chavistas têm o mesmo grau de radicalidade*.

Nessa matéria existe um único *discurso* destoante, o do deputado chavista. Ele não aparece como contraponto às ideias expostas pelo *discurso* oposicionista, mas como conveniente pretexto para o jornal ter mais espaço para explicar porque é contra o projeto de lei. Exceto isso, podemos dizer que todos os outros *discursos* estão a favor de uma oposição ao governo Chávez: o *discurso* do El Universal, o do *jornalista*, autoridade da OEA e especialista da Universidade. Há um claro concerto entre eles, afinado pela redação do *jornalista*. E essa identificação, com origens próximas, fá-los pertencer à mesma ordem do *discurso* (Foucault, 2009:13).

4.6.5 Matéria 05: *Violência marca início do debate sobre a lei de educação na Venezuela*

Van Dijk no seu artigo *Notícia e conhecimento* (2005:14) iniciou um estudo sobre o papel do conhecimento nas *notícias*, tanto no nível da produção, como no nível da compreensão noticiosa. Afirma que as barreiras teóricas a serem transpostas são muito grandes, mas se propõe a criar uma tipologia do conhecimento. A partir dessa tipologia vamos fazer uma tentativa de análise desta matéria 05.

O primeiro tipo de conhecimento necessário para que haja uma comunicação efetiva e eficaz entre *jornalista* e leitor é o *conhecimento comum*, que van Dijk

também chama de *base compartilhada*. Ele é próximo do conceito de *contexto comunicacional* do mesmo autor. O que diz este conhecimento: é necessário que os principais aspectos do texto jornalístico (semântica, sintaxe etc.) sejam partilhados tanto pelo *jornalista*, como pelo seu leitor. Isto é quase óbvio. Mas pode-se imaginar as consequências de uma entropia na comunicação dos dois lados, especialmente quando é um texto com carga dramática, mesmo belicoso, com gente ferida e violência física. Considerando isso, fica mais clara a importância para dois lados, quem escreve e quem lê, comunicarem-se com o menor ruído possível.

Outro conhecimento se refere aos *gêneros de discurso*. Para van Dijk, o leitor deve ter um conhecimento básico dos elementos dos diferentes gêneros noticiosos para se portar diante da matéria, saber o que dela esperar e entender o tipo de *discurso* jornalístico veiculado naquela matéria. Por exemplo, a matéria 05 é eminentemente informativa, é uma *notícia*, ou seja, um relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante. O leitor com conhecimento sabe que as informações serão contadas da mais importante para a menos (pirâmide invertida), que o texto prima pela *objetividade*, *discurso* direto e *imparcialidade* etc. Desta *notícia*, ele não espera uma abordagem mais interpretativa (reportagem) ou mais opinativa (editorial). Há, portanto, um acordo tácito entre o *jornalista* e o leitor sobre que tipo de matéria foi redigida.

Por fim gostaríamos de comentar o que van Dijk chama de *conhecimento social/situacional*. Para ele tal conhecimento é formado por informações que permitem a construção dos modelos de contexto. Ao longo do tempo o leitor vai se acostumando com a forma e o conteúdo das matérias do jornal que lê. Sabe o que vai encontrar todos os dias, o enfoque, o repertório vocabular, um tom mais dramático, o uso de uma linguagem mais descritiva. Nessa matéria 05, destacamos alguns trechos que caracterizam na matéria os conhecimentos de van Dijk – comum, de gênero de *discurso* e social – citados acima:

- *A polícia utilizou bombas de gás lacrimogêneo para dispersar os protestos.*
- *grupos opositores chavistas de atacar 'selvagemente'*
- *A bancada opositora abandonou o debate*
- *Hoje, o Legislativo é dominado por deputados chavistas*
- *Héctor Navarro acusou os 'inimigos do governo' de provocar uma campanha de depreciação da nova lei*
- *Fora da Assembléia Nacional o que imperava é a lei da selva*

- Os manifestantes pró-governo atuam com complacência da polícia
- informações que atentassem contra a saúde mental da população.

4.6.6 Matéria 07: *Chávez deve suspender TV opositora*

No artigo *Notícia e conhecimento* (2005:26), van Dijk desenvolve um conceito de *modelo mental*, que podemos aplicar na análise desta matéria 07. Tais modelos representam um conhecimento pessoal e interpessoal sobre eventos e são armazenados na memória episódica, i. e., aquela que as pessoas possuem para eventos vividos e interpretados. Modelos mentais são construções únicas de um evento e trazem consequências específicas de tempo, espaço, ações e participantes. São representações subjetivas de eventos vividos por pessoas através de suas experiências. Quando as *notícias* tratam e interpretam eventos específicos, o *jornalista* dá espaço para que o leitor construa seus modelos mentais sobre os acontecimentos e desse modo represente “sua interpretação pessoal do texto e dos eventos, mas também suas opiniões, suas associações pessoais, e assim por diante.” (van Dijk, 2008:22).

Ao analisar a matéria 07, não há sentido em buscar esses modelos mentais, pois, como foi dito acima, estes são um processo do leitor a partir de sua reação a um evento. Talvez coubesse procurar os eventos que geraram a construção de modelos mentais no/pelo leitor. Tentando tornar um pouco mais concreto o que buscamos, podemos afirmar que o fato gerador de um modelo mental no leitor será um evento que transforme seu pensar, agir ou sentir. Se considerarmos que uma *notícia* tem, entre outras, a função de prender a atenção do leitor o maior tempo possível, podemos supor que uma *notícia* que cumpre bem a missão acima, deve conter muitos eventos que gerem experiências no leitor. Vamos à matéria buscar estes eventos geradores:

- *A Conatel [...] notificou ontem a rede de TV privada Globovisión sobre a abertura de um novo processo administrativo contra o canal – o sexto em menos de um ano.*
- *mensagens enviadas [...] que ‘incitariam a perturbação da ordem pública e a violação da lei.*

- A notificação saiu dois dias depois que o diretor da Conatel [...] afirmou em um comício em Caracas que o governo abriria um novo processo contra a Globovisión.
- A consultora jurídica do canal [...] afirmou que é grave a nova medida adotada pelo governo.
- Se a Conatel considerar que a nova lei do setor foi violada, a Globovisión deve ser suspensa por 72 horas e pode até perder a licença de operação.
- Temos outro lote de emissoras que estamos analisando. Não temos medo, seguiremos adiante. Cada emissora terá o seu processo, disse o ministro no sábado.
- Na ocasião, [o diretor da Conatel] Cabello advertiu que mais de 200 emissoras corriam o risco de ter o mesmo destino [serem retiradas do ar].

O que há de comum entre estes eventos – além da ameaça velada ou explícita – é a grande capacidade de potencialmente incitar o leitor a transformar estes acontecimentos em experiências suas ou compartilhadas, construções únicas, datadas, localizadas, com atos, personagens e tudo mais que o leitor crer necessário para que este evento se torne parte de sua memória episódica.

4.7 AS ESTRATÉGIAS IDEOLÓGICAS USADAS POR O ESTADO DE S. PAULO: APLICAÇÃO DE CATEGORIAS DE JOHN B. THOMPSON

Nesta seção, avançaremos na análise sobre construção ideológica do *discurso* em torno da *liberdade de expressão e de imprensa* na Venezuela pelo jornal O Estado de São Paulo. Para isso, utilizaremos as estratégias de construção simbólica desenvolvidas por J. B. Thompson (2009). Tal categorização foi aplicada à *notícia* do *corpus* de pesquisa, escolhidas dentre as que tiveram maior incidência das subcategorias discursivas como relatadas na primeira parte deste capítulo.

Em seu livro *Ideologia e cultura moderna*, Thompson formulou os *modos gerais de operação da ideologia*. Elas são: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Estes cinco modos vão dar origem às 13 estratégias de construção simbólica aplicadas por nós.

4.7.1 Análise da matéria 01 – *Venezuela determina fechamento de 34 rádios*

A primeira matéria de nosso *corpus* apresenta uma extensa ocorrência de estratégias de construções simbólicas, que podem eventualmente ter um uso ideológico, conforme definiu Thompson. Começemos pelo parágrafo um. Nele, encontramos uma metáfora e uma passivização²³. A metáfora está em *o governo venezuelano aprovou o fechamento de 34 emissoras de rádio*, especificamente no uso contextual do *verbo aprovar*. O *verbo* nos parece inadequado, já que o governo soberanamente decidiu fechar as rádios e não, como está dito no texto, aprovou a decisão de fechá-las por alguém incógnito. Essa dissimulação da relação governo/rádios cria um sentido menos negativo para o ato governamental, de modo a torná-lo mais palatável ao leitor e à população em geral. E isso revela um interesse do governo de trazer para si o apoio da população.

A passivização mencionada está no trecho *34, emissoras de rádio, que tiveram sua concessão retirada*. Cremos haver no parágrafo indícios de que o

²³ Passivação: indícios desta estratégia é o uso da voz passiva, **de** sujeitos são excluídos da ação, que passa a ser um acontecimento cujo responsável são objetos e inexistência explícita de referência espaço-temporal.

jornalista procurou suavizar o embate entre o governo e os dirigentes das rádios fechadas, com o intuito de diminuir seu atrito junto à opinião pública: em relação ao governo, utilizou uma metáfora; em relação aos dirigentes, uma passivização. Curiosamente neste primeiro parágrafo, por essas duas estratégias, parece que o *jornalista* tenta minimizar os efeitos do fechamento das rádios.

Também identificamos outra passivização no segundo parágrafo: 240 *emissoras [...] que terão suas concessões revistas por supostamente não cumprirem as leis*. Neste trecho, o objeto se transformou no agente, anteriormente ocupado por um sujeito, agora excluído da ação. Já o acontecimento descrito está descontextualizado no espaço e no tempo. É possível que o *jornalista* tenha querido atribuir aos dirigentes e suas rádios uma posição indefesa, passiva diante do autoritarismo do governo Chávez, personificado (aqui sim o agente é o sujeito) pelo ministro e dublê de diretor da Comissão de Telecomunicações. Neste caso, a intenção do texto foi a de conduzir o leitor a julgar o governo autoritarista por meio do uso de uma linguagem ideologizada.

Localizamos no parágrafo terceiro uma situação de universalização²⁴: *advogados e políticos de oposição venezuelana qualificaram o projeto de lei [...] ‘o mais selvagem e brutal atentado contra a liberdade de expressão já perpetrado’*. Como reza a definição de Thompson, universalização é a estratégia de alguns (advogados e políticos opositores) de elaborar um projeto/acordo para a sociedade e se empenhar para convencê-la de que o tal projeto/acordo é útil para todos. Podemos supor que haja um cunho ideológico no texto.

Ainda neste parágrafo, encontramos um caso de naturalização²⁵: *o projeto de lei [...] ‘o mais selvagem e brutal atentado contra a liberdade de expressão’*. Nesta frase, a *fonte* trata o projeto de lei como um atentado brutal e selvagem, de maneira a excluí-lo das circunstâncias políticas que o geraram. O fato é transportado para um mundo selvagem, de extrema violência, fora do domínio legal dos homens de bem (um projeto de lei em um mundo sem lei!). Ao naturalizar o projeto de lei, de autoria do governo, passa a ideia de que foi elaborado por uma instância sem o governo dos homens ou do estado de direito. Ou seja, de autoria de um governo autoritarista, acima do bem comum.

²⁴ Universalização: possibilita que alguns indivíduos elaborem acordos institucionais benéficos aos seus interesses e os proclamem como útil a toda a coletividade.

²⁵ Naturalização: é a retirada da dimensão histórica do acontecimento, que passa a ser tratado como se ele fosse natural ou como resultado inevitável de causas naturais.

Nos parágrafos 04 e 06, percebemos duas situações de racionalização²⁶. No parágrafo quatro: *A procuradora justificou a apresentação do projeto, argumentando que ‘a liberdade de expressão precisa ser regulamentada’, para evitar que possíveis abusos causem ‘prejuízo à saúde mental dos venezuelanos, agitação política ou ameaça à segurança do Estado venezuelano’*. E no parágrafo seis: *alertou que a lei ‘colocará os cidadãos a um passo de serem punidos por tornarem públicas suas opiniões’*. O jornalista atribui tanto à procuradora como ao Colégio Nacional de Jornalistas uma postura persuasiva, que pode ser notada pelos verbos empregados em suas falas (justificar, argumentar, alertar), assim como seus argumentos: possibilidade de abusos que causem danos mentais, políticos e de segurança e punição a qualquer cidadão que expressar publicamente sua opinião. A racionalização possibilita um sentido para a construção simbólica da notícia e dá oportunidade do jornal buscar convencer o leitor.

4.7.2 Análise da matéria 02 – *Militantes ligados a Chávez atacam TV*

Na matéria 02, identificamos duas situações de expurgo do outro²⁷ nos parágrafos um e três, ambos descrevendo o ataque à Globovisión pelos militantes do partido radical Unidade Popular Venezuelana (UPV). A estratégia do jornal parece ser a construção de um grupo de excluídos, a quem ele procura descrevê-lo com características antissociais e mesmo ilegais. Busca-se criar um inimigo que, com seus atributos, assuste e/ou ameace a sociedade, cujos membros são convocados a combatê-los ou mesmo eliminá-los do convívio social.

Adiante, no terceiro parágrafo, vemos um exemplo de estratégia de diferenciação²⁸: *Lina Ron – qualificada pela oposição como uma agitadora a serviço de Chávez*. Aqui, a construção simbólica visa tornar a líder ativista alguém especial, que, por suas características e o seu proceder, não comunga e não deve conviver com as pessoas de bem, que não lideram atos terroristas. Busca-se reforçar nela e

²⁶ Racionalização: estratégia usada por aquele que elabora uma forma simbólica e assim constrói uma cadeia de raciocínio para defender ou justificar um sistema de relações ou instituições.

²⁷ Expurgo do outro: construção de um inimigo fictício, externo ou interno, com características más, perigosas e ameaçadoras, contra quem os indivíduos são chamados a combater e, se possível, eliminá-lo.

²⁸ Diferenciação: ênfase na divisão, desunião entre membros de um grupo. Uma pessoa ou pessoas são tidas como diferentes, que merecem ser apartadas, o que as impede do exercício de algumas funções de autoridade.

nos que a apoiam as características que os separam dos cidadãos venezuelanos, dificultando sua aceitação. Tal aceitação, em última instância, seria a instauração plena do regime que o jornal imagina ser o almejado pelo governo Chávez. Esse regime iria de encontro aos interesses dos donos da mídia venezuelana, com um agravamento do cerceamento da *liberdade de imprensa* e com um oligopólio estatal dos veículos de comunicação daquele país.

Por duas vezes, observamos estratégias de racionalização, uma no parágrafo seis e outra no sete, que são respectivamente: *Esse á mais um atropelo por parte desse governo, que deve ser repudiado [...]. Por isso querem nos calar.*” e “o ministro [da] Justiça [...] condenou o atentado, que qualificou de ‘violento e criminoso’ [...] ‘Quem estiver envolvido [...] será posto à disposição da Justiça’”, afirmou. *‘Não aceitaremos que a violência seja instrumento pelo qual resolveremos nossas diferenças.’*

Essas duas tentativas de convencimento de que suas posições merecem o apoio do leitor fazem entre si um contraponto: de um lado o diretor-geral da Globovisión e representante oficioso dos dirigentes da mídia venezuelana; de outro, o representante do governo e ministro da Justiça. O primeiro procura denunciar os arbítrios do governo Chávez; o segundo apregoa a soberania das instituições do Estado e a prevalência do tratamento legal para o atentado. A construção de uma estratégia simbólica (*assédio moral, verdadeira democracia, agressão de bandos, laços com guerrilheiros, nos calar; violência seja o instrumento*), o uso em especial da estratégia de racionalização para persuasão objetiva denunciar ações que estejam ameaçando as propriedades e o *status* dos donos da mídia no país.

4.7.3 Análise da matéria 03 – *Rádio fechada passa a transmitir da rua*

Observamos a matéria 03, *Rádio fechada passa a transmitir da rua*, sob as categorias de Thompson. De pronto, identificamos três estratégias utilizadas pelo jornalista ou diretamente por alguma de suas fontes. Duas estão presentes no segundo parágrafo. A primeira, no trecho: *Hoje, a liberdade de imprensa está sendo restringida. Hoje, você tem uma opção a menos. Amanhã não sabemos quantas teremos*, onde encontramos uma racionalização. No trecho, vemos que a fonte procura convencer o leitor usando argumentos de que a *liberdade de imprensa* está diminuindo. Essa estratégia está inserida dentro de um conjunto de interesses que se interconectam dentro da sociedade venezuelana em defesa do Estado de direito, da *democracia* e da *liberdade de expressão*.

Ainda no segundo parágrafo, encontramos uma estratégia de universalização em: *Por enquanto, esta será nossa conexão com o público para não deixá-lo sozinho em um momento como este*. Estando impedida de funcionar legalmente, a rádio resolve transmitir na rua e proclama que essa atitude – que beneficia seus interesses primeiramente – foi tomada porque é útil, vai ao encontro dos desejos do seu público ouvinte. Ou seja, age se beneficiando, mas justifica seu ato como se ele tão somente favorecesse o outro. Essa atitude da rádio mostra seu interesse de permanecer sendo a voz do seu ouvinte, com poder de convencê-lo.

No parágrafo quatro, vemos outra racionalização. O trecho apontado é *Belfort considerou 'ilegal' o processo de fechamento das rádios. 'Não tivemos direito a defesa', disse*. Neste trecho, o dirigente do grupo CNB, Nelson Belfort, procura subsidiar seu interlocutor com argumentos que o convençam de que o fechamento das rádios é ilegal, pois elas não tiveram direito à defesa. O empresário mostrou interesses muito definidos e usa dos argumentos à mão para persuadir o leitor de que a razão está com ele e os seus.

4.7.4 Análise da matéria 04 – *Venezuelanos rejeitam cerco à imprensa*

No primeiro parágrafo, temos um exemplo de padronização²⁹ no trecho *56% dos venezuelanos acreditam que a perseguição à imprensa busca ‘ocultar os erros’ do presidente Hugo Chávez no poder*. Aqui, um jornal, fazendo às vezes de instituto de pesquisa de opinião, procura apoio na maioria obtida em sua pesquisa para afirmar que Chávez persegue a imprensa para esconder seus erros. O jornal/instituto está procurando estabelecer um padrão de opinião da população em relação à perseguição à imprensa venezuelana. Observemos também que a expressão “*ocultar os erros*” vem com aspas como se tivesse sido dita em uníssono por milhões de venezuelanos que compõem os 56% da população daquele país. A expressão ainda pode ser lida como um eufemismo, por meio do qual os erros viriam a ocultar atos arbitrários, desmandos, corrupção.

Ao longo dessa matéria, são muitos os casos de estratégias de racionalização. Nos parágrafos um, dois, três, quatro e onze, observamos o uso desse tipo de estratégia nos seguintes trechos nesta ordem: *56% dos venezuelanos acreditam que a perseguição à imprensa busca ‘ocultar os erros’ do presidente Hugo Chávez no poder; o resultado revela que o fechamento da emissora RCTV [...] provocaram não apenas críticas internacionais, mas também uma forte rejeição interno (sic); Apenas 28% dos venezuelanos apóiam o fechamento [...] 60% pedem que os jornalistas tenham mais liberdade; Para 51%, ele [Chávez] está se transformando em um ditador; e ‘o governo venezuelano deve perceber que livre circulação de informação [...] até quando chega a ser ofensiva’ ao governo*. Em todos esses trechos, pode-se observar o uso de argumentos, apoiados por números, “dados objetivos”, obtidos na pesquisa. Em linhas gerais os argumentos de *El Universal* buscam persuadir o leitor de que os atos arbitrários do presidente Chávez, como a perseguição à mídia, dificultaria o exercício da *liberdade de imprensa* na Venezuela.

Identificamos uma metáfora e uma diferenciação em uma frase do quarto parágrafo: *a Venezuela é um país partido ao meio*. A representação de um país como se fosse uma torta, já é uma metáfora. Um país, por mais torto que esteja não pode ser partido ao meio, senão ele acaba. Mas por que o *El Universal* desejaria

²⁹ Padronização: é estabelecido um fundamento de formas simbólicas, partilhadas e aceitas por todos, e adaptadas a um referencial padrão.

fazer essa figura? Talvez por uma estratégia de diferenciação, através da qual buscasse aumentar as diferenças entre apoiadores e opositores ao regime chavista. Talvez, através dessa metáfora, o jornal queira tornar mais profunda essa divisão. De uma oposição circunscrita à política, o periódico transparece a ideia de que a divisão ultrapassa o âmbito político, passa pelo social, com possibilidades de uma cessão territorial. Tanto a metáfora como a diferenciação compõem uma estratégia maior de persuasão dos leitores pelo jornal – e de seus pares –, para defesa de seus interesses.

4.7.5 Análise da matéria 05 – *Violência marca início do debate sobre lei de educação na Venezuela*

No primeiro parágrafo foi empregada uma estratégia de deslocamento³⁰, quando o texto fala que *a lei ameaça doutrinar os estudantes com ideais socialistas*. O texto diz que *a lei ameaça*, ele está retirando de uma pessoa ou grupo delas (autoridades) e transferindo para um objeto (lei) a responsabilidade de doutrinar. Com essa figura, o *jornalista* ameniza o ônus da responsabilidade das autoridades governistas pela aplicação de uma lei tão controversa, o que tem influência significativa sobre a posição do leitor sobre a lei, o que corrobora para seu posicionamento ideológico.

Ocorre outro deslocamento no parágrafo seguinte: *a polícia usou bombas de gás lacrimogêneo para dispersar os protestos*. A figura transfere de pessoas (manifestantes) para objetos (protestos), talvez para amenizar o impacto, pois, diferentemente de manifestantes, protestos não sentem dor, não são feridos, assim o leitor não precisa se preocupar com eles. Ainda nesse parágrafo, um pouco mais adiante, encontramos uma metáfora³¹: *aos grupos chavistas radicais de atacar opositores 'selvagemente'*. A forma como os chavistas atacaram opositores foi como se eles fossem selvagens, seres brutais, o que implica dizer que houve no confronto

³⁰ Deslocamento: Thompson entende por deslocamento é a estratégia de se substituir um objeto ou pessoa por um termo usualmente empregado para designar outro objeto ou pessoa, com o objetivo de transferir conotações positivas ou negativas deste último para o primeiro.

³¹ Metáfora: uma forma de dissimular as relações sociais através de sua representação, ou da representação de indivíduos e grupos a elas relacionados, dando a entender que essas relações possuem características que na verdade não têm, assim, atribuindo às últimas um sentido positivo ou negativo.

grande violência por parte dos ditos radicais. A metáfora aqui corrobora com o reforço da imagem de um grupo ligado a Chávez, que usa a violência como método de calar a oposição.

O parágrafo cinco nos apresenta três estratégias de construção simbólica. A primeira, uma universalização, que se encontra na frase *um ensino que seja aberto a ‘todas as correntes do pensamento’*. A figura, se por um lado é inexecutável, por outro traz um claro desejo do ministro da Educação de demonstrar que a lei possibilitará o acesso ao pensamento universal por todos os alunos. Com a frase, a autoridade tenta encobrir o interesse do governo em ver aprovada a lei de educação, oferecendo, em troca, um benefício irreal, inalcançável.

O ministro da Educação nos oferece uma nova estratégia, a de expurgo do outro, quando *acusou os ‘inimigos do governo’ de provocar ‘uma campanha de depreciação da nova lei’*. A construção ideológica *inimigos do governo* visa abalar a unidade da população venezuelana: de um lado os que estão como o governo; de outro, os opositores, os *inimigos do governo*. Estes devem ser combatidos, quando não fisicamente pelos militantes aliados ao governo e à polícia, ao menos ideologicamente, com construções como estas.

A última estratégia empregada no parágrafo cinco da matéria 05 é a da padronização. Segundo Thompson, trata-se de um ajuste de formas simbólicas a um referencial padrão, utilizado na troca simbólica e aceito como fundamento de unidade entre os indivíduos, independentemente das diferenças entre eles. A tentativa de convencimento ocorre quando o ministro unifica todo o povo venezuelano, com sua diversidade e diferenças, na expressão *os venezuelanos*, na ilusão de que todos na Venezuela estejam passíveis de serem enganados pelos “inimigos do governo”. Ao empregar a expressão *os venezuelanos*, o ministro traz às suas mentes, formas simbólicas comuns àquela cultura, capazes de subsidiá-los simbolicamente contra o engano dos *inimigos do governo*.

No sexto parágrafo ocorre outra metáfora, em *Fora da Assembleia Nacional, o que impera é a lei da selva*. A expressão *lei da selva* simboliza o grande nível de violência nas manifestações de rua na Venezuela. A percepção do conflito entre manifestantes, militantes e policiais ficam ampliadas com a figura. O ex-prefeito de Chacao a usou para remeter a um lugar onde impera a lei do mais forte, da sobrevivência a todo custo, da justiça pelas próprias mãos, ou seja, um lugar fora do estado de direito. Assim, a metáfora torna-se uma forma de dissimular as relações

sociais por meio de sua representação, ou da representação de indivíduos e grupos a elas relacionados, dando a entender que essas relações têm características que na verdade não possuem; desse modo, atribuindo às últimas um sentido positivo ou negativo.

Também, no último parágrafo, encontramos outra metáfora: *comunicadores que veiculassem informações que atentassem contra a 'saúde mental' da população*. A expressão *atentam contra a saúde mental* dissimula, na visão do jornal, a real preocupação do governo com a população: a possibilidade de perder seu apoio ideológico. Ao se referir à sanidade do povo, o governo atribui à informação uma capacidade que ela não tem e tenta retirar dela outra que ela tem por essência: de tomar uma melhor decisão sobre o seu destino.

No parágrafo oito temos uma situação de deslocamento quando o texto menciona *Entidades que representam os jornalistas estão preocupadas com o fechamento de 34 rádios*. Aqui, claramente, há uma substituição do sujeito *entidades preocupadas* pelo verdadeiro sujeito, “dirigentes das emissoras de rádio preocupados”. Com isso, o *jornalista* retira da *notícia* o caráter classista e o interesse financeiro que provavelmente seria atribuído ao dirigente pelo leitor e transfere a preocupação com a propriedade do dirigente para entidades de jornalistas, que têm uma imagem junto ao leitor mais universal e politicamente ou financeiramente menos contaminada. É verdade que qualquer funcionário, de qualquer empresa estaria preocupado com a possibilidade de perder o emprego, mas aqui essa preocupação é subsidiária; a principal é a perda da rádio, que por decorrência geraria a perda de empregos.

4.7.6 Análise da matéria 11 – *SIP vê deterioração das liberdades*

A existência de uma estratégia de construção ideológica na matéria 11 não se deve apenas pelo fato da ideologia que a embala estar sustentada por um emaranhado de relações baseadas na desigualdade, sejam elas econômicas, políticas ou sociais. Pelo contrário, como advoga Thompson, isso acontece por ela conter um repertório de figuras simbólicas empregadas para criar e sustentar dominação. A seguir, vamos apontar parágrafo a parágrafo exemplos dessas figuras simbólicas mencionadas acima.

No primeiro parágrafo, acontece uma nominalização, que é também uma racionalização: *um alerta sobre a 'deterioração das liberdades' [...] 'ação coordenada dos governos para controlar a imprensa' [...] 'submeter os meios de comunicação ao desprestígio'*. A linguagem do relatório da SIP procura convencer seus leitores da deterioração das *liberdades*, da tentativa de governos de controlar a imprensa e do desprestígio sofrido pela mídia na região. É uma estratégia simbólica que, utilizando-se de argumentos persuasivos, procura obter apoio para os seus afiliados, a fim de que estes mantenham seus privilégios. Também nesse trecho notamos que as três afirmativas reportadas acima são transformadas em coisas, que se faz de agentes, isto é, afastam os sujeitos reais, as coisas ocupam seus lugares, nominalizam-se. Essa estratégia serviu à SIP, que provavelmente queria fazer a denúncia sem apontar o autor, o governante responsável pelo delito. Por outro lado, nominalizando o fato, a SIP o torna mais abrangente, atingindo mais situações, o que lhe dá maior capacidade de convencimento.

Também no parágrafo segundo há uma estratégia de diferenciação: *a América Latina está sendo assolada pela 'proliferação de mecanismos legislativos e arbitrarias decisões judiciais' que em um 'ambiente de debilitamento da democracia servem para assediar' os jornalistas e as empresas de mídia*. O relatório entende a América Latina como tendo dois grandes grupos em oposição: o primeiro está sofrendo as consequências de assédio, de muitos mecanismos legislativos, de decisões judiciais arbitrarias, basicamente donos de empresas de mídia e jornalistas. O segundo grupo procuram inibir, ou mesmo impedir, as ações do primeiro. Com seus argumentos, a SIP esforça-se em nos convencer de que essa divisão é real e crescente. Como principal representante dos donos da mídia na região, seu interesse é claro.

Ainda no quarto parágrafo, observa-se uma racionalização: *o presidente venezuelano 'avança na imposição de um governo antidemocrático' e tem como meta a 'hegemonia comunicacional'*, assim como no parágrafo seis: *Além disso, a entidade alerta para riscos de cerceamento da liberdade de expressão [...] o Brasil 'está organizando uma conferência nacional sobre mídia [...] de controle da imprensa'*. Em ambos os trechos, existe uma tentativa da SIP de persuadir o leitor de que são graves as suas denúncias e de que precisa do seu apoio na luta contra o avanço antidemocrático, estatizante e cerceador da *liberdade de expressão* entre os governos da região. Há, pois, em todo esse relatório um claro trabalho de persuasão

de que os interesses ameaçados dos dirigentes da mídia na América Latina, proclamados pela SIP, são iguais aos interesses do leitor, portanto os dois devem se unir no combate aos delitos antidemocráticos dos governos da região.

4.7.7 Análise da matéria 14 – *Governo busca hegemonia midiática*

Temos três casos de eufemização nesta matéria: dois no primeiro parágrafo e um no quarto. O termo *hegemonia comunicacional* pode conter um eufemismo, se considerarmos a palavra *hegemonia* como formulada por Antonio Gramsci: “tipo particular de dominação. Nessa acepção hegemonia é dominação consentida, especialmente de uma classe social ou nação sobre seus pares” (USP, 2009:1). O termo também pode ter o sentido de um acordo instável entre diversas forças para que elas exerçam o domínio de algo ou alguém.

Mais adiante, os mesmos analistas ouvidos pelo autor da matéria afirmam que o objetivo do governo é ocupar pelo menos 75% do espaço das mídias do país. Logo, estamos falando de uma situação mais intensa e definida, o que em economia diríamos se tratar de um oligopólio, termo mais grave, que demonstra uma dominação mais clara por uma das partes. Enfim, a situação nos parece mais próxima de um oligopólio.

Ainda neste parágrafo, encontramos outros dois eufemismos: *cercos às empresas de comunicação que não se alinham com a doutrina de ‘socialismo do século 21’ implementada por Chávez*. O primeiro se refere ao verbo *alinhar*, no qual o jornalista dá um sentido positivo próximo à ideia de “apoiar sem contestação”, quando em uma leitura de contexto, percebe-se que o sentido do verbo está mais próximo de “submetem-se à” ou “dobram-se à” ou ainda “obedecem à”. O segundo eufemismo na mesma frase está na expressão “socialismo do século XXI”, provavelmente originalmente empregada pelo próprio governo de Chávez. É eufemismo porque abre a possibilidade de o leitor entender que este socialismo seria afluente da social democracia europeia, o que está muito longe de ser o caso. Poderíamos partir da ideia de que o governo Chávez implementou medidas socializantes benéficas à maioria da população, mas elas vêm embaladas por muitos abusos à democracia e desmandos à ordem constitucional. Portanto, o uso dessa expressão na matéria acaba por reforçar a crença de que um governo, eleito

de forma pouco democrática, tem se utilizado de artifícios igualmente pouco democráticos para impor sua concepção de sociedade igualitária, em sua versão “século XXI do socialismo”.

O último eufemismo que gostaríamos de ressaltar na *notícia* analisada está no parágrafo quatro, especificamente em *a divulgação de informações consideradas ‘contrarrevolucionárias’*. A expressão *informações contrarrevolucionária* poderia ser tida como aquelas que causam dificuldade à revolução, mas também se refere a informações que possam prejudicar o governo Chávez. Dessa maneira, a expressão encobre o sentido verdadeiro, substituindo-o por outro com uma valoração positiva, o que se caracteriza um eufemismo.

Os três casos acima podem ser considerados eufemismos, pois, em cada uma das situações a estratégia empregada criou em um espaço entre palavras, dúbio e indefinido, que possibilita atribuir-se um valor positivo por meio do eufemismo. Em todas as situações, a intenção seria a de promover os interesses do emissor, por meio de uma construção simbólica. O uso do eufemismo resultou, portanto, em um *discurso* ideológico.

Por fim, salientamos, neste mesmo parágrafo, a ocorrência de uma estratégia de expurgo do outro. No trecho *que qualifica de ‘terrorismo midiático’ a divulgação de informações consideradas ‘contrarrevolucionárias’* fala que o governo está qualificando aqueles que divulgam informações contrarrevolucionárias como *terroristas midiáticos*. Segundo esta estratégia, o governo procura aliar a pessoa que divulga tais informações à figura de um terrorista, de modo que a população o veja como um inimigo interno a ser combatido.

4.8 CONSIDERAÇÕES SOBRE O NEWSMAKING NO CORPUS

Nesta seção, faremos uma última leitura do *corpus* a partir dos conceitos de *newsmaking*. Buscamos, nesse sentido, desvelar o processo de construção da *notícia* durante a cobertura feita por O Estado de São Paulo, a partir de uma análise das interações que os jornalistas estabelecem com empresários, *fontes* públicos e com os seus próprios esquemas mentais. Dada a brevidade desta seção, nos ateremos a tecer considerações mais gerais sobre esses processos, sem entrar em análises mais aprofundadas como fizemos na aplicação do conceito de *ideologia* e na análise das categorias discursivas.

4.8.1 Jornalista, sua posição intermediária

Os estudos do *newsmaking* chamam a atenção para a mútua influência que sofrem a realidade social e a produção da *notícia*. Entre as pressões do veículo que trabalha e a efemeridade do acontecimento, é difícil avaliar com precisão as influências sofridas pelo *jornalista*. E não podemos esquecer que seu trabalho não está isento de muitas outras limitações e pressões.

Mesmo sendo participante na construção da *notícia*, o *jornalista* não dispõe de autonomia incondicional em sua prática profissional, mas deve se submeter às demandas do processo noticioso. Pena (2008:129) entende que o *jornalista* é intermediário nesse processo, administrando limites de várias ordens e participa do processo de convencimento impetrado pelo jornal.

O *jornalista* tem uma posição intermediária no processo de construção da *notícia* por alguns motivos: 1) a falta de plena autonomia para exercer seu ofício; 2) a necessidade de se submeter às restrições e demandas do processo noticioso, acatando, inclusive as ordens decorrentes; 3) a participação do processo de convencimento impetrado pelo jornal.

A análise da matéria 14 nos fala de dois mundos: um da legalidade, do aparente exercício democrático, traduzido pelo repertório de *Política*. O segundo mundo, reportado pelas palavras referentes à *Violência*, que dispõe de instrumentos bem mais eficazes de convencimento. Nesta “costura” da *notícia*, seja em um caso, seja no outro, o papel do *jornalista* é relevante, mas dúbio, mesmo instável em face de tantas pressões e demandas. Ele sofre influência de muitas origens, às vezes nem tomando consciência delas. Seu papel intermediário faz o *jornalista* absorver e gerir limitações temporais, tecnológicas, logísticas; restrições da empresa; constrangimentos profissionais; culturais; *rotinas produtivas*, além da *ideologia* do jornal e da sua própria.

Outro exemplo da posição intermediária do *jornalista* está na matéria 03: ele inicialmente segue as regras do lide, mas a seguir mistura informação com declarações dramáticas das *fontes*, conduzindo claramente a opinião do leitor a rejeitar o fechamento da rádio CNB. Especificamente, talvez por sugestão da chefia, o *jornalista* escolhe quem serão as *fontes*, faz as perguntas que deseja, seleciona os trechos mais dramáticos, mais envolventes, distribui adequadamente essas declarações ao longo do texto da matéria. Fecha a matéria com um vice-presidente da rádio aventando a hipótese de ter que demitir. E, apesar de haver uma crença generalizada – inclusive dentre os jornalistas –, que a construção desta *notícia* é autoria sua, o processo, as *rotinas produtivas*, as pressões lá de cima e tantas outras diminuem a autonomia do *jornalista* até o ponto mínimo de ele se achar o autor da *notícia* (Breed *apud* Traquina, 1993).

4.8.2 *Jornalista, a sua prática profissional e a impessoalidade imposta*

A cultura profissional do *jornalista* é formada por basicamente três fatores: profissionais, organizacionais, institucionais. Tais fatores dependem de outros três processos de produção da *notícia*. Com relação à *impessoalidade* do *jornalista*, nos interessa somente um deles: o exercício de ideais. A cultura do *jornalista* abriga em si alguns modelos, mitos e imaginários do que é ser um profissional perfeito. Neles incluem conceitos éticos, de moral e de desempenho, nos quais está incluso o comportamento impessoal do *jornalista*.

De um *jornalista* profissional é demandado alguns atributos: o domínio de técnicas de sua área e o conhecimento de determinados assuntos. Mas, além disso, o profissional precisa conhecer e acatar normas deontológicas já estabelecidas, seja em relação aos seus colegas, seja em relação aos de outros grupos sociais.

A narrativa jornalística exclui – salvo raras exceções – o relato pessoal, a expressão de crenças pessoais ou opiniões. As *rotinas produtivas* exigem relatos impessoais dos fatos. Tudo que é observação pessoal ou opinião devem permanecer encobertas, subterrâneas e só aparecem no texto através da elaboração de temas, da relevância de hierarquia, do uso de categorias ou do *estilo*.

A *impessoalidade* do sujeito da enunciação é uma das características que Wolf (1999:191) chama de “limitações laborais”, que, juntamente com convenções profissionais e com as *normas produtivas*, constroem a definição de *notícia* e legitimam o processo produtivo, interferindo na sequência que vai da escolha das *fontes* até a seleção dos acontecimentos e sua formatação como *notícias*.

Na matéria 01, onde é relatado o fechamento das 34 rádios venezuelanas, em nenhum momento o *jornalista* aparece na matéria. Uma *fonte* disse, mas não se sabe para quem; em outro momento, outra *fonte* fala, mas para o Estado. Seja citando *fontes* governamentais, seja citando as da oposição, o *jornalista*, despersonalizado, gasta seu tempo costurando as falas das *fontes*.

Na matéria 04 a *impessoalidade* é expressa de duas maneiras: na primeira pessoa do plural e na terceira pessoa do plural. No parágrafo 03 temos um exemplo do segundo caso: *pedem que os jornalistas tenham mais liberdade*. De modo similar no parágrafo 06: *que a proposta de prender jornalista que difundam ‘informações’*. No parágrafo 11, o *jornalista* substitui a sua pessoa pelo jornal, referindo a si como “Estado”.

É notória a ausência do *jornalista* na matéria 11. Aqui há um relato frio do relatório anual da 66^o Assembleia Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). O *jornalista* em nenhum momento da matéria deixa entrever sua pessoa, nem mesmo se colocando atrás da instituição “Estado”. Aliás, seu trabalho se resume a costurar trechos do relatório, considerados importantes (para quem?), de modo a que tenham coerência e possam incrementar sua capacidade de convencimento dos argumentos da SIP junto ao leitor.

Apesar da sua *impessoalidade* na *notícia*, o *jornalista* pode escolher o estilo, às vezes, o tema, pode determinar o ângulo da abordagem, hierarquizar os

acontecimentos e eleger quais serão suas fontes para redigir aquela matéria. Parece-nos que, mesmo essas prerrogativas do *jornalista*, são inexistentes ou estão muito diminutas nesta matéria 11. Vejamos: o tema é claramente encomendado, veio do “alto”, só restando obedecer. Não conhecemos o texto do relatório que originou a matéria, mas nos ela dá a impressão que disserta sobre o que trata o relatório, do início ao final. À exceção do lide e do fechamento, tanto o conteúdo como o *estilo* adotado na matéria parece ter muita semelhança com um relatório. Vide a quantidade de citações contidas na matéria.

4.8.3 Noticiabilidade

É determinada por um conjunto de critérios relevantes que mede a aptidão de um acontecimento se transformar em *notícias*. Dentre esses critérios estão as convenções profissionais (geradas pela organização do trabalho), a definição do que é *notícia* e seu processo produtivo. Consideramos também o que Wolf (1999:191) afirma: “a noticiabilidade de um fato é, em geral, avaliada quanto ao seu grau de integração que ele apresenta em relação ao curso normal e rotineiro.”

A partir dessas afirmativas, pensamos que a noticiabilidade do atentado à TV Globovisión reportado na matéria 02 incrementa na razão direta da capacidade de o *jornalista* elaborar um texto que tenha aderência com o “curso normal e rotineiro”. Ou seja, para Wolf, quanto mais o acontecimento se adaptar às normas e rotinas jornalísticas, maior será sua noticiabilidade e, portanto, maior serão suas chances de se tornar *notícia*. Dadas as características do acontecimento (um atentado a bomba à TV Globovisión) era certo que ele tinha grandes chances de tornar-se *notícias*.

Na matéria 06, há três momentos distintos: um no qual se expõem as ideias dos regimes bolivarianos em favor do cerceamento dos meios de comunicação, manifestada entre aspas; o segundo momento é de denúncia de “cooperação” da Venezuela com outros países do subcontinente e o terceiro é um histórico das relações do governo venezuelano com a imprensa. São três critérios de relevância, que geram três formas de noticiabilidade, três capacidades dos acontecimentos se

fazerem *notícias*. Nos dois primeiros parágrafos, fluem termos um tanto esdrúxulos³² na referência a argumentos a favor das medidas de cerceamento à *liberdade de imprensa* por parte dos governos da América Latina alinhados com o bolivarismo do presidente venezuelano Hugo Chávez. Mas resta ao *jornalista*, apagado pela *impessoalidade*, citar os termos entre aspas ou colocar na fala das *fontes*. No subtexto talvez haja uma esperança de que tais governos percam credibilidade por suas próprias palavras.

No quinto e sexto parágrafo, o texto muda para um tom denunciatório, que começa com um intertítulo *Cooperação técnica*. Aqui o jornal vai revelar que o governo Chávez está financiando e fornecendo cooperação técnica a governos do subcontinente alinhados a ele. Por fim, no último parágrafo, o texto se torna eminentemente informativo, se resume a fazer um retrospecto das relações do governo Hugo Chávez com a imprensa desde 2002. Nesta *notícia* há claramente três formas de fazer *notícia*, mas em todas elas foram respeitados os critérios noticiosos, as convenções profissionais, o processo produtivo, a noticiabilidade etc.

4.8.4 Valores-notícia

Os valores-*notícia* são regras práticas de caráter profissional, que, fazendo parte das rotinas do processo jornalístico, orientam os procedimentos de redação. Eles auxiliam na sistematização do trabalho nas redações, ao demarcar e metodizar o processo noticioso, como se fosse uma rotina industrial.

O *jornalismo* moderno baseia sua concepção do real na objetividade, que assegura “descrever os fatos como realmente ocorreram”. Contudo, tal procedimento não lhe garante plena *objetividade*, pois o *jornalista* é incapaz de ser totalmente isento em sua matéria. A *objetividade* jornalística é uma estratégia ideológica instrumentalizada por meio das rotinas produtivas para mascarar a construção social da realidade pela *notícia*.

Existe uma relação direta entre *objetividade*, *imparcialidade* e *impessoalidade* do *jornalista*. Ao se sujeitar a se ocultar, a ausência na *notícia* do *jornalista* parece torná-la mais técnica, menos dirigida pelas suas opções. O leitor pode pensar que

³² contorcionismo retórico, terrorismo midiático, limites aos abusos da imprensa, excessos da imprensa etc.

ao receber as notícias sem os traços da pessoa do profissional, a *notícia* traz todas as características por ele desejadas: reprodução fiel do ocorrido, *imparcialidade* na narração dos acontecimentos e *objetividade* na apuração e na redação da *notícia*.

Alguns exemplos da *impessoalidade*: jornalistas, advogados e políticos da oposição venezuelana qualificaram ontem o projeto [...], em uma aparente *objetividade*, entretanto ele não especifica quem são esses profissionais ou ao menos e que entidade pertencem; “[...] para evitar que possíveis abusos causem ‘prejuízos à saúde mental dos venezuelanos’”. Na matéria 01, o jornalista utiliza parte da fala da procuradora, o que a faz parecer radical e caricata. Em contraponto, o jornalista escolhe o representante do Colégio Nacional de *Jornalismo* para afirmar que a lei colocará os cidadãos a um passo de serem punidos por tornar públicas as suas opiniões. Todo esse transitar de fontes, tão comum na redação noticiosa, o jornalista o faz “fora” da *notícia*, como se ele não existisse, como se as fontes se auto-elegessem e soubessem a hora de entrar com sua fala e de sair dela. Um jogo retórico.

Poderíamos apontar muitos valores-*notícia* encontrado na matéria 01: relevante número de pessoas de importância social (um ministro de Estado, a procuradora-geral, o presidente Hugo Chávez, o advogado da TV Globovisión); acontecimento com grande *poder* de influir no país (fechamento de 34 rádios, possibilidade de se fechar mais 206, votação da polêmica Lei de Imprensa); grande número de pessoas envolvidas (todas as pessoas que mantêm relações com as rádios fechadas ou que *poderão* ser fechadas, todas as pessoas que possam prestar declarações públicas, todos os venezuelanos); grande relevância/significância do acontecimento em relação à determinada situação (importância do fechamento das rádios para todo o seu público ouvinte, alteração na vida social de pessoas públicas e talvez de todos os venezuelanos); acessibilidade ao fato e às fontes (sem demonstração de dificuldade, tendo acesso a muitas fontes); *objetividade* (conduziu conforme os padrões prescritos); *imparcialidade* (a opinião comprometida com a verdade somente nas palavras das fontes); relevância (o fechamento de 34 rádios, a possibilidade de fechar mais 206 e o polêmico projeto de Lei de Imprensa) e atualidade. Segundo Wolf (1999:208), é atual para o público aquilo que o jornalista considera atual para si. Assim, a matéria é atual, senão não seria matéria.

Citemos ainda alguns valores-*notícia* na matéria 02. Iniciando no primeiro parágrafo: em um cumprimento às normas e rotinas de produção no lide, há *objetividade*; o fato é de grande relevância e a matéria tem a capacidade de influenciar e alterar a reação da sociedade e, por fim, a matéria faz parte de um processo contínuo de acontecimentos sobre violação da *liberdade de expressão* na Venezuela. No parágrafo 4, gostaríamos de chamar a atenção para um fato raro: o *jornalista* é testemunha do acontecimento. Tendo estado presente ao acontecimento, em tese, o *jornalista* poderia fazer um relato fidedigno do ocorrido, o que reforça o caráter simbólico do *jornalismo* como sendo um espelho, a reproduzir fielmente o desenrolar do atentado.

4.8.5 Jornalista e sua relação com as fontes

Partindo do conceito de Medina (1978:37) de que *fonte* é qualquer pessoa ou coisa que se dispõe a fornecer dados para o repórter escrever a *notícia*. Segundo Pena (2008:57), em algumas circunstâncias, esta *fonte* é passível de interpretar os dados fornecidos.

Primeiramente, gostaríamos de fazer algumas observações sobre as três fontes da matéria 03. Uma é de um funcionário da rádio CNB; outra, com duas declarações, é um executivo da rádio e a última é do dono da rádio. As quatro declarações se encaixam bem no conceito de Molotch e Lester (*apud* Traquina, 1993:38) sobre o que chamam de *promotores da notícia*, até porque vem de fontes interessadas na reabertura da rádio. Segundo os dois estudiosos, o ponto central é a intencionalidade da *fonte*, que buscando se favorecer, esforçam-se em fazer um acontecimento se tornar um fato público, até ao ponto de forçar a alteração da rotina produtiva do jornal, de modo a garantir a veiculação dos fatos de seu interesse.

A matéria 15, com somente sete parágrafos, é pródiga em *fontes*: cinco, inclusive com duas pequenas participações do presidente Hugo Chávez. A primeira, de uma palavra, em referência a uma agitadora chavista e outra, de nove palavras, fechando a matéria. Aliás, creio que estas foram as únicas vezes que o presidente teve voz em todo este *corpus*. As outras quatro *fontes* são: os chavistas em manifestação, o prefeito de Caracas, o cardeal-arcebispo de Caracas e, em uma citação indireta, o diretor da Conatel. Vamos começar pela *fonte* mais controversa:

os manifestantes não se dispuseram a fornecer dados ao *jornalista*, mas efetivamente o fornecem; outro aspecto é que tais manifestantes se encaixariam na definição de *promotores da notícia*, de Molotch e Lester, isto porque o que dizem o fazem com a intencionalidade de se favorecerem e a forma de fazê-lo é através de um fato público, como descrito pelos dois pesquisadores.

A citação do prefeito de Caracas está no parágrafo onde são descritas as manifestações em curso contra o governo, das quais o prefeito é líder; sua citação é coerente com as informações dadas antes e opina sobre o porquê das atitudes do governo. O cardeal-arcebispo de Caracas tem o pronunciamento mais longo e dramático; curiosamente sua fala é eminentemente política e se posiciona com mais firmeza do que os outros contra o governo. No fechamento o diretor da Conatel dialoga com o presidente Chávez e, numa citação indireta, responde ao presidente porque fechou a emissora RCTV. Sua resposta citada no texto é *disse apenas ter cumprido a lei*, ao que o presidente Chávez parabeniza o diretor pela medida e reforça a mensagem afirmando: *Só temos de cumprir a lei*. Fica no ar se a intenção do *jornalista* de fechar a matéria com esse breve diálogo é irônica.

Se tirarmos da matéria as citações, sobra um pouco mais do que o lide e dois parágrafos de *background*. Desta forma, podemos dizer que as citações aqui são essenciais, pois conduzem o fio narrativo da *notícia*.

4.9 ANÁLISE DE PESQUISA, O EPÍLOGO

Nosso objetivo, quando da análise do *corpus*, era aplicar em subcategorias textuais e contextual uma metodologia desenvolvida a partir da ADC, estudos de *newsmaking* e conceitos de *ideologia*, *liberdade de expressão* e *de imprensa*. Devido o tamanho do trabalho a fazer, achamos mais exequível dividi-lo em quatro partes. Se, por um lado, perdemos um pouco da unicidade que a análise poderia ganhar, o modo como desenvolvemos nos faz ver com maior clareza o problema, suas implicações e conseqüências.

Na primeira parte – análise quantitativa e qualitativa – contextualizamos as quatro categorias para, a seguir, investigarmos quantitativamente subcategorias selecionadas, terminando com uma análise qualitativa de uma matéria de *corpus*. Nestas etapas pudemos identificar a importância, a correlação e a função na *notícia* de cada uma das categorias envolvidas.

Devido à importância da ADC, procuramos, na segunda parte, aprofundar-nos nela um pouco mais. Escolhemos seis *notícias* e com ela fizemos uma investigação com noções de ADC e conceitos próximos a ela, como *poder*, *não-dito*, base compartilhada, figuras simbólicas etc. Sem fugir aos nossos propósitos, esta parte traz uma riqueza proveniente da multiplicidade de aspectos teóricos utilizados.

A terceira parte da nossa pesquisa foi a utilização de uma metodologia desenvolvida por John B. Thompson. Aplicamos treze estratégias, quando pertinentes, às sete matérias selecionadas do *corpus*, para identificarmos a ideologia nos textos de *O Estado de S. Paulo*. A metodologia se mostrou bastante aderente à questão da *ideologia* e, assim, pudemos compreender melhor como as formas simbólicas e os artifícios de convencimento existentes na *notícia* colaboram para a construção da *ideologia* no *discurso* noticioso.

A última parte trata de considerações que fizemos no *corpus* sobre o *newsmaking*. Ao empregar sete conceitos nas matérias do *corpus*, pudemos entender sob novos ângulos o *discurso* jornalístico e perceber com mais detalhes a correlação de força entre os agentes no processo de construção da *notícia* (empresário/editor, *jornalista*, leitor e *fonte*). Aqui fizemos o inverso: a partir de temas afetos ao *newsmaking*, dissertamos sobre eles, exemplificando com *notícias* do

corpus. O trabalho desses conceitos do *newsmaking* nas matérias enriqueceu nossa análise na qual empregamos os fundamentos da ADC.

CONCLUSÃO

O que nos inquietava ao iniciar esta pesquisa era responder consistentemente o problema de pesquisa a que nos propomos:

Como o jornal *O Estado de S. Paulo* veicula nas *notícias* sobre o governo do presidente venezuelano Hugo Chávez um *discurso* ideológico que facilite ao jornal convencer o leitor de seus argumentos sobre o presidente Chávez, especialmente com relação aos temas *liberdade de expressão e de imprensa*?

Assim, nossa pesquisa teve duas ideias diretrizes: como compreender o processo de ideologização do *discurso* noticioso do Estado; e, analisar que papel os conceitos de *liberdade de expressão e de imprensa* desempenham na construção da *notícia* e na formação do padrão profissional do *jornalista*.

A questão acima gerou algumas **perguntas** de pesquisa:

1. Qual a metodologia formular e aplicar para constataremos esse *discurso* ideológico de Estado?
2. Qual o papel do *jornalista* neste processo de convencimento?
3. Que *discurso* é empreendido pelo jornal Estado para convencer o seu leitor?

Ao sistematizar os conceitos de *ideologia* e de *liberdade de expressão* (capítulo I) e buscar um referencial teórico com base no conceito de *ideologia* (capítulo I), na *análise do discurso crítica* (ADC) e *newsmaking* (capítulo II), pudemos constituir um valioso instrumental para compreender como se constrói o caráter ideológico da *notícia* jornalística por meio das matérias do *corpus*.

E, para entender o processo de apropriação do conceito de *liberdade de expressão e de imprensa* no *jornalismo*, utilizamos algumas definições tradicionais do *newsmaking* – em particular às referentes à *posição e prática* do *jornalista*, sua constituição enquanto profissional, *rotinas produtivas e noticiabilidade*.

A metodologia que achamos mais adequada à nossa pesquisa foi encontrada no livro *News as discourse*, de Teun A. van Dijk. Seu método tem duas macrocategorias: a Textual e a Contextual. A Textual contém três categorias (Morfologia, Semântica, Sintaxe), que se dividem em subcategorias; e a Contextual,

uma categoria (Estilística). No total, trabalhamos com oito subcategorias, que foram aplicadas em sete matérias do *corpus*.

Ao iniciarmos a pesquisa, percebemos que adotar a discussão em torno de parcialidade/imparcialidade jornalística implicava trabalhar com o conceito de *ideologia* e, através dos estudos de *newsmaking*, questionar o processo de construção da realidade pelo *jornalismo*. Recorremos a vários teóricos e escolhemos a categorização proposta por John Thompson. Além disso, Norman Fairclough nos trouxe um precioso estudo sobre o *discurso* jornalístico e *ideologia*. Aproveitamos também o estudo minucioso de Teun van Dijk sobre a *notícia*. Após a análise, pudemos perceber a pertinência de utilizarmos os teóricos acima em nosso trabalho, pois eles nos possibilitaram identificar com clareza as estratégias ideológicas das *notícias* do *corpus*.

O estabelecimento desta relação assimétrica entre veículo e leitor se dá pela construção de estratégia simbólica, envolvida no processo de convencimento do leitor, a fim de mantê-lo ideologicamente alinhado aos interesses de quem possui os meios de comunicação. A *objetividade* reforça a *imparcialidade* da *notícia* e, como critério ideológico, é usada para a construção social das *notícias* analisadas, construção essa que é encoberta pelos preceitos do bom *jornalismo*, capitaneados pela *objetividade*.

Não chegamos a construir uma metodologia que nos permitisse aferir as representações sobre o cerceamento da *liberdade de expressão* no governo Chávez. O que nós fizemos foi um levantamento dos fatos em que o tema *liberdade de expressão* ou *de imprensa* era abordado nas matérias do *corpus*, cotejando com o material teórico condizente com o assunto.

Em relação à questão da *impessoalidade* do *jornalista* e do leitor, constatamos essa realidade em todas as matérias do *corpus*. A *impessoalidade* do *jornalista* é um tipo de cerceamento de sua *liberdade de expressão*. A luta por ter voz, com credibilidade e participação nos acontecimentos é parte de uma luta maior de legitimação do *jornalista* como profissional.

Durante nossa pesquisa, analisamos o caráter ideológico das *notícias* do *corpus*, identificando situações de cerceamento de *liberdade de expressão* e *de Imprensa*. Nesta trajetória, buscamos um maior entendimento do papel do *jornalista* e de sua afirmação profissional, além de registrar a legislação da área existente no Brasil e no mundo (ver Anexo A). Utilizamos estudos de *newsmaking* para ampliar

nossa análise com um maior entendimento do processo de construção da *notícia*. Documentamos também os processos produtivos do *Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo* (ver Anexo C). Por fim, acreditamos ter feito bom uso do manancial teórico da *Análise do Discurso Crítica*, que, em muitos momentos, sustentou nossa análise. Terminamos esta pesquisa acrescidos e esperamos ter contribuído para a evolução desse tema.

Para terminar, gostaria de compartilhar algumas questões que me surgiram e para as quais não encontrei resposta satisfatória:

1. Como se compõe o relacionamento entre a linguagem textual, o sentido que gera as formas simbólicas, os mecanismos de convencimento em torno de um único objetivo: criar ou sustentar uma dominação? Como se estabelece esse trabalho conjunto, harmônico e sincrônico, para obter um objetivo maior: a cooptação do leitor e a garantia da manutenção da dominação?;
2. Ao redigir uma *notícia*, quais as maneiras, a formatação, os argumentos, o desenvolvimento da narrativa etc. que aumentam a probabilidade desta *notícia* ter um caráter ideológico com maior *poder* de convencimento e assim, corroborar com a manutenção do *status quo*?
3. Como aferir o nível de consciência dos atores do processo de construção social da *notícia* (editor, repórter, *fonte*, leitor etc.) de que sua elaboração é na verdade uma construção da realidade, reinvenção do acontecimento? E qual o seu posicionamento frente a essa descoberta?

REFERÊNCIAS

➤ Livros, capítulos, artigos e publicações impressos:

- ADGHIRNI, Zélia Leal. Rotinas produtivas do *jornalismo* em Brasília. In: MOUILLAUD, Maurice, PORTO, Sérgio Dayrell, org. *O jornal da forma ao sentido*. Brasília: UnB, 2002, p.449-468. 587p.
- ALVES, Mario Aquino. Análise crítica do *discurso*: exploração da temática. In: *Relatório 01/2006*. São Paulo: FGV/EAESP, 2006, p.1-50.
- AMARAL, Luiz. *Técnicas de jornal e periódico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982. 259p.
- BAGGIO, Adriana Tulio. *Aventuras pelo discurso de Foucault*. Curitiba: Digestivo Cultural, 2003. 5p.
- BECHARA, Evanildo Cavalcante. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. 360p.
- BERLO, David Kennedy. *The process of communication*. São Paulo: Usaid / Fundo de Cultura, 1960. 266p.
- BONFIM, José Bosco Bezerra. Ideologia no *discurso* da mídia – o poder das palavras e as palavras do poder. In: MOTTA, Luiz Gonzaga, org. *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, 2002. p.327-343. 366p.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 2007. 122p.
- _____. *Analisando o discurso*. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 2005. 28p.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Manual de redação*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2004. 420p.
- BREED, Warren. Controle social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson, org. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993. p.152-156.
- CHAPARRO, Manuel Carlos da Conceição. *Sotaques d'Aquém e d'Além Mar: Percursos e Gêneros do Jornalismo Português e Brasileiro*. Santarém, Portugal: Jortejo, 1998. 240p.
- CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do Português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 724p.

- DUBOIS, Jean René et. al. *Retórica geral*. São Paulo: Cultrix, 1974. 277p.
- ERBOLATO, Mário de Lucca. *Técnica de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário*. Petrópolis: Vozes, 1979. 213p.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2008. 320p.
- FIORIO, Nilton Mário. *Semântica e estilística para universitários*. Goiânia: UCG, 2000. 282p.
- FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. *Capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 310p.
- FOLHA DE S. PAULO. *Manual de redação*. São Paulo: Publifolha, 2006. 391p.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2009. 79p.
- _____. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 295p.
- GARCIA, Luiz. *Manual de redação e estilo – O Globo*. São Paulo: Globo, 1999. 246p.
- GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1973. 502p.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. Porto Alegre: Tchê!, 1987. 210p.
- GODOI, Guilherme Canela. Freedom of expression - Questioning a fundamental right. *Brazilian Journalism Research*, v. 3, n. 1, p. 55-80, 1º sem. 2007.
- GRANGEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro. A propósito do conceito de formação discursiva em Michel Foucault e Michel Pêcheux. In: *Anais do II SEAD - Seminário de Análise do Discurso*. Porto Alegre, 2005. p. 1-8.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Formação discursiva, redes de memória e trajetórias sociais de sentido: mídia e produção de identidades*. Araraquara: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2007.
- GUIRAUD, Pierre. *La sémantique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1965. 126p.
- _____. *La stylistique*. Paris: Klincksieck, 1978. 327p.
- HALLIDAY, Tereza Lúcia. *O que é retórica*. São Paulo: Brasiliense, 1990. 83p.
- INDURSKY, Freda. A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem. In: *Cadernos do I. L.*, n. 20. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, dez./1998. p.7-21.

- LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida: explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: Globo, 1988. 190p.
- MAIA, Kênia. Da *liberdade* de imprensa aos erros deontológicos. *Pauta Geral: revista de Jornalismo*, ano 11, n. 6. Salvador: Calandra, 2004.
- MAIA, Kênia; PEREIRA, Fábio Henrique. Apontamentos sobre a relação entre *liberdade* de imprensa e identidade profissional dos jornalistas. *Logos 33 - Comunicação e Esporte*. Rio de Janeiro: UERJ, v.17, n. 02, 2º sem. 2010. p. 191-202.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997. 198p.
- _____. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 155p.
- MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a análise de *discurso* crítica. *Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* (Delta). São Paulo, v. 21, n. spe, 2005. 7p.
- MARTINS, Nilce Sant'anna. *Introdução à estilística*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000. 259p.
- _____. *Introdução à estilística: a expressividade da língua portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2008. 328p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. 616p.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda*. São Paulo: Summus Editorial, 1978. 96p.
- _____. *Profissão repórter: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. 302p.
- MEDITSCH, Eduardo. *O rádio na era da informação*. Florianópolis: Insular, 2007. 300p.
- MELO, José Marques de. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Jornalismo opinativo*. São Paulo: Mantiqueira, 2003. 238p.
- MEXIAS-SIMON, Maria Lúcia; OLIVEIRA, Aileda de Mattos. *O nome do homem e reflexões em torno dos nomes próprios*. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação, 2004. 176 p.
- MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. News as purposive behaviour: on the strategic use of routine events, accidents, and scandals. *American Sociological Review*. Washington, DC, USA, v. 39, n. 1, p.101-112, fev/1974.

- MONTEIRO, José Lemos. *A estilística*. São Paulo: Ática, 1991. 188p.
- MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em "tempo real"*. Rio de Janeiro: Revan, 2002. 192p.
- _____. *Pensando contra os fatos. jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 302p.
- NELSON, Sonia Ambrosio de. Press freedom under siege - Effects of market forces, government controls and journalism practices. *Brazilian Journalism Research*. Brasília, v. 3, n. 1, 1º sem. 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996. 150p.
- _____. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 2005. 100p.
- PAES, Anderson. O *gatekeeper* e as escolhas do noticiário internacional. *Revista Científica Plural*. Tubarão, ed. 002, julho/2008. 17p.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas: Unicamp, 2009. 287p.
- PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2008. 235p.
- PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 417p.
- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de comunicação*. São Paulo: Campus, 2002. 795p.
- RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica: uma perspectiva transdisciplinar entre a linguística sistêmica funcional e a ciência social crítica*. Trabalho apresentado em *33rd International Systemic Functional Congress*. São Paulo, p. 1069-1081, jul. 2006.
- RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise crítica de discurso*. São Paulo: Contexto, 2009. 158p.
- RIFFATERRE, Michael. *Estilística*. São Paulo: Cultrix, 1973. 338p.
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 248p.
- SANDMANN, Antônio José. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1997. 79p.
- _____. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992. 82p.
- SANT'ANNA, Francisco. América Latina – um tema fora de pauta. Uma análise sobre o papel da mídia impressa brasileira no processo de integração latino-

americana. *Comunicación y Sociedad*. Guadalajara, México, n.6. p. 59-90. jul. – dez. 2006.

- SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. *A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na análise do discurso*. São Carlos: UFSCar. 2004. 6p.
- SCHLESINGER, Philip. Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, Nelson, org. *Jornalismo, questões, teorias e “estórias”*. Lisboa, Portugal: Vega, 1993. p. 177-190.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da, coord. *Manual de redação – Folha de S. Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2006. 390p.
- SILVA, Luiz Martins. *Teorias da comunicação no século XX*. Brasília: Casa das Musas, 2007. 95p.
- SILVA, Rosineide Guilherme da. Análise do *Discurso* – princípios e aspectos gerais. *III Congresso Brasileiro de Hispanistas*. Florianópolis, 2004. 7p.
- SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e seus efeitos*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2000. 222p.
- STUART Hall. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. 102p.
- _____. *Discurso jornalístico impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. 222p.
- TAMBA-MECZ, Irène. *A semântica*. São Paulo: Parábola, 2006. 159p.
- THOMPSON, John Brookshire. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 2009. 427p.
- TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo, questões, teorias e ‘estórias’*. Lisboa, Portugal: Vega, 1993. 360p.
- _____. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2005. 220p.
- TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*. Lisboa, Portugal: Vega, 1993. p.74-90.
- VALENTE, André Crim. Metáfora, campo semântico e dialética na produção e na leitura de textos. *GELNE - Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste*. Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1 - 4, 2000.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. *News as discourse*. New Jersey, USA: Lawrence Erlbaum, 1988. 200p.

_____. *Notícia e conhecimento. Estudos em jornalismo e mídia*. Florianópolis: UFSC, v. 2, n. 2, 2005.

ULLMAN, Stephen. *Semântica*. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977. 523p.

WEBSTER'S Encyclopedic Unabridged Dictionary of the English Language. New Jersey, USA: Gramercy Books, 1989. 1854p.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa, Portugal: Presença, 1999. 269p.

➤ Documentos consultados na internet:

ALMEIDA, Simão Farias. *Produção de texto II*. Disponível em: http://www.ufr.br/component/option,com_docman/Itemid,267/task,doc_view/gid,10/. Acessado em: 7 de fevereiro de 2010.

ANDRADE, Maria Margarida de. *Estratégias da impessoalidade nos discursos científico e tecnológico*. In: Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno05-12.html>. Acessado em: 18 de março de 2011.

BRASIL. Presidência da República. *Lei de Imprensa, de 09.02.1967*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5250.htm>. Acessado em: 06 de julho de 2010.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. *Notas introdutórias sobre a análise do discurso*. Disponível em: www.duplipensar.net. Acessado em: 8 de junho de 2010.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/12876624/Colecao-Primeiros-Passos-O-Que-e-IdeologiaMarilena-Chau>. Acessado em: 24 de junho de 2010.

FORMIGA, Marcone. *O artigo 19 e a liberdade de expressão*. Entrevista à Paula Martins em 28.01.2008. In: Observatório do Direito à Comunicação. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2486. Acessado em: 22 de abril de 2011.

FURTADO, Leonardo Fernandes; MELO, Simone Mendes de. *Liberdade de expressão*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/pb/dhparaiba/5/liberdade.html>. Acessado em: 6 de julho de 2010.

GOUVEIA, Carlos Alberto Marques. *Análise crítica do discurso: enquadramento histórico*. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/7dezessete1104/Analise-Critica-Do-Discurso>. Acessado em: 21 de abril de 2010.

GUTMANN, Juliana Freire. *O contexto comunicativo como estratégia de mediação televisiva – considerações sobre o Jornal da MTV*. In: Revista da Compós, ago. 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/79/79>. Acessado em: 5 de março de 2011.

IBAIXE, JR., João. *Distinções entre subjetividade e intersubjetividade*. Disponível em: http://ultimainstancia.uol.com.br/colunas_ver.php?idConteudo=63374. Acessado em: 16 de abril de 2011.

MACHADO, Elias. *Dos estudos sobre o jornalismo às teorias do jornalismo (Três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento)*. In: Revista eletrônica e-compós, ed. 01.12.2004. Disponível em: <http://www.compos.org.br/e-compos>. Acessado em: 17 de abril de 2011.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONU). *Declaração dos Direitos Humanos*. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acessado em: 5 de julho de 2010.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/oea/dec>. Acessado em: 30 de junho de 2010.

PONTES, José Alfredo Vidigal. *Conheça o jornal – Resumo histórico de O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti1.htm>. Acessado em: 11 de novembro de 2009.

S. A. O ESTADO DE S. PAULO. *Grupo Estado*. Disponível em: <http://www.grupoestado.com.br/midiakit/estadao/index.asp?Fuseaction=Mkit>. Acessado em: 27 de julho de 2010.

S. A. O ESTADO DE S. PAULO. *Relatório de Responsabilidade Corporativa 2007, 2008 - 133 anos de lutas pela democracia*. São Paulo: Grupo Estado, 2008. 94 p. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/rc2008/>. Acessado em: 5 de agosto de 2010.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. *Karl Mannheim e a Sociologia da Educação*. Publicado em 28.02.2007. Disponível em: <http://pt.shvoong.com/humanities/489452-karl-mannheim-sociologia-da-educa%C3%A7%C3%A3o/#ixzz1P497nOao>. Acessado em: 12 de junho de 2011.

SIMON, Maria Lúcia Mexias. *Semântica e Pragmática*. Disponível em: www.filologia.org.br/viisenefil/10.htm. Acessado em: 02 de março de 2011.

TRÄSEL, Marcelo. *Comunicação mediada por computador e newsmaking: o caso do blog da Petrobrás*. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc>. Acessado em: 04 de março de 2011.

UNITED NATION EDUCATION, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (Unesco) - Representação no Brasil. *Liberdade de expressão no Brasil*. Disponível em: <http://www.unesco.org/pt/brasil/communication-and-information/freedom-of-expression/>. Acessado em: 30 de junho de 2010.

USINFO / Bureau of International Information Programs, U.S. Department of State. *Princípios da democracia – Liberdade de expressão*, 2004. Disponível em: <http://www.embaixada-americana.org.br/democracia/speech.htm>. Acessado em: 30 de junho de 2010.

Anexo A

DISPOSIÇÕES NORMATIVAS SOBRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

“Dêem-me acima de todas as *liberdades a liberdade* de saber, de falar e de discutir livremente, de acordo com a minha consciência.” (John Milton)

“Os abusos *da liberdade de expressão* devem ser reprimidos; mas a quem teríamos a coragem de delegar esse *poder*?” (Benjamin Franklin)

Por ser um tema complexo, a *liberdade* de expressão é debatida tanto no âmbito internacional quanto no Brasil. Ao se refletir e discutir os limites da censura e a ética na comunicação, tem-se encontrada a necessidade de obter um parâmetro mais preciso para a definição e para o exercício desse direito. Desse debate criou-se um consenso que um dos instrumentos mais consistentes para o objetivo proposto são as disposições normativas existentes nas legislações brasileiras e estrangeiras.

Pensar é o que nos faz humanos, e expressar o pensamento é o que diferencia os seres humanos. Garantir o direito à *liberdade* de expressão é, portanto, quesito imprescindível para a realização plena do homem, e alicerce de uma sociedade justa. Todavia, para haver a garantia, é necessário chegar-se primeiro a uma definição do que é essa *liberdade*. (Furtado, s/d:1).

É importante salientar que os limites são inerentes ao direito à *liberdade de expressão*, que necessita dos primeiros para ser exercida plenamente: “sem limites não há *liberdade*, e sim, arbitrariedade de ações. Isso se observa claramente nos meios de comunicação de massa, que precisam de limites” (Furtado, s/d:2). Isso porque, segundo o autor, meios de comunicação de massa são *poder* psicossocial, supraestatal e *poderoso* o suficiente para influir nas decisões dos três *poderes* institucionais - Executivo, Legislativo e Judiciário.

São duas formas básicas de abuso previstas pelas leis: algum modo de desonra da pessoa, e as incitações contra a ordem social e a segurança nacional. “Observam-se em ambos os casos certa elasticidade dos limites de que estamos

tratando, quando há matéria de interesse público relevante em questão.” (Furtado, s/d:2).

Devido ao seu papel moderador das relações sociais, o Estado tem a obrigação de definir o enquadramento da *liberdade de expressão*, através de instrumentos jurídicos, além de monitorar sua observância. Dois são os documentos-base para a fundamentação dos dispositivos legais a esse respeito, tanto no Brasil, quanto no exterior: a Carta das Nações Unidas (1945) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Além delas, existem outras legislações regulamentando o direito à *liberdade de expressão*, como as que seguem:

- a) Declaração de Direitos de Virgínia (*dezessete76*): seção 12;
- b) Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (*dezessete89*): artigos 2º, 4º, 10º e 11;
- c) Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948): artigos 1 a 4;
- d) Convenção sobre a Proteção dos Direitos Humanos e das *Liberdades Fundamentais* (1950): artigos 9º e 10º;
- e) Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional (1966): artigo VII;
- f) Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos (1966): artigos 18 e 19;
- g) Pacto de San José da Costa Rica (1969): artigos 12 e 13;
- h) Constituição da República Federativa do Brasil (1988): artigo 5º e 220 a 224;
- i) Lei de Imprensa (Lei nº 5250/67);
- j) Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940).

A *liberdade de expressão* é uma das *liberdades* fundamentais, sendo, portanto um direito por meio de instrumentos jurídicos, tanto brasileiros como internacionais. A seguir os documentos que fundamentam o conceito de *liberdade de expressão*:

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo XIX

“Todo ser humano tem direito à *liberdade* de opinião e expressão; este direito inclui a *liberdade* de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.”

Esta definição é o entendimento mais genérico do conceito de *liberdade de expressão*, disposto de modo similar no artigo 4º da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, no artigo 19 da Carta das Nações Unidas e no artigo 13 do Pacto de San José da Costa Rica.

Um aspecto relevante a observar é que o direito à *liberdade de expressão* refere-se não só a opiniões e pensamentos, mas também a informações, sendo estas de qualquer natureza. Podemos distinguir a *liberdade de expressão* aqui tratada, da *liberdade de imprensa* - ou *liberdade de expressão jornalística*. Esta é apenas parte daquela.

Outro questionamento fundamental se refere à existência de limites à *liberdade de expressão*. Através da sua Declaração de 1948, a ONU afirma que o homem pode se expressar “sem interferência” e “independentemente de fronteiras”, o que nos faz compreender que a ONU não restringe esse direito. Entretanto precisamos considerar que o ser humano vive em sociedade:

Só se é livre quando existe o Direito, regulamentando o convívio social; e isso só é possível respeitando e fazendo respeitar a individualidade e a intimidade de cada um de seus membros e o bem coletivo, através do estabelecimento de limites expressos legalmente, que, de certa forma, aderem-se naturalmente a cada direito. (Furtado, s/d:2).

Assim o exercício da *liberdade de expressão* encontra limites no outro, não sendo absoluto e, mas sim “uma manifestação do próprio caráter societário dos indivíduos, que baseiam todas as suas relações de convivência na reciprocidade do respeito à pessoa e aos seus bens, assim como à ordem instituída.” (Furtado, s/d:2).

O uso dessas *liberdades* implica responsabilidades – consequentes formalidades – fixadas por lei e necessárias à segurança nacional ou pública; à defesa da ordem; à proteção contra o crime e a divulgação de informações confidenciais; à garantia da moral, saúde, direitos dos outros, ou autoridade do Poder Judiciário.

Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem

Aprovada na IX Conferência Internacional Americana realizada em Bogotá, Colômbia, em 1948, na mesma conferência em que foi criada a [Organização dos Estados Americanos](#) (OEA). Historicamente, este foi o primeiro acordo internacional

sobre [direitos humanos](#), antecipando a [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#), fundada seis meses depois.

Artigo I

Todo ser humano tem direito à vida, à *liberdade* e à segurança de sua pessoa.

Artigo IV

Toda pessoa tem o direito à *liberdade* de investigação, de opinião e de expressão e difusão do pensamento, por qualquer meio.

Artigo V

Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra os ataques abusivos à sua honra, à sua reputação e à sua vida particular e familiar.

Artigo X

Toda pessoa tem direito à inviolabilidade e circulação da sua correspondência.

Artigo XII

Toda pessoa tem direito à educação, que deve inspirar-se nos princípios de *liberdade*, moralidade e solidariedade humana.

Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão da OEA

Preâmbulo

REAFIRMANDO a necessidade de assegurar no hemisfério o respeito e a plena vigência das *liberdades* individuais e os direitos fundamentais dos seres humanos por meio de um estado de direito;

CONSCIENTES de que a consolidação e o desenvolvimento da democracia dependem da existência de *liberdade* de expressão;

PERSUADIDOS de que o direito à *liberdade de expressão* é essencial para o desenvolvimento do conhecimento e do entendimento entre os povos, que conduzirão a uma verdadeira compreensão e cooperação entre as nações do hemisfério;

CONVENCIDOS de que, quando se impede o livre debate de ideias e opiniões, se limita a *liberdade de expressão* e o efetivo desenvolvimento do processo democrático;

CONVENCIDOS de que, garantindo o direito ao acesso a informações em *poder* do Estado, se consegue uma maior transparência nos atos do governo, assegurando-se as instituições democráticas;

RECORDANDO que a *liberdade de expressão* é um direito fundamental reconhecido na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, na Declaração Universal de Direitos Humanos, na Resolução 59(I) da Assembleia Geral das Nações Unidas, na Resolução 104 adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, e em outros instrumentos internacionais e constituições nacionais;

RECONHECENDO que os princípios do Artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos representam o marco legal a que se encontram sujeitos os Estados Membros da Organização dos Estados Americanos;

REAFIRMANDO o Artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que estabelece que o direito à *liberdade de expressão* compreende a *liberdade* de buscar, receber e difundir informações e ideias sem consideração de fronteiras e por qualquer meio de transmissão;

CONSIDERANDO a importância da *liberdade* de expressão para o desenvolvimento e a proteção dos direitos humanos, o papel fundamental que lhe atribui a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o pleno apoio com que contou a criação da Relatoria para a *liberdade de expressão*, como instrumento fundamental para a proteção deste direito no hemisfério, na Cúpula das Américas realizada em Santiago do Chile;

RECONHECENDO que a *liberdade de imprensa* é essencial para a realização do pleno e efetivo exercício da *liberdade de expressão* e instrumento indispensável para o funcionamento da democracia representativa, mediante a qual os cidadãos exercem seu direito a receber, divulgar e buscar informação;

REAFIRMANDO que os princípios da Declaração de Chapultepec constituem um documento básico que contempla as garantias e a defesa da *liberdade de expressão*, a *liberdade* e a independência da imprensa e o direito à informação;

CONSIDERANDO que a *liberdade de expressão* não é uma concessão dos Estados, mas um direito fundamental;

RECONHECENDO a necessidade de proteger efetivamente a *liberdade de expressão* nas Américas, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em

respaldo à Relatoria Especial para a *Liberdade* de Expressão, adota a seguinte Declaração de Princípios:

Princípios

1. A *liberdade de expressão*, em todas as suas formas e manifestações, é um direito fundamental e inalienável, inerente a todas as pessoas. É, além disso, é um requisito indispensável para a própria existência das sociedades democráticas.
2. Toda pessoa tem o direito a buscar, receber e divulgar livremente informações e opiniões em conformidade com o que estipula o artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Todas as pessoas devem ter igualdade de oportunidades para receber, buscar e divulgar informação por qualquer meio de comunicação sem discriminação, por nenhum motivo, inclusive os de raça, cor, religião, sexo, idioma, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.
3. Toda pessoa tem o direito a ter acesso às informações sobre si mesma ou seus bens de forma expedita e não onerosa, contidas em bancos de dados, registros públicos ou privados e, caso seja necessário, atualizá-las, retificá-las e/ou emendá-las.
4. O acesso à informação em *poder* do Estado é um direito fundamental dos indivíduos. Os Estados estão obrigados a garantir o exercício deste direito. Este princípio só admite limitações excepcionais, que devem ser estabelecidas com antecedência pela lei, como em casos em que exista um perigo real e iminente que ameace a segurança nacional em sociedades democráticas.
5. A censura prévia, interferência ou pressão direta ou indireta sobre qualquer expressão, opinião ou informação divulgada por qualquer meio de comunicação oral, escrito, artístico, visual ou eletrônico deve ser proibida por lei. As restrições na circulação livre de ideias e opiniões, bem como a imposição arbitrária de informações e a criação de obstáculos ao livre fluxo informativo, violam o direito à *liberdade de expressão*.
6. Toda pessoa tem o direito a comunicar suas opiniões por qualquer meio e forma. A afiliação obrigatória a órgãos de qualquer natureza ou a exigência de títulos para o exercício da atividade jornalística constitui uma restrição ilegítima à *liberdade de expressão*. A atividade jornalística deve reger-se por condutas éticas, que em nenhum caso podem ser impostas pelos Estados.

7. Condicionamentos prévios, como veracidade, oportunidade ou imparcialidade, por parte dos Estados são incompatíveis com o direito à *liberdade de expressão* reconhecido nos instrumentos internacionais.

8. Todo comunicador social tem direito a não revelar suas *fontes* de informação, anotações e arquivos pessoais e profissionais.

9. O assassinato, o sequestro, a intimidação e a ameaça a comunicadores sociais, bem como a destruição material dos meios de comunicação, violam os direitos fundamentais das pessoas e restringem severamente a *liberdade de expressão*. É dever dos Estados prevenir e investigar esses fatos, punir seus autores e assegurar às vítimas uma reparação adequada.

10. As leis de privacidade não devem inibir nem restringir a pesquisa e divulgação de informações de interesse público. A proteção à reputação deve estar garantida por meio de apenas punições civis nos casos em que a pessoa ofendida seja um funcionário público ou pessoa pública ou particular que tenha se envolvido voluntariamente em assuntos de interesse público. Nesses casos, deve provar-se que o comunicador, na divulgação das *notícias*, teve a intenção de infligir dano ou o pleno conhecimento de que estava divulgando *notícias* falsas, ou se conduziu com manifesta negligência na busca de sua verdade ou falsidade.

11. Os funcionários públicos estão sujeitos a uma fiscalização mais rigorosa por parte da sociedade. As leis que penalizam a expressão ofensiva dirigida a funcionários públicos, geralmente conhecidas como "leis de desacato", atentam contra a *liberdade de expressão* e o direito à informação.

12. Os monopólios ou oligopólios na propriedade e no controle dos meios de comunicação devem estar sujeitos a leis de antimonopólio, pois conspiram contra a *democracia* ao restringir a pluralidade e a diversidade que asseguram o pleno exercício do direito à informação dos cidadãos. Em nenhum caso essas leis devem ser exclusivas para os meios de comunicação. As concessões de rádio e televisão devem obedecer a critérios democráticos que garantam a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos em seu acesso.

13. A utilização do *poder* do Estado e dos recursos da fazenda pública, a isenção de direitos aduaneiros, a entrega arbitrária e discriminatória de contas de publicidade oficial e créditos oficiais, a concessão de estações de rádio e televisão, entre outras coisas, com o objetivo de pressionar e punir ou premiar e privilegiar os comunicadores sociais e os meios de comunicação em função de suas linhas

informativas atentam contra a *liberdade de expressão* e devem ser expressamente proibidos pela lei. Os meios de comunicação social têm o direito de realizar seu trabalho de forma independente. Pressões diretas ou indiretas que têm como finalidade silenciar o trabalho informativo dos comunicadores sociais são incompatíveis com a *liberdade* de expressão.

Constituição Federal da República Federativa do Brasil (1988)

Artigo 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

V - o pluralismo político.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à *liberdade*, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença

Art. 220º - A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Anexo B

ANÁLISE DOS EDITORIAIS DE O ESTADO DE S. PAULO

Análise dos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* de 23 de agosto de 2009 a 28 de janeiro de 2010. Neste período, os editorialistas do jornal trataram 19 vezes sobre assuntos referentes ao tema desta pesquisa.

O primeiro editorial tem o título *A Conferência Nacional de Comunicação* (24.08.2009), trata do controle exógeno da mídia, que prioritariamente seria gerenciada pelo Estado. O primeiro temor de *O Estado* é o estabelecimento de um viés ideológico ao gosto do governo de plantão; segundo, a transformação da futura conferência num “comício partidário para atacar os meios de comunicação comerciais”. Fecha o editorial conclamando o governo a reconduzir “sua iniciativa aos trilhos adequados”.

Exatamente uma semana depois (31.08.2009) o jornal volta ao tema “cerceamento da mídia” com o editorial *Kirchner contra a mídia*, agora tratando do então projeto da Lei da Mídia argentina. Afirma que ele “avança na direção do cerceamento da *liberdade de expressão* e controle estatal dos meios de comunicação, lembrando do que ocorria nos tempos da ditadura militar”. Fica implícito que o peso dessa declaração rebate no território nacional em causa própria. Por sofrer na pele esse cerceamento, segundo alega, e por abraçar o princípio liberal de gestão endógena da mídia, o jornal vai continuamente bater nesta mesma tecla: cerceamento de *liberdade* por um Estado cada vez mais voraz na tomada do espaço midiático.

No dia seguinte (01.09.2009), em *Desunião na Unasul*, o presidente venezuelano Hugo Chávez é caracterizado como “caudilho” que “fabrica inimigos externos de que necessita a fim de justificar a sua escalada totalitária em seu país e para manter a sua ascendência sobre os governos bolivarianos de La Paz e de Quito.” Essa caracterização do presidente da Venezuela, democraticamente eleito, vai se repetir várias vezes ao longo dessa amostra. O jornal não perde a oportunidade de denegrir a imagem do dirigente venezuelano.

Em 05.09.2009, O Estado volta à questão do cerceamento com o editorial *Dilatando a censura*, quando caracteriza mais uma vez a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal de censura, ao proibir a veiculação de matérias relacionada ao caso de Fernando Sarney, administrador dos negócios do clã chefiado pelo presidente do Congresso, José Sarney. Para o jornal o ato é um “atentado à *liberdade de expressão*, em pleno Estado Democrático de Direito.” Usando um artifício de transferência, o advogado Mario de Oliveira Filho – e endossado pelo jornal -, declara estar o jornal Estadão buscando não seus interesses, mas o benefício público, cuja população “tem pleno direito de saber aquilo que acontece de bom e de podre no País.”

Uma semana depois (12.09.2009), ressoa grave o editorial *Ameaças à imprensa*. Nele, o Estadão inicialmente se remete ao “tempo em que as ditaduras infestavam a América Latina, censura então imposta à imprensa era um corolário ao arbítrio.” A seguir toma a defesa do Grupo Clarín, acossado pela “grosseira tentativa de intimidação, levada a efeito pelo governo Kirchner”. Fala das constantes investidas do casal Kirchner contra todo veículo que os critique e generaliza ao afirmar que “as ameaças à imprensa disseminadas pela América Latina nos últimos anos, em geral, tem seguido o ‘modelo’ criado pelo presidente venezuelano, Hugo Chávez, copiado pelos dirigentes de Bolívia, Equador e Nicarágua e, agora, da Argentina.” Reconhece os méritos democráticos do presidente Lula, mas desabona o juiz que arrasta sua decisão sobre a “censura prévia judicial” ao jornal, finalizando “caudilhos lá, juízes aqui, ameaçam um dos fundamentos da democracia.”

A censura é outra vez o mesmo tema no editorial *A censura mantida* (dezessete.09.2009), quando relata o fato de O Estado continuar “sob censura prévia”. Respalhado por juristas, advogados e promotores, o jornal afirma que o juiz do Tribunal de Justiça que o condenou à “censura” “violou o princípio constitucional da *liberdade de imprensa*” proibindo que o jornal continuasse a publicar reportagens baseadas em investigações da Polícia Federal sobre o filho do senador José Sarney, que gere os negócios do clã.

Dezesseis dias após (02.10.2009), uma nova versão do mesmo tema: *A mordação se eterniza*. Usa o espaço para denunciar mais de uma dezena de outros casos do Judiciário que “deliberadamente conspira contra a *liberdade de imprensa* no Brasil”. Para endossar a ideia de inconstitucionalidade da medida tomada pelo TJDF, o jornal faz uso da declaração do presidente da ABL, Maurício Azêdo: “é mais

uma demonstração do corporativismo que prolonga uma inconstitucionalidade absurda.” Outra vez repassa o cerceamento sofrido pelo jornal para a sociedade, que segundo ele, tem cassados seus “direitos de livre informação sobre os assuntos de interesse público.”

No dia 15.10.2009, O Estado volta a utilizar o exemplo de cerceamento da *liberdade de expressão* que afirma estar acontecendo na Argentina. O editorial tem o título de *O controle da mídia argentina*, que informa que o Senado daquele país aprovou a Lei da Mídia. O jornal declara que a Argentina passa a ser o primeiro país do continente a “instituir medidas cerceadoras da *liberdade* de imprensa e do direito à informação.” Acrescente que a “estrutura centralizadora” da nova lei provoca evidentemente a restrição da “diversidade da informação e opinião na mídia de massa.”

No editorial *O mentor da imprensa* (31.10.2009), comentando o comportamento do presidente Lula para com a imprensa, que faz uma tentativa de provar a independência da imprensa, seja aqui, no Brasil, seja na Venezuela. Detalhe: o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, é outra vez referido como “caudilho”. Prossegue anunciado as medidas autoritárias do presidente Chávez para com a imprensa venezuelana: fechamento de veículos de comunicação, multas, cerceamento. Aproveita uma fala do presidente Lula na Venezuela sobre a total *liberdade de imprensa* no Brasil para lembrar ao leitor da “censura prévia” que o jornal sofre há três meses.

Um tema já visto com alguma novidade: governo autoritário, que mostra suas garras estatizantes. É o que trata o editorial *Desilusões bolivarianas* (08.11.2009), comentando as medidas estatizantes do governo Hugo Chávez em meados do ano passado. O Estado denuncia o crescente “controle dos setores considerados estratégicos” pelo governo chavista. Também reprova o fato da Venezuela ser tão rica em energia e estar enfrentando uma “crise de abastecimento de energia elétrica tão severa”.

O “caudilho bolivariano” – mais abaixo alçado a “déspota” – é a personagem central do editorial *Chávez vai a guerra* (10.11.2009) para alertar sobre suas “bravatas e, pior ainda, seus atos.” O jornal acrescenta seu “trovejar [de] ameaças”, neste momento focadas em uma explícita ordem de preparação à guerra contra a Colômbia. O Estado se reporta a um artifício antigo de muitos governos (muitos autoritários), que fabricavam inimigos externos para se manterem no *poder*,

estratagema hoje usado pelo presidente Chávez, conforme atesta o jornal. Ainda acusa seu governo de não investir para recuperar a alquebrada infraestrutura nacional e acabar de estatizar o rico setor energético.

Voltamos ao tema cerceamento da *liberdade de expressão* no editorial de 11.11.2009, intitulado *Letra da Lei, letra da liberdade*. Trata de uma decisão do STF sobre a inconstitucionalidade da Lei da Imprensa (5.250/67), que segundo o jornal, o acórdão do Supremo é “uma página histórica, em que o maior ideal da Justiça se reconcilia com o melhor do *jornalismo*.” O acórdão, redigido pelo ministro Ayres Britto restaura o entendimento da Justiça sobre a *liberdade* de imprensa, de acordo com o Relato de O Estado, que continua cotejando as declarações do ministro, que esclarece que a lei assegura “a livre e plena manifestação do pensamento, da criação e da informação.” Tal declaração é o que o jornal precisava para afirmar categórico: “qualquer coisa fora disso, é o arbítrio.” e assim repisar sua cantilena em favor do fim da “censura prévia” a si imposta pela mesma Justiça.

No dia 22.11.2009, O Estado faz novo editorial sobre a Conferência Nacional de Comunicação (*Os riscos da Conferência da Comunicação*). Após elogiar a organização inovadora das reuniões da Conferência, o jornal faz a primeira crítica: ela não pode substituir “as instituições da democracia representativa”. Vê a seguir “o risco de [a conferência] seja capturada pelos ‘movimentos sociais’ ou pelos ‘setores organizados da sociedade civil’”, já que alega que “infelizmente existem militantes profissionais”. Em prol do “aprimoramento econômico e político do País”, o tom elitista e autoritarista prossegue até o fim do texto.

O Estado mais uma vez rega de atributos a personagem representada pelo dirigente venezuelano. Desta vez chama o presidente Hugo Chávez de prolixo e nefasto e atribui ao seu *discurso* características pouco elogiosas tais como “longo e ominoso”. Isto ocorreu no dia 10.12.2009, no editorial *Mercosul, palanque para Chávez*. O jornal se coloca contra a entrada da Venezuela ao Mercosul, não por algum óbice ao país, mas ao ser governante, que indiretamente o considera insensato e despropositadamente ambicioso, que não perde chance de criar comícios para exercer sua “vocação autoritária”. Já no fim do texto expressão sua opinião quanto ao Mercosul que “pode servir aos propósitos políticos de Chávez, mas não aos interesses da economia brasileira.”

Em causa própria, mais uma vez o tema *cerceamento da liberdade de expressão*, quando em 12.12.2009 intitula seu editorial de *A mordaza ignorada*. Seu

maior valor está no completo *background* sobre a imposição da censura prévia a O Estado, que desde julho, em caráter preliminar, foi proibido de publicar *notícias* sobre a Operação Boi Barrica, cujo principal envolvido é o filho do presidente do Senado, José Sarney. Como muitas vezes antes, em diferentes assuntos, o jornal usa do surrado artifício de repetir infinitamente uma informação, não importando se falsa ou não, até que pela exaustão do ler, ela se torne verdadeira.

Mercosul para Chávez, de dezessete.12.2009, retoma o tema sobre a entrada da Venezuela no bloco econômico do hemisfério sul. Em mais um editorial desta seleção o presidente venezuelano recebe o título de “caudilho”, significativo, já que o substantivo é dado a um chefe militar, especialmente aqueles que se mantêm no *poder* pela força. Assim denominado, o jornal atribui a Chávez uma imagem de um chefe belicoso, que arbitrariamente deseja o confronto, podemos dizer, interno ou externo. Em relação ao final do governo Chávez, mencionado pelo senador Aloísio Mercadante, o jornal questiona: “talvez o senador saiba quando terminará o reinado chavista. neste caso, sabe mais que os venezuelanos.” Levanta com a declaração outra suspeita pouco honrosa: o presidente Chávez não tem intenção de sair do governo, o que o faria um ditador. Por fim vamos refletir sobre o que afirma o editorial em seu penúltimo parágrafo: “mais de uma vez Hugo Chávez manifestou o desejo de reformar o Mercosul e ajustá-lo a seus padrões. [O presidente] mostrou mais uma vez sua disposição de usar o Mercosul como palanque para seus comícios e trincheira para seus conflitos.” Neste contexto, parece ser pouco importante que as afirmativas acima sejam ou não verdadeiras. Fato quase irrelevante. O importante é a construção que o jornal vai tecendo ao longo desta amostra do presidente Chávez: um ditador belicoso, autoritarista, turrão, criador de casos, amante de *discursos* prolixos e ominosos, péssimo estadista ou articulador político, em suma, um desserviço a Venezuela e ao hemisfério.

Como de praxe, o presidente venezuelano é referido como “caudilho” no editorial *A Venezuela em crise* (13.01.2010). O Estado aqui afirma estar a Venezuela passando por sua maior crise econômica. Cheia de adjetivos e nenhum dado concreto, a linguagem parece retórica. O editorialista tece seu corolário de fatos desairosos sobre o governo Chávez sem trégua, a cada um deles derramando suas duras críticas, algumas vezes sem respaldo no fato ou fatos mencionados.

Novamente o jornal ocupa um espaço para benefício próprio. O editorial *Nova investida contra a democracia*, de 19.01.2010, retoma o tema do cerceamento da

liberdade de expressão. Refere-se à 2ª Conferência Nacional de Cultura, coordenada pelo governo Lula, que, segundo O Estado, “foi concebida como parte de um amplo esforço de liquidação do Estado de Direito e de instalação, no Brasil, de um regime autoritário.” É bom que ele embase direitinho suas acusações, caso contrário, tem, no mínimo um ar paranoico. O editorialista faz uso de referências nazistas para atacar um possível “monopólio dos meios de comunicação” no Brasil a ser referendado pela 2ª Conferência de Cultura. Surrealmente iguala o regime de monopólio que tínhamos à situação cubana. Quanto às pretensões de Lula, o jornal vislumbra: “segundo Lula, sua carreira política teria sido impossível sem a *liberdade* de imprensa, mas hoje essa *liberdade* é um empecilho a seus projetos de *poder*.” Sem substância na sua argumentação, a retórica continua até fechar o artigo com um ar meio guerrilheiro: “o governo insistirá, a imprensa continuará resistindo [a este] projeto insano [com] disposição para defender a democracia”.

No último editorial desta seleção, *Chávez avança para a ditadura* (28.01.2010) a posição de O Estado radicaliza. Fala, já no título, em ditadura de Chávez. Reporta-se à retirada do ar de seis emissoras de TV a cabo, como um arranjo orquestrado em várias frentes para instauração de um regime de força por Hugo Chávez na Venezuela. Fala do “autoritarismo bolivariano”, do “truculento cerceamento da *liberdade* e da independência dos veículos de comunicação”, como “um dos instrumentos que os governos ditatoriais usam para sufocar a reação popular a outras truculências”. Percebe-se a retórica em estado puro, mais, a panfletagem quando seus interesses ou dos seus consortes são atingidos. Por fim, alerta sobre a contaminação para o restante do hemisfério dos malefícios à democracia que o jornal tem denunciado na Venezuela: “o avanço de Chávez no cerceamento à *liberdade* de expressão não é um fenômeno isolado no continente latino-americano.”

Esse levantamento nos dá uma clara ideia de que nas *notícias* informativas há uma preocupação em disfarçar o *discurso* jornalístico com artifícios que as normas produtivas e a noticiabilidade disponibilizam –, de encobrir o convencimento com sutileza e respeito as preceitos da democracia liberal. Tudo isso se desnuda nos editoriais, curiosamente a poucas páginas atrás, em um espaço sem disfarce, às vezes até agressivo, mas sempre, com certeza sempre, verdadeiro.

Apêndice C

PROCESSO PRODUTIVO DAS EDITORIAS GERAL E INTERNACIONAL DE O ESTADO DE S. PAULO

O processo produtivo da editoria Geral de O Estado de S. Paulo

Como todo jornal cotidiano, o processo produtivo de O Estado principia a cada manhã e vai até a noite. A redação começa seu trabalho mais ou menos às nove da manhã com a primeira reunião de pauta, quando os editores ou pauteiros de cada editoria, coordenada pelo editor-chefe, planejam os assuntos que serão trabalhados pelas respectivas editorias. Para isso, utilizam as pautas que começaram a ser elaboradas na noite anterior, relatam o que já vem sendo elaborado e discutem a melhor forma de focar alguns temas, acordam quais as matérias que necessitam de recursos visuais (fotografia, infográfico etc), além de definir o que cada editoria vai trabalhar. Ainda nessa reunião, os editores fazem sugestões de pauta para edições futuras e o jornal de domingo. A reunião de pauta costuma demorar de meia a uma hora.

Os editores e pauteiros retornam aos seus locais de trabalho e por algum tempo amadurecem cada assunto a ser desenvolvido por sua editoria, procurando detalhá-los e viabilizá-los, antes de designar a matéria que cada um de seus repórteres (ou redatores no caso da editoria internacional) irá cobrir. Tendo cada editor consolidado a pauta de sua editoria, a pauta geral para a edição do dia seguinte é montada. Devido às peculiaridades dos assuntos que cobre, cada editoria emprega um ritmo distinto. Algumas, como Cultura, Brasil e São Paulo, começam cedo a apuração e são as primeiras a fechar suas edições.

Uma segunda reunião de pauta acontece às 12h30 para atualizar as pautas. Cada editor reporta como está o andamento das matérias em elaboração em sua editoria, discutem quais as matérias que receberão chamada de capa e os detalhes visuais. Ainda aproveitam para conversa sobre as possíveis matérias da edição domingueira. O tempo gasto nesta reunião é equivalente àquele gasto na primeira reunião. Os editores voltam à redação e em sequência o diretor de conteúdo e o

editor-chefe elaboram provisoriamente o primeiro “espelho” da capa, definem as manchetes, as chamadas e as fotos da primeira página.

Ao meio da tarde o setor comercial informa à redação o número de páginas da edição, definido a partir da publicidade vendida. Então é possível montar um “boneco” no qual são especificados página por página os espaços editorial e publicitário. Feito o “boneco”, os editores podem preencher os espaços editoriais. Elaborada uma página, ela é repassada para o editor-chefe, que assim começa a monitorar o fechamento das páginas para que não haja sobrecarga no processo ao se aproximar a *deadline*.

No fim da tarde ocorre uma terceira reunião entre o diretor de conteúdo, editor-chefe e editores. Nela vão decidir os destaques da primeira página. A partir desse encontro, o espelho é atualizado e editado. A *deadline* para fechamento da primeira edição é às 20 horas.

Processo produtivo da editoria Internacional de O Estado de S. Paulo

As informações abaixo sobre a editoria Internacional de O Estado de S. Paulo foram fornecidas em entrevista ao autor pelo editor da área, Roberto Lameirinha, em 30.11.2010:

A editoria não tem repórteres e, quando precisa cobrir assunto ocorrendo no país, solicita profissionais da reportagem local. Seu quadro tem um editor, quatro redatores e quatro redatores assistentes. São os redatores desse quadro, que em caso de matéria considerada de especial relevância, são mandados pelo jornal ao exterior como enviados especiais.

O jornal faz uso de todas as principais agências de *notícias* internacionais: Associated Press (em inglês e espanhol), Reuters (em inglês e espanhol), France Press, EFE e Ansa. Todos os serviços que disponibilizam essas agências são utilizados pelo Estado, seja de texto ou foto. O jornal também faz uso de *copyright* dos principais publicações do mundo, como o New York Times, Washington Post, The Guardian, Los Angeles Times, Christian Science Monitor, Der Spiegel e Foreign Police.

O fluxo de atividades da Editoria Internacional se inicia pela manhã com a primeira reunião de pauta, da qual participa o pauteiro da editoria Internacional. No

meio da manhã chega o editor, que toma conhecimento dos assuntos discutidos na reunião. Às 12h30min, o editor da Internacional participa da segunda reunião, que discute e traz como resultado os temas consolidados. Ao término desta segunda reunião, o editor distribui os temas aos redatores da editoria para o trabalho de redação. A primeira edição fecha às 20 horas. Um subeditor permanece de plantão até em torno de meia noite.